

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**NOÉ NICÁCIO LIMA**

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO MARANHENSE:**  
a obra *O Maranhão*, de Fran Paxeco (1913-1923)

São Luís  
2014

**NOÉ NICÁCIO LIMA**

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO MARANHENSE:**  
a obra *O Maranhão*, de Fran Paxeco (1913-1923)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís  
2014

Lima, Noé Nicácio.

Uma contribuição para a história do livro didático maranhense: a obra O Maranhão, de Fran Paxeco (1913-1923) / Noé Nicácio Lima. – São Luís, 2014.

121f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: César Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

1. Livro didático – História 2. História do livro – Maranhão 3. Fran Paxeco 4. Cultura material escolar. I. Título.

CDU 002(075)(812.1)

**NOÉ NICÁCIO LIMA**

**UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO MARANHENSE:**

a obra *O Maranhão*, de Fran Paxeco (1913-1923)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. César Augusto Castro (Orientador)  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Samuel Luis Velasquez Castellanos  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima (Suplente)  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

Em memória de meu pai e à vida de minha mãe.

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da educação e das Práticas Leitoras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo que sei e sou.

É impossível manifestar a devida gratidão a todas as pessoas que me ajudaram na elaboração desta pesquisa. Contudo, não poderia deixar de agradecer:

Ao Professor Doutor César Augusto Castro pela orientação e por partilhar seus conhecimentos. Sem dúvida, as falhas e limitações desta pesquisa são inteiramente de minha responsabilidade;

À minha família, pela força, por entender a minha ausência e acima de tudo por sempre acreditar em mim;

À minha mãe, que de forma consciente ou não sempre me incentivou a estudar;

Aos meus amigos, de modo geral, pela companhia e por sempre ouvirem minhas lamentações;

À minha amiga Ceália Cristine, que durante todo esse tempo da elaboração da pesquisa vivenciou meus anseios e proporcionou equilíbrio nas horas difíceis;

Ao meu amigo Sandro Fortes, escritor, poeta, jornalista, professor..., pela disposição em fazer a revisão deste trabalho;

Ao meu amigo Amaury Santos, futuro bibliotecário, pelo trabalho de normalização nesta pesquisa;

Aos meus colegas professores da rede pública estadual de ensino, pela convivência;

Aos meus colegas técnico-administrativos da UFMA: Evelyn, Raimundo e Avelino, pela convivência também;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA;

Aos professores Samuel Velasquez e Iran de Maria L. Nunes, pela contribuição no exame de qualificação;

Aos meus colegas da 13ª turma do Mestrado em Educação, especialmente Elke, Janaína e Alexandra;

Ao professor Jomar Moraes, pela cortesia em conceder a cópia da 1ª edição do livro *O Maranhão*;

À profesora Diomar das Graças Motta, pelo empréstimo da obra *Fran Paxeco e as Figuras Maranhenses*;

Às funcionárias do Arquivo Público do Estado do Maranhão e da Biblioteca Pública Benedito Leite, pela disposição em ajudar;

À Secretaria de Estado de Educação, pela possibilidade do “afastamento” para a realização do estudo.

Ao Júlio da Xerox, pela amizade e bom humor sempre contagiante;

A todos que direta ou indiretamente de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.



... O livro, porém, é outra coisa:  
o livro é a extensão da memória e da imaginação.  
O mais importante de um livro é a voz do autor,  
a voz que chega até nós.

(Jorge Luís Borges. O livro)

## RESUMO

Investiga-se o livro didático intitulado *O Maranhão* (Subsídios Históricos e Corográficos) de autoria de Fran Paxeco durante o período de 1913 a 1923. Constitui-se em um estudo de História da Educação, inserido nas abordagens da pesquisa histórica, incorporando as contribuições da História Cultural. O objetivo foi estudar a história e produção dessa obra no contexto da cultura escolar e sua contribuição no cenário educacional maranhense como livro didático adotado na Escola Normal, a partir do que foi veiculado pelos jornais impressos da época. Além disto, buscou-se preencher uma lacuna existente nas pesquisas sobre a história do livro no Maranhão e, conseqüentemente, ampliar as discussões sobre o livro didático de História e Geografia. Para a análise do livro, *O Maranhão*, principal objeto e fonte desta pesquisa, foram fundamentais os trabalhos de Chartier (1998), Choppin (2004), Darnton (1990), Munakata (1997) e Bittencourt (1993) sobre a complexidade do livro como objeto cultural e o envolvimento de diversos profissionais em sua construção. Utilizou-se como fonte uma revisão bibliográfica, além da consulta em teses e dissertações disponibilizadas nos bancos de dados *online* das universidades brasileiras e documentos como: Leis, Decretos, Falas e Mensagens de Governadores, Relatórios e Regulamentos da Instrução Pública. Também foram utilizadas edições dos jornais como: “A Pacotilha”. Dentre os resultados obtidos na pesquisa, constatou-se que o lugar social ocupado pelo autor foi decisivo no processo de produção e adoção do seu livro, sobretudo quando da sua atuação como Cônsul de Portugal no Maranhão e como professor do Liceu Maranhense e da Escola Normal. Conclui-se, portanto que o livro *O Maranhão* constituiu um elemento importante no cenário educacional maranhense no início do século XX. Nos últimos anos tem crescido o número de estudos que tomam a história do livro e das edições didáticas como objeto de investigação. O campo da história da educação tem sido especialmente fértil para o desenvolvimento dessa produção, uma vez que novos interesses e interrogações passaram a orientar o trabalho dos pesquisadores em relação a esse gênero de livro. É no interior desse contexto de produção que este trabalho se inscreve.

Palavras-chave: História do livro. Cultura escolar. Livro didático. Fran Paxeco.

## ABSTRACT

Investigates the textbook titled *The Maranhão (Corográficos and Historic Grants)* authored by Fran Paxeco during the period from 1913 to 1923 constitutes a study in the History of Education, inserted in the approaches of historical research, incorporating the contributions of Cultural history. The aim was to study the history and production of this work in the context of school culture and its contribution in Maranhão educational setting such as textbook adopted at the Normal School, from which was propagated by printed newspapers. In addition, we sought to fill a gap in research on the history of the book in Maranhão and hence broaden the discussion on the textbook of history and geography. For the analysis of the book, Maranhão, main object and source of this research were fundamental work of Chartier (1998), Choppin (2004), Darnton (1990), Munakata (1997) and Bittencourt (1993) on the complexity of the book as a cultural object and the involvement of various professionals in their construction. Was used as source a literature review, in addition to the consultation theses and dissertations available in online databases and documents of Brazilian universities as: Laws, Decrees, Speeches and Messages Governors, Reports and Regulations of Public Instruction. Editions of newspapers were also used as: "The Pacotilha". Among the results obtained in the survey, it was found that the social position occupied by the author was instrumental in the production of your book and adoption process, especially regarding its role as Consul of Portugal in Maranhao and as teacher of the Lyceum Maranhense and Normal School . We conclude therefore that the book Maranhão was an important element in the educational scenario of Maranhão in the early twentieth century. Has grown in recent years the number of studies that take the history of the book and didactic issues as object of investigation. The field of history of education has been especially fertile ground for the development of this production, since new interests and questions began to guide the work of researchers in relation to this genre of book. It is within this context that this production work is inscribed.

Keywords: History of the book. School culture. Textbook. Fran Paxeco.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	13
1.1	Perspectivas teórico-metodológicas .....	18
1.2	O livro didático como fonte de pesquisa .....	23
1.3	A importância do conceito de livro didático.....	31
<b>2</b>	<b>CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO</b> .....	36
2.1	A origem do livro no Brasil .....	37
2.2	A gênese do livro didático no Brasil .....	41
2.3	Produção editorial no início do século XX.....	46
<b>3</b>	<b>LIVROS DIDÁTICOS NO CONTEXTO DA CULTURA ESCOLAR</b> .....	50
3.1	Livro didático e Cultura escolar: uma aproximação necessária.....	50
3.1.1	O livro didático no contexto da Cultura Material .....	56
3.2	Livro didático: um breve percurso historiográfico .....	62
3.3	O Livro Didático como objeto de pesquisa em História da Educação .....	68
<b>4</b>	<b>A OBRA <i>O MARANHÃO</i>, DE FRAN PAXECO</b> .....	76
4.1	O autor .....	76
4.2	A obra <i>O Maranhão</i> : apresentação material e identidade visual.....	81
4.2.1	A capa e outros elementos pré-textuais.....	88
4.2.2	O texto e as imagens.....	92
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	101
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
	<b>ANEXOS</b> .....	111

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa é fruto de um trabalho desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE-UFMA), junto à linha de pesquisa Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas e de nossa participação no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL<sup>1</sup>, no qual integramos a pesquisa “Cultura escolar: a escola e seus artefatos” no eixo Livros Didáticos.

Constitui-se em um estudo de História da Educação, inserido nas abordagens da pesquisa histórica, incorporando as contribuições da História Cultural, que lança um novo olhar sobre os objetos e fontes e procura analisar e entender as práticas culturais sobre o universo escolar.

Com a preocupação de alcançar uma análise mais ampla do livro didático procuramos situá-lo no contexto da cultura escolar e da história do livro. Nesse caso, buscamos referências em autores como Chartier (1970), Hallewell (2005), Darnton (1990), Batista (2002), Belo (2002), Choppin (2000, 2004), Bittencourt (1993, 2004, 2008), Munakata (1997) dentre outros. Esses autores permitiram compreender que os livros escolares, constituem um dos principais instrumentos para a escolarização dos saberes, um material, um objeto que está a serviço da aprendizagem da leitura e da escrita.

A escolha deste estudo se justifica por acreditarmos que os livros didáticos, dentre outros materiais utilizados na escola, são valiosas fontes de pesquisa que revelam aspectos significativos da cultura escolar. Além disso, deve-se ao fato de serem ainda poucos os trabalhos acadêmicos no Maranhão sobre este importante veículo de ensino, que foi de certa forma, negligenciado por ser considerado produção cultural secundária, visto que as pesquisas com livros didáticos reportam principalmente às últimas décadas do século XX.

Bittencourt afirmava em 1993 que no Brasil existiam poucos estudos sobre a história do livro didático<sup>2</sup>, que serviam apenas de introduções a outros temas ou

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Estudos e Documentação em História e das Práticas Leitoras no Maranhão foi criado em 2005, afigurando-se da maior relevância como iniciativa interdisciplinar, na medida em que tem procurado aliar os diferentes campos das Ciências Sociais e Humanas, em especial as áreas de Biblioteconomia, História e Educação. Sendo assim, agregam-se docentes e discentes em projetos de pesquisa, estudos e armazenamentos de documentos em torno das temáticas da abrangência do NEDHEL.

<sup>2</sup> Sobre a questão do termo “livro didático” e suas diversas denominações, que vão desde compêndio até o livro didático como atualmente referenciamos, postulamos a existência de eventuais e significativas diferenças quanto a algumas dessas denominações. Da mesma forma que algumas delas, pelo uso, são apenas sinônimas. Um exemplo disso foi constatado no

como fonte de estudos da “evolução” de conceitos em trabalhos sobre a história de uma determinada disciplina.

Assim, o presente estudo se propõe a investigar o livro de História e Geografia *O Maranhão (Subsídios Históricos e Corográficos)* de autoria de Manuel Fran Paxeco, publicado em 1913 e adotado na Escola Normal como livro didático.

Nosso objeto chegou até nós, por ocasião, do lançamento da coleção *Publicações do Centenário – Série Fundadores*; lançada pela Academia Maranhense de Letras em 2008 por ocasião dos 100 anos de sua fundação. Nesta coleção foi reeditada a obra de Fran Paxeco, utilizada na instrução pública secundária maranhense, como descreveu o Des. Carlos Xavier Pais Barreto, em conferência pronunciada em 18 de outubro de 1952 e publicada no livro *Fran Paxeco e as Figuras Maranhenses*, de Joaquim Vieira da Luz.

Ainda sobre nosso objeto de estudo, Amaral (1926) afirma que:

Neste gênero, conhecemos sobre o Maranhão, três bons trabalhos: o primeiro, e mais antigo, publicado em 1872, em pequeno folheto de 25 págs., pelo padre Raymundo Alves da Fonseca, denomina-se – “Epítome da História do Maranhão” [...] O segundo, – “História do Maranhão”, para uso dos alunos da Escola Normal, em dois volumes, editado em 1904 e devido a superior competência do dr Antonio Baptista Barbosa de Godoes; e o terceiro e último, “O Maranhão (subsídios históricos e corográficos 1913), da penna adestrada do Sr Fran Paxeco. (AMARAL, 1926, p.7-8)

Fran Paxeco desenvolveu diversas atividades quando da sua passagem pelo maranhão. Chegou à capital maranhense, em 1900 representando o consulado português e permaneceu por mais de vinte anos. Foi jornalista, intelectual, professor. Nesse mesmo ano estava na organização e fundação da “Oficina dos Novos”<sup>3</sup>. Em maio de 1910, segundo Motta (2012, p. 137) “o Governador Luís Domingues da Silva (1910-1914) o incumbiu, com Barbosa de Godois e Antonio Lobo a reforma da Escola da Escola Normal. É desta época que a Escola apresenta os seus melhores resultados”. Foi ainda redator do jornal *Pacotilha* e lecionou História Universal e do Brasil, Geografia e Francês no Liceu Maranhense e Escola Normal.

O marco temporal deste estudo abrange o período de 1913 a 1923, e justifica-se pela necessidade de um recorte para melhor compreensão do objeto da pesquisa. A opção por 1913 deve-se ao ano de publicação da primeira edição da

---

trabalho de Bittencourt (1993) onde “livro didático”, “livro escolar” e até mesmo “manual escolar” são empregados pela autora como denominações sem aparentes distinções.

<sup>3</sup> Organização que tinha como objetivos: o culto aos vultos do passado; incentivos a autores contemporâneos; promoção de solenidades cívico-literárias; organização de uma biblioteca e manutenção de periódico literário. (BORRALHO, 2011, p.21)

obra *O Maranhão (subsídios históricos e Corográficos)*. O ano de 1923 está diretamente ligado aos limites de informação relacionados à obra nos documentos pesquisados no Arquivo Público do estado do Maranhão e na Biblioteca Pública Benedito Leite, a exemplo dos jornais *a Pacotilha* e a legislação educacional vigente.

Nesse contexto, devemos lembrar também que há, no período destacado na pesquisa, forte prevalência do livro didático estrangeiro no Brasil. Surgem, então, críticas a esses livros e, a partir desse momento, dá-se início a um direcionamento do mercado editorial, tendo como princípios que os livros fossem escritos por brasileiros e que representassem em suas páginas a cultura nacional. Essas propostas de “nacionalização” coincidem ao mesmo tempo com o crescimento da rede escolar, ocasionada, em grande parte, pelas mudanças surgidas com a urbanização, com a imigração e pela modernização tecnológica nos meios de comunicação.

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou um período em que se iniciaram transformações significativas no país: políticas, com a instauração do regime republicano; sociais, com o crescimento da população; econômicas, com a ampliação da industrialização no país; e culturais, com a valorização da ciência e o desenvolvimento de novas técnicas. Na educação, algumas transformações ocorreram, mas o que se pode perceber é a permanência de um modelo. Apesar disso, percebe-se a consolidação da educação como principal vetor da ideologia e dos discursos nacionalistas. Nesse período também se instituiu o ensino laico e as reformas procuraram incorporar os debates educacionais e pedagógicos, iniciados desde 1870, principalmente os da Escola Nova, e também em torno do aumento do acesso à escola pública e gratuita, e de sua obrigatoriedade. As permanências relacionaram-se com a continuidade da autonomia estadual para os ensinos primário e secundário, a centralização do ensino superior no governo federal, e a manutenção de uma organização curricular enciclopédica, principalmente no ensino primário. Várias foram as reformas educacionais desse período, mas pouco foi mudado de fato em relação ao Império<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>Rui Barbosa foi um personagem importante para a reforma da educação nesse período, seus pareceres sobre a Reforma promovida pelo ministro Leôncio de Carvalho em 1879, tornaram-se referência para os estudos nesse campo. Nesses pareceres, Rui fez um diagnóstico da educação no país após quase sete décadas de tentativas e negligências também, e sugeriu duas reformas, a do ensino primário e a do ensino secundário e superior, fundamentadas em concepções pedagógicas circulantes no exterior.

Os livros didáticos, pela necessidade de delimitação, costumam ser estudados vinculados a uma disciplina escolar. Em nosso caso, o livro *O Maranhão* (Subsídios Históricos e Corográficos) estava direcionado a duas disciplinas: História e Geografia. Desta forma, ao buscarmos este artefato como objeto de análise, confrontamo-nos com alguns questionamentos, a saber:

Qual a importância da obra *O Maranhão* (*Subsídios Históricos e Corográficos*) de Fran Paxeco no contexto da produção de livros escolares no Maranhão no período de 1913 a 1923? Qual a sua representatividade na instrução pública maranhense nesse período? Sob quais condições o referido livro foi produzido e em que espaços o mesmo circulou?

Estes questionamentos embasaram o objetivo geral que busca analisar o processo de produção do livro *O Maranhão* de Fran Paxeco verificando sua representatividade na instrução pública secundária no Maranhão no período de 1913 a 1923. Enquanto os objetivos específicos deste trabalho pretendem:

- apresentar o autor do livro “O Maranhão”, relacionando-o com sua obra e o contexto educacional em que esteve inserido.
- identificar as formas de divulgação da obra “O Maranhão” pelos meios de comunicação da época;
- caracterizar os aportes materiais envolvidos na produção do livro “O Maranhão”.

Tendo como finalidade garantir a obtenção dos objetivos propostos, escolhemos como procedimentos metodológicos de investigação, a análise bibliográfica através de revisão de literatura em teses e dissertações disponibilizadas nos bancos de dados *online* das universidades brasileiras e a pesquisa documental, por meio de Leis, Decretos, Falas e Mensagens de Governadores, Relatórios e Regulamentos da Instrução Pública. Também foram utilizadas edições do jornal *A Pacotilha*<sup>5</sup> para a verificação das formas de divulgação da obra em estudo.

Segundo Oliveira (2007), a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento analítico,

<sup>5</sup> Jornal fundado em 1880 por Vítor Lobato. “auxiliado por dois amigos, o Libani e o Nemrod Vale, Vítor criou a gazeta moderna, barata, a 40 réis por exemplar – jornal leve, pazenteiro [...]. a gazeta tinha uma feição menos carranca e mais simpática. Em vez de estilo compacto, indigesto que até então estava em uso, a *Pacotilha* apresentou-se em público com *toilette* simples, porém, elegante, ar jovial, a dizer as coisas com franqueza. [...] em 1890, grave enfermidade obrigou Vítor lobato a passar o jornal a outrem. Vendeu-o ao Dr. Costa Rodrigues. Mudou, então, de aspecto. Embora se declarasse não ser político, defendia a agremiação partidária chefiada por seu proprietário. Mesmo assim transformada não perdeu a popularidade” (VIVEIROS, 1960 apud LICAR, 2010, pág 42-43).



“como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. Para a autora, “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

Sobre a imprensa periódica é importante ressaltarmos que ela pode ser uma ferramenta de grande valia para a compreensão do pensamento de uma época e de suas representações, uma vez que “a imprensa cria um espaço público através do seu discurso –social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico”. (BASTOS, 2002, p.152).

Castro (2009) salienta que a pesquisa na imprensa periódica contribui para o desvio do olhar do curso oficial [...] possibilitando uma comparação entre os enunciados. Sobre o olhar oficial, o mesmo autor observa que as leis e os regulamentos revelam atos do governo na organização dos estabelecimentos, enquanto os relatórios, como uma espécie de índice remissivo, possibilitam o direcionamento aos dispositivos legais que regulamentam a dinâmica das instituições. Os jornais pesquisados trazem em seus anúncios ou em seções sobre a instrução dados sobre títulos de livros, ofertas de compra e venda, espaços onde circulavam, assim como informações sobre seus autores que, muitas vezes, também escreviam na imprensa.

A estrutura deste estudo está organizada em cinco capítulos:

No primeiro capítulo - **Considerações iniciais** -, explicitamos os fundamentos teórico-metodológicos que foram empregados na construção desta pesquisa, descrevendo os caminhos que percorremos para a busca e localização das fontes em que foi embasado este estudo, tentamos mostrar a importância do conceito de livro didático elaborado por vários estudiosos e teóricos e apresentamos o livro didático utilizado como fonte nas pesquisas educacionais, a partir do que nos sugere o pesquisador francês Alain Choppin.

No segundo capítulo – **Condições históricas de produção do livro didático** -, são apresentados um panorama sobre a história do livro no Brasil e no mundo, um pouco sobre a atividade editorial no Brasil e Maranhão, além de evidenciarmos o objeto livro didático e a sua história.

No terceiro capítulo - **O Livro Didático como elemento da cultura escolar** -, apresentamos o livro didático como um artefato cultural, multifacetado e complexo, e também buscamos informações sobre como esse instrumento foi e vem sendo tratado na literatura, apontando as contribuições das pesquisas focadas neste objeto.

No quarto capítulo - **A Obra *O Maranhão*, de Fran Paxeco** -, pretendemos apresentar ao leitor a análise do livro em sua materialidade e sua inserção como livro didático, traçando o perfil do autor e sua relevância como autor de uma obra didática.

No quinto capítulo, **Considerações finais**, apresentamos algumas conclusões articulando-as aos pressupostos e fundamentos teóricos apresentados nesta introdução, consciente de que as mesmas não são definitivas, uma vez que esta pesquisa é datada e situada em um contexto mais amplo.

Assim, compartilhando o entendimento de que pesquisar o livro didático implica em tomá-lo como um objeto cultural complexo, abordaremos os caminhos teóricos e metodológicos que nos permitiram compreendê-lo como um documento histórico. Tomaremos ainda algumas ideias trabalhadas pelo campo historiográfico da história do livro como pressupostos iniciais para em seguida definir os elementos que nortearam nosso trabalho considerando esta opção teórico-metodológica.

### **1.1 Perspectivas teórico-metodológicas**

Certeau (2008) afirma que as hipóteses metodológicas de um trabalho científico são influenciadas pelos princípios de inteligibilidade que podem tornar determinadas situações analisadas pertinentes e, então, capazes de produzir os “fatos” com os quais se trabalha. Essa assertiva implica que os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa estarão imbricados com os pressupostos teóricos que dão diretrizes à sua realização.

Atualmente, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento contribuindo dessa forma para que esse gênero de livro ocupe uma posição de destaque na produção histórico-educativa, que passou a tomá-lo como fonte privilegiada ou como o próprio objeto de estudo (CHOPPIN, 2004).

A literatura existente sobre a história do livro aponta Chartier (2002) como uma grande referência nessa área. Esse autor entende o livro como um objeto

material, diferente de outros tipos de escritos, cuja coerência e completude resultam de uma intenção intelectual ou estética. Segundo o mesmo autor, a produção do livro didático deve ser entendida como um processo complexo que envolve diferentes atividades profissionais, como a ação do autor, dos editores, dos impressores, tendo em vista o mercado escolar.

Tomamos deste autor também o conceito de “representação”<sup>6</sup> que será aqui trabalhado, porque a partir dele serão entendidas as formas de produção do livro didático.

Nessa perspectiva, Silva (1999) apresenta a história da produção do livro ao fazer um balanço da história da leitura luso-brasileira concentrando sua análise na materialidade do livro, na produção, no comércio livreiro, nas bibliotecas e nos leitores. Por sua vez, Villalta (1997), focaliza sua pesquisa nos usos e nas utilidades dos livros na América portuguesa, do século XVI ao início do século XIX, identificando os aspectos mais comuns das obras.

Ainda que a tradição de estudos sobre a história das edições escolares seja relativamente recente e parte dessa produção nem sempre seja de fácil acesso, o volume e a variedade de trabalhos realizados em curso denotam o quanto a temática tem instigado um número cada vez maior de pesquisadores em diferentes campos do saber.

Um perfil dessa produção foi esboçado por Choppin (2004) ao descrever uma amostra daquilo que diferentes países têm pesquisado sobre a história do livro escolar. Seus estudos colocam-nos diante de um quadro bastante variado acerca dos interesses, pontos de vista e facetas das pesquisas sobre a história do livro didático. Esse quadro de crescimento e diversificação das pesquisas sobre o tema tem revelado a natureza complexa deste objeto aparentemente sem relevância. A sua complexidade pode ser melhor compreendida se considerarmos os múltiplos aspectos implicados em sua composição.

Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1995) pontuam alguns traços desse objeto, ao mesmo tempo rico e complexo, que quase nunca se deixa ser facilmente apreendido por aqueles que decidem abordá-lo. Segundo os autores:

---

<sup>6</sup> Representação é uma noção que Chartier lança mão para designar o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais. (Chartier, 1990:16) A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. (Chartier, 2002:73)

Frequentemente omitido nos trabalhos bibliográficos; difícil de analisar, caso falte a respectiva norma do uso prático; demasiado repetitivo para ser interessante logo de saída; por demais impregnado das coisas de seu tempo para não se tornar uma cilada para o desprezo ou a nostalgia, o livro escolar é sem dúvida um objeto rico e extremamente complexo. Nele se encontram embutidas limitações institucionais (os manuais têm de se ajustar aos programas), pragmáticas (deve ser de utilização cômoda na classe, durante um ou vários anos letivos) e também imperativos comerciais (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 390).

Essa constituição multifacetada e multidisciplinar torna o livro didático um objeto em torno do qual gravitam várias possibilidades de abordagem e que, em termos gerais, foram esquematicamente reunidas por Choppin (2004) em dois grandes grupos.

No primeiro, estariam as pesquisas que, desconsiderando a especificidade do gênero, tomam o livro didático como um documento histórico, priorizando, por isso, a análise do seu conteúdo a fim de identificar a carga ideológica de suas lições ou os saberes que elas veiculam. Posto que:

[...] a história que o pesquisador escreve não é, na verdade, a dos livros didáticos: é a história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina, ou de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia particular; além disso, é frequente que os livros didáticos constituam apenas uma das fontes às quais o historiador recorre. (CHOPPIN, 2004, p. 554).

Do grupo seguinte fariam parte as pesquisas atentas aos aspectos mais diretamente ligados ao gênero, valorizando, por isso, o conhecimento das diferentes etapas do ciclo de vida do livro escolar. Neste caso, interessa muito mais reconstituir os aspectos vinculados à fabricação, comercialização, difusão e consumo dos livros escolares, do que se debruçar sobre o conteúdo ideológico, cultural ou pedagógico que eles veiculam. Nas pesquisas associadas a essa abordagem, a atenção volta-se mais detidamente para os livros didáticos, “[...] recolocando-os no ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e ‘recebidos’”. Independentemente, arriscaríamos a dizer, dos conteúdos dos quais eles são portadores.” (CHOPPIN, 2004, p. 554).

No campo de estudos sobre a história do livro, são tão variados os recortes temáticos e as formas de abordagem em uso que Robert Darnton chega a considerá-lo um território de difícil movimentação para os pesquisadores interessados:

Tão rico, de fato, que agora, mais do que um campo, parece uma exuberante floresta tropical. O explorador mal consegue atravessá-la. A cada passo, ele se vê emaranhado numa densa vegetação de artigos de

revistas, e fica desorientado com o entrecruzamento de disciplinas [...] (DARNTON,1990, p.111).

Poderíamos interpretar essa variedade como um resultado da multiplicidade de aspectos implicados nas diferentes fases que marcam a vida de um livro.

Segundo Corrêa (2006):

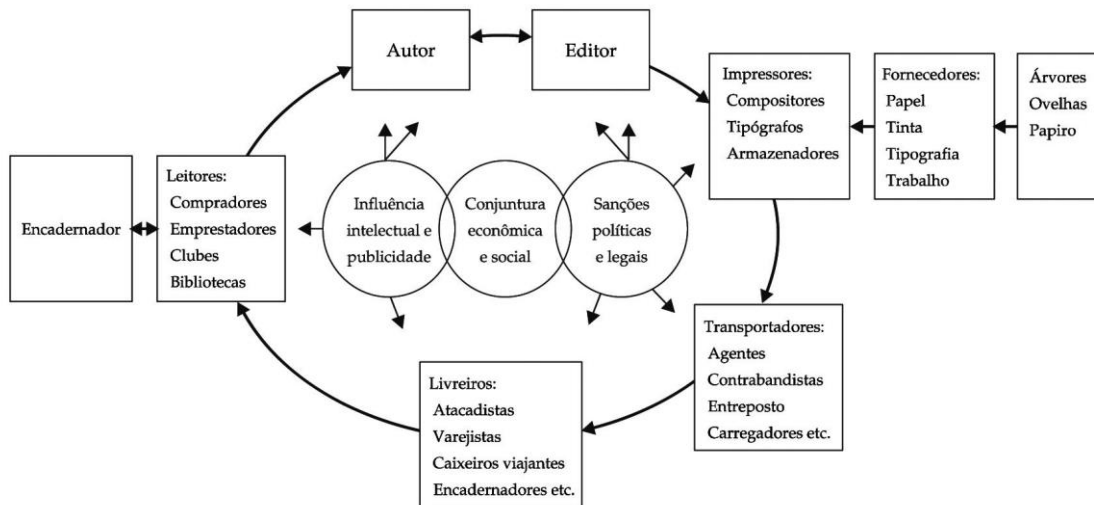
Diante de um objeto multifacetado como este, é natural que as maneiras de abordá-lo sejam múltiplas, mas a falta de articulação entre essas abordagens aumenta os riscos de tornar o campo ainda mais propenso à proliferação de estudos redundantes ou centrados em aspectos por demais específicos para permitir uma visão mais alargada sobre o livro e sua história (CORRÊA, 2006, p. 13).

Diante das diferentes possibilidades de abordar metodologicamente a história do livro escolar, pareceu-nos mais instigante e produtivo encaminhar esta dissertação através de uma abordagem metodológica que levasse em consideração a complexidade deste objeto e a possibilidade de realizar uma discussão sobre as etapas que demarcam a sua existência.

A tradição dos estudos sobre a história do livro vem demonstrando uma preferência dos historiadores por abordagens mais focalizadas, em que os segmentos são tratados separadamente. Segundo Darnton (1990, p.12), essa opção evidencia certa objetividade dos pesquisadores na operacionalização de seus projetos de investigação, visto que elas ajudariam a “[...] manter suas tarefas dentro de proporções exequíveis [...]”. Isto por si só já sugere que os interessados em abordar o circuito como um todo teriam pela frente um trabalho “de grande monta”, haja vista a necessidade de manusear diferentes fontes e referências para abarcar os segmentos e suas relações.

Diante da intenção de abordar o tema de maneira a explicitar a natureza multifacetária do nosso objeto de estudo - livro escolar -, decidimos tomar por empréstimo o modelo de análise que Darnton (1990) propõe para o exame da história dos livros. É um modelo que permite uma melhor visualização do circuito de comunicação percorrido pelo livro: desde o momento em que um autor compõe os seus textos até o instante em que chega às mãos dos leitores.

**Figura 1 - Circuito das Comunicações**



Fonte: Robert Darnton (1990, p. 113).

Transportado para a análise do circuito do livro escolar, esse modelo mostrou-se bastante produtivo para operar com as informações de diferentes ordens que gravitam em torno do tema, dando visibilidade a alguns dos segmentos que compõem o circuito do livro escolar configurado durante a primeira metade do século XX, no contexto educacional maranhense. As possibilidades que o modelo proposto por Darnton (1990) abriu para esta pesquisa permitem associá-la a uma das vertentes investigativas que têm orientado parte dos estudos recentes sobre a história dos livros escolares. Segundo o autor, os estudos identificados com essa vertente de pesquisa consideram o livro escolar um objeto físico, ou seja:

[...] como um produto fabricado, comercializado, distribuído ou, ainda, como um utensílio concebido em função de certos usos, consumido - e avaliado - em determinado contexto. [...] o historiador dirige sua atenção diretamente para os livros didáticos, recolocando-os no ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e recebidos, independentemente, arriscaríamos dizer, dos conteúdos dos quais eles são portadores. (DARNTON, 1990, p.554).

Nestes termos, poderíamos dizer que o modelo proposto por Darnton pode ser tomado como um roteiro norteador desse modo de abordar os textos escolares, considerando seu modo de produção, bem como os procedimentos de regulamentação e atuação dos vários agentes que fazem parte de cada uma dessas fases.

Apesar dos múltiplos aspectos que esse tipo de abordagem permite inventariar a respeito do circuito do livro escolar, não temos a pretensão de produzir

uma versão completa sobre a história do livro *O Maranhão (Subsídios Históricos e Corográficos)*, de Fran Paxeco. A ausência principal recai sobre o segmento da recepção ou das práticas de uso deste gênero de impresso, cuja quantidade de informação, muito pequena na documentação pesquisada, obrigou-nos a tomar o processo de produção do livro como ponto do circuito que decidimos percorrer.

Segundo Chartier (1990), os estudos sobre os impressos podem ser abordados na perspectiva da produção, da circulação e da apropriação. Nesta pesquisa, optamos pelo enfoque direcionado à etapa de produção dos livros, pois os dados de circulação e apropriação da obra não foram destacados nesta investigação, em função principalmente da falta de dados e pela dificuldade de se conseguir documentação que revele as informações relacionadas ao campo da circulação e da apropriação, além de que isso exigiria também muito mais tempo de pesquisa.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como principal objeto e fonte o livro de Fran Paxeco, que – a partir de agora – denominaremos apenas *O Maranhão*.

Para isso, é importante mencionar que esse estudo analisa o livro didático em seu significado e em sua materialidade. Compreender as razões e os efeitos disso, que depende da forma pela qual o livro é recebido e apropriado por seus leitores, exige o entendimento do livro didático não como um elemento isolado da instituição escolar, mas como um produto cultural de um determinado tempo em uma sociedade.

Por fim, acreditamos que este trabalho não invalida a possibilidade de se estudar o livro *O Maranhão* e sua trajetória, principalmente por tratar-se de um período em que existem ainda muitas lacunas sobre a história dos livros escolares.

## **1.2 O Livro didático como fonte de pesquisa**

O interesse pelo estudo do livro e dos impressos como objeto de pesquisa é algo relativamente recente, dentro de um movimento de renovação teórica e metodológica da História da Educação e das Ciências sociais em geral. Tal afirmação não nega a presença de tais materiais em pesquisas anteriores. Os livros e outros impressos sempre estiveram presentes nas pesquisas científicas, como importantes fontes documentais.

Trata-se então, de uma mudança de perspectiva metodológica: o livro e os impressos passam a ser utilizados não somente como *fonte*, mas também como *objeto* privilegiado de pesquisa, pois sua produção considera diversas relações.

Para a utilização do livro didático como principal fonte de pesquisa, recorreremos a Choppin (2000) que em seu texto intitulado *Pasado y presente de los manuales escolares* discorre de maneira profunda sobre este objeto, reconhecendo que em torno dele gravitam determinadas discussões e muitas críticas, por vezes negativas.

Para Choppin (2000), manual escolar é, em primeiro lugar, uma ferramenta pedagógica, destinada a facilitar a aprendizagem e traz, em seu conteúdo, todas as verdades que uma determinada sociedade, com uma determinada cultura, acredita ser necessário para transmitir para as futuras gerações.

Desta forma, o manual escolar, é o suporte, o depositário dos conhecimentos e técnicas que, num dado momento, uma sociedade acredita ser importante para a formação de seus jovens.

Quando há um programa oficial, os manuais escolares devem segui-los em sua estrutura e conteúdo, não podendo deixar de citar também que seguem a ideologia, um sistema de valores, uma cultura, de um dado momento, de um contexto social, político e econômico.

Para exemplificar esta afirmação, Choppin (2000) cita que, na França, os manuais, no século XIX, desempenharam um papel determinante na unificação linguística de seu território. Transmitiram valores como obediência ao Rei, as virtudes da vida rural no Regime de Vichy, contribuindo para manter a mulher em seu papel da dona de casa, exaltaram o culto ao Chefe na Itália de Mussolini; contribuíram na conservação da vitalidade do sentimento nacional e seguem fazendo esta contribuição, ainda que só na valorização da bandeira no México. Assim, estes exemplos e muitos outros demonstram que o manual participa estreitamente no processo de socialização, aculturação e doutrinação das gerações jovens.

O processo que envolve sua produção e distribuição demonstra também aspectos da evolução tecnológica; sua comercialização e custo dependem do contexto econômico e político e é considerado por Choppin (2000) um ponto essencial de que, frequentemente, os professores em exercício e os historiadores da



educação descuidam e, para estes últimos, representam também uma fonte privilegiada de pesquisa.

Como fonte de pesquisa para historiadores, os livros escolares podem ser considerados como fontes diversificadas quando podem fornecer diversas leituras: programas, competência das editoras, inovações tecnológicas, seleções pedagógicas e aplicações ideológicas; fontes abundantes quando os países põem em prática uma edição escolar de responsabilidade do Estado e quando estas edições são realizadas por entidades privadas, mas controladas pelo Estado, estas fontes se reduzem. Podem ser consideradas também como fonte contínua, quando pelo uso, renovação geral, desgaste do material as obras são reeditadas e estas reedições são frequentes e numerosas, elas parecem publicações em série ou periódicas.

E, finalmente, é também uma fonte completa e delimitada, pois um manual se apresenta como uma obra acabada. Sua elaboração obedece a um projeto determinado que está citado em seu prólogo, quando este existe, tem uma estrutura lógica e muito forte e propõe um discurso coerente.

Choppin (2000) dedica, além da definição e importância dos livros escolares como fontes de pesquisa para historiadores, um item de seu texto para a discussão dos métodos e investigações. Todo o manual, segundo este autor, está histórica e geograficamente determinado, é um produto de um grupo social e de uma época determinada.

Na análise desses manuais escolares, é possível determinar vários fatores: aspectos políticos, aspectos programáticos, ferramenta pedagógica, limitações de sua elaboração, produção, difusão, financiamento; limitações tecnológicas como tipo de papel, técnicas de impressão, de reprodução; limitações financeiras; limitações comerciais; natureza do público alvo; tipo de utilização se individual, coletiva, em classe, em casa; características do público ao qual se ensina que pode ser classificado em homogêneo ou heterogêneo; objetivos implícitos ou explícitos ligados à formação, por exemplo, simples memorização dos conteúdos ou aquisição de mecanismos, desenvolvimento do espírito crítico e conquista da autonomia; métodos pedagógicos, e outros mais.

A História do Livro e das Edições Escolares não pode, de acordo com Choppin (2000), ser composta apenas por investigações pontuais e somente a

multiplicidade de perspectivas e ideias permitem tecer os laços indispensáveis para a compreensão de certos fenômenos e de sua evolução.

Os principais campos de pesquisa na História do Livro e das Edições Escolares, na França, segundo este autor, foram: contexto legislativo e regulamentário, em que o estudo se volta para as regras definidas pelo poder político; censo da produção escolar, em que a localização dos livros publicados em todas as disciplinas e para todos os níveis de ensino, desde 1789, constituem a espinha dorsal do programa de investigação denominado *Emmanuelle*, que começou em 1980; os editores escolares e a difusão da produção.

A caracterização dos autores de livros didáticos também é importante pois, por exemplo, na França, segundo Choppin (2000), estes autores não eram exclusivamente docentes e os perfis variavam muito de acordo com as épocas, os níveis, as disciplinas, o tipo de ensino.

Apesar de todas estas características, a pesquisa utilizando manuais escolares, realizada tanto por professores como por historiadores, tem diferentes causas:

Primeiro, a trivialidade, a abundante e ampla difusão que caracteriza as produções escolares dissuadiram de confiança qualquer ação patrimonial. Seu descuido foi tal que paradoxalmente os livros de classe estão hoje ameaçados de desaparecer fisicamente sem que a profissão se tenha comovido. A imprensa especializada não tem dedicado a este assunto mais do que algumas páginas, publicadas na *La Gazette des Archives*, uma revista relativamente confidencial, ao final dos anos 60. A profusão de títulos e também a longevidade e a multiplicidade das reedições que caracterizam os manuais até os anos 60, não incitaram nos bibliógrafos a desempenhar tarefas de catalogação. (CHOPPIN, 2000, p. 113).

Acompanhando os fatores acima descritos, o autor cita como causas deste aparente desinteresse na pesquisa utilizando livros didáticos o interesse dos historiadores nas produções clássicas, deixando para os livros escolares a análise de seus conteúdos. Um estudo estatístico feito por Choppin, em 1995, sobre o conjunto de publicações que foram dedicadas, na França, ao estudo da História do Livro e da Edição Escolar, estabeleceu que, antes de 1980, cerca de 80% das referências se colocavam numa perspectiva sociológica e aproximadamente 47%, numa visão pedagógica.

Nesta pesquisa, o autor observou também que os estudos históricos a respeito dos livros escolares visavam a uma perspectiva ideológica e cultural e não uma ferramenta pedagógica. Os livros escolares, desta forma, haviam sido

estudados pelo que revelavam da mentalidade, das práticas sociais e, em menor medida, pelos métodos de ensino de seu tempo. Este pouco interesse a respeito da pesquisa nos manuais escolares é reforçado pela escolha das condições de investigação ser objetiva e decidir essencialmente pela existência e acessibilidade destes livros.

O aumento do interesse na pesquisa de livros e das edições escolares, segundo Choppin (2000), iniciou-se ao final dos anos 70, resultando de uma convergência de fatores: a renovação dos estudos da História da Educação, a criação em 1977 do serviço de História da Educação sob a tutela do Ministério de Educação Nacional, o manifestado interesse de historiadores profissionais amantes da história por questões educativas, os avanços da História do Livro, nos anos 80, e por fim, a criação, em 1987, do primeiro curso específico dedicado ao livro e à edição, na Universidade de Paris X – Nanterre.

Este autor, neste texto, se dedica também a reflexões sobre os métodos e as investigações utilizadas na pesquisa no campo da História do Livro e das edições escolares. Segundo Choppin (2000), como os livros são considerados como objetos complexos, suas características e evolução histórica são resultados de um grande número de parâmetros de natureza diferentes que implicam em interlocutores e interações diversas.

A História do Livro e das edições escolares não pode levar em conta um só aspecto e só a multiplicidade de perspectivas abordadas daria uma visão global, para a compreensão de certos fenômenos e de sua evolução. A partir do levantamento feito por este autor dos trabalhos neste campo de pesquisa, realizados na França, desde o início de 1980, ele poderia afirmar que uma das características essenciais da pesquisa da evolução histórica da edição escolar é com efeito, sua dimensão nacional.

Desde a formação, no século XIX, dos Estados- Nação e da constituição dos sistemas educativos que tendiam a generalizar um ensino popular e uniforme, o manual participa, no mesmo nível da moeda e da bandeira, da simbologia nacional: é a vez do testemunho de um processo de integração social e cívica.

Já a análise da estrutura dos manuais (organização geral interna, relação entre os diversos elementos da unidade de leitura, etc.) faz parte também da História do Livro. Choppin (2000) nos fornece como exemplo: a evolução dos manuais de

Geografia é inseparável da evolução dos mapas murais, pois devido ao sensível aumento em seu formato e a aparição da cor, os manuais vêm substituí-los ou, ao menos, modificam as funções a partir dos anos 20 do século XX.

Choppin (2000) classifica os manuais escolares ou livros escolares em duas categorias: a primeira agrupa todos os livros editados com a intenção mais ou menos explícita (título, prólogo, nível, público, estrutura, etc.) para utilização no contexto escolar e segunda categoria, as obras que são escritas para as classes, ou seja, para a prática escolar, correspondente a uma escolha pedagógica do professor.

As obras de referência, intitulados pelo autor *stricto sensu*, são classificadas em quatro categorias, segundo sua função no processo de formação: edições clássicas (textos de autores nacionais, gregos, latinos, estrangeiros,...) com notas e comentários para uso nas classes; manuais de referência (elaborados para uma matéria e um nível de ensino determinado, referindo-se a um programa também determinado) para uso coletivo, na classe e individual, na casa do aluno, as ferramentas de referência (dicionários, atlas, extratos de documentos textuais, compêndios) elaborados para um nível ou todo um ciclo e obras paradidáticos (obras cuja função é resumir, repetir o conteúdo educativo) consideradas auxiliares facultativos para a aprendizagem.

Estes diversos tipos de manuais ou livros escolares estão ligados a uma intensa reflexão pedagógica, por exemplo, quando os alunos, em meados do século XVI, aprendiam pelo método de ensino denominado simultâneo, isto queria dizer que todos eles realizavam, de forma simultânea, a mesma atividade, com a orientação do professor. Este professor precisava escolher suas ferramentas pedagógicas em conformidade com este tipo de ensino e de concepção. Os livros deveriam, neste caso, apresentar a fórmula do diálogo fictício entre mestre e aluno, o que lembrava os catecismos em uso. O discurso era abstrato, contínuo, impessoal e científico, o conhecimento se organizava em tabelas e os exercícios práticos entraram nos manuais. Este método, segundo Choppin (2000), era utilizado nas escolas que se ocupavam em formar elites, por exemplo, os colégios jesuítas.

Por outro lado, as escolas que visavam ao ensino para o povo, quando existiam, estavam desprovidas das ferramentas descritas acima, os objetivos de ensino se reduziam a uma perspectiva extremamente catequética, visando a

aprender os mecanismos de leitura. Pela diferença de origens destas escolas, em sua grande maioria católicas, em que os textos estavam redigidos em latim, língua incompreensível para os alunos, aliadas à ausência de reflexões pedagógicas, a inexistência de uma formação profissional e a carência de recursos financeiros explicariam a enorme diversidade de obras utilizadas e o recurso a um método de ensino individual, segundo o qual o mestre se ocupa por turnos de cada aluno, deixando os outros alunos desocupados, modelo de ensino que se mostrou pouco eficaz.

Em meados do século XVII, segundo Choppin (2000), a escola se converteu no instrumento das batalhas entre católicos e protestantes, foram abertas escolas de caridade, realizadas reflexões sobre a melhor forma de ensino, pensados em programas pedagógicos coerentes e a adoção nos colégios de um método de ensino no qual seria necessário o emprego de livros uniformes, visando ao ensino popular.

A partir da Revolução Francesa, a escola foi colocada no centro das rivalidades entre Estado e Igreja e o manual escolar foi o principal motivo desta batalha, então, o método de ensino denominado mútuo, importado da Inglaterra, veio resolver esta guerra, pois não exigia que cada aluno tivesse um livro, salvo alunos mais avançados e monitores, que utilizavam livros de leitura. Este método foi abandonado dado seu caráter mecanicista no começo de 1830, período em que os poderes públicos franceses se empenhavam em generalizar o ensino primário.

A citação desta parte da História da Educação, na França, foi apresentada pelo autor, para exemplificar a escolha e a utilização do livro didático e a sua função de reprodução de ideologias.

Choppin (2000) fornece uma classificação dos vários modelos de livros, ou seja, várias formas de ensino presentes em livros escolares e os dividiu em: catequético, apologético, jurídico, enciclopédico, atrativo e novela escolar.

Para cada um destes modelos há um exemplo ilustrativo retirado de livros escolares franceses.

As características destes modelos são:

“modelo catequético representa o modelo mais antigo: é a testemunha das origens religiosas da literatura escolar. os manuais desta categoria se apresentam de forma de alternância de perguntas e respostas estereotipadas que se supõe que os alunos (mas também o professor) tem que aprender de memória. É de certa forma, uma resposta para o problema da formação dos mestres, em que cada um pode recitar seu papel sem sequer compreende-lo”. (CHOPPIN, 2000, p.137)

O modelo denominado apologético, de acordo com o autor, é igual ao anterior, com justaposição de certas apologias redigidas com fins pouco religiosos. O exemplo deste modelo é a reprodução de duas páginas do livro *Choix de lectures. Cours elementaire deuxieme degré*, Paris, A. Colin, 1917, 17 ed., de Mironneau, A. Nesta reprodução, há um texto com um diálogo e uma figura ilustrativa, não há exercícios e nem vocabulário.

Em seguida, temos o modelo jurídico, em que o texto é formado por uma série de pequenos parágrafos, um atrás do outro. Neste modelo, o autor inclui obras gramáticas, nomenclaturas históricas, manuais de matemática e oferece rigor na classificação, tom impessoal e apresentação austera.

O modelo enciclopédico é definido por Choppin (2000) como obras que tem como propósito apresentar o conjunto dos conhecimentos exigidos em diversas disciplinas de um programa, tudo o que a escola tem que oferecer ao cidadão do futuro.

O modelo intitulado “atrativo”, inscrito em um novo conceito de infância (apareceu a partir de 1865) no qual o jogo constitui um instrumento pedagógico essencial. Como exemplo a reprodução de duas páginas do livro *L'Arithmétique en riant au cours élémentaire*, de R. Jolly 1933, apresenta o desenvolvimento do conceito de Grama e Decagrama, utilizando fotos de crianças manuseando diferentes balanças utilizadas para pesagens e sugestões de problemas orais e escritos sobre o assunto, utilizando desenhos de balanças de pesagens e de gangorra com um coelho em cada uma de suas extremidades.

O último modelo denominado “a novela escolar”, viaja nos pretextos das anedotas moralizantes, de diálogos nos quais o adulto responde de forma abundante para as crianças os assuntos sobre Geografia local, História, Biologia, apresentados de forma que os leitores tendem a engajar-se nas histórias.

Assim, os modelos didáticos encontrados nos diferentes tipos de manuais escolares, apresentados pelo autor, numa determinada época e local, trazem um exemplo de análise de conteúdos, metodologias que permeiam a elaboração, edição e distribuição destas ferramentas didáticas, o que pode nos ajudar em nossa pesquisa.

### 1.3 A importância do conceito de Livro Didático

É difícil definir o livro didático, e pensá-lo implica considerar sua função escolar e também a interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Significa refletir sobre a contradição entre a finalidade educativa, de um lado, e a lucrativa, de outro; colocar em choque os interesses elevados, ligados ao conhecimento e à formação do ser humano, e os políticos e econômicos, ligados à instrumentalização como política educacional e à indústria cultural. Essa reflexão pode ocorrer de forma mais intensa em países como o Brasil, cuja produção desses materiais cabe à iniciativa privada e é orientada por políticas governamentais.

Choppin (2004) afirma que, devido à complexidade do objeto “livro didático” – pela multiplicidade de funções, pela coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve – o historiador que se interessa por esse objeto, de depara, logo de início, com um problema de definição.

Essa dificuldade de conceituação se dá, justamente, pela própria complexidade da natureza da literatura escolar, que se situa no entrecruzamento de três gêneros que participam do processo educativo: primeiro pela literatura religiosa de onde se origina a literatura escolar, em seguida pela literatura didática, que se apossou progressivamente da instituição escolar e, por fim, da literatura de “lazer”, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas à qual os livros didáticos também foram incorporando seu dinamismo e suas características essenciais. (CHOPPIN, 2004, p. 552).

Alguns estudos sobre o tema serão apresentados para que possamos compreender tal complexidade.

Choppin (2004) traz uma contribuição teórica de amplitude à investigação histórica do livro didático, em países ocidentais e orientais. Para ele, os manuais escolares podem ser definidos como ferramenta pedagógica destinada a facilitar a aprendizagem; constituem um suporte dos conteúdos que a sociedade valoriza e quer passar aos jovens; devem estar de acordo com os programas oficiais, quando estes existem; e, por fim, transmitem um sistema de valores e uma ideologia. Na França, no século XIX, os manuais escolares exerceram ainda um papel determinante na unificação linguística do território.

Em outro texto, o autor enfatiza as quatro funções essenciais do manual

escolar, que podem variar segundo o lugar, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e os usos: função referencial ou curricular (tradução fiel do programa ou uma de suas possíveis interpretações, quando há livre-concorrência); função instrumental (métodos de aprendizagem, atividades, exercícios); função ideológica e cultural (língua, cultura e valores das classes dominantes e objeto privilegiado de construção da identidade nacional) e função documental (entendido como um conjunto de documentos textuais ou iconográficos) (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Michael Apple (1995) menciona a predominância dos livros didáticos na determinação do trabalho docente nos Estados Unidos. Segundo o autor, a maioria dos currículos das escolas americanas é definida pelo livro didático. Ele afirma que “os livros didáticos estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países do mundo (...). São os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida”. (APPLE, 1995, p. 81-82).

De acordo com Bittencourt (2008), o livro didático é um instrumento de comunicação, produção e transmissão do conhecimento, integrante da tradição escolar há pelo menos dois séculos. Desde o século XIX ele tem sido o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais diversas salas de aula e condições pedagógicas. Em relação ao currículo, a autora diz que o livro didático vem “servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor”. (BITTENCOURT, 2008, p.72-73).

Munakata (1997), dando menos ênfase aos currículos e aos aspectos ideológicos, busca analisar o livro didático do ponto de vista da produção, envolvendo especificamente dois atores: editores e autores. Destaca a importância de observar essa dimensão inerente ao livro didático:

Talvez seja interessante perceber, então, que a realização do lucro só é possível porque essas mercadorias são também cristalizações do trabalho efetivado por um contingente de trabalhadores mais ou menos especializados, executando tarefas distribuídas segundo um esquema de divisão de trabalho mais ou menos pormenorizado. Nesse mundo humano, demasiadamente humano, esses trabalhadores, agentes da produção editorial, que vendem a alma para o capital, fazem-no até mesmo pensando na melhoria da qualidade de ensino, do mesmo modo que um médico assalariado, por exemplo, ao engordar o lucro do patrão, pode também procurar atender bem o paciente. Se o efeito disso é a retroalimentação do sistema é outra história. (MUNAKATA, 1997, p. 34).



Corrêa (2000), em artigo que trata do livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação, também enfatiza a importância de estudar esse objeto considerando a produção e a comercialização. Justifica que as relações entre escola e mercado estão se tornando cada vez mais complexas, pois o comércio de livros escolares significa possibilidade de vendas e lucros, como ocorre no Brasil. Assim, constituem objeto que não só veicula conceitos e valores presentes em um dado momento histórico e transmite condutas socialmente válidas, mas também produz muito lucro. E acrescenta:

O parâmetro da comercialização [...] requer que sejam postos em questão, como elementos de análise, os pressupostos pedagógicos que supostamente orientam a organização e a produção desse tipo de material escolar. Além da natureza diferenciada que está na base da existência desse tipo de livro, ele exige uma organização interna diferenciada em virtude das exigências didáticas que lhe são atribuídas, tanto no que se refere à distribuição do conhecimento, quanto pelo modo de enveredar por ele através das *tarefas* correspondentes às informações a serem assimiladas. Provavelmente, nenhum material escolar sofreu tanto as influências das leis de mercado quanto esse. Fundamentalmente porque as políticas do livro escolar mantiveram conectados os interesses estatais aos privados. (CORRÊA, 2000, p. 22).

Assim, segundo a pesquisadora, deve-se atentar para essas relações e admitir que a presença desse objeto da cultura escolar não é natural e, portanto, traz consigo intencionalidades mercantilistas.

Silva (2006) também destaca o papel tradicional do livro didático como um dos “lugares formais do conhecimento escolar, pelo menos daquele saber julgado necessário à formação da sociedade e dos seus indivíduos”. (SILVA, 2006, p. 34). É parte da identidade profissional do professor e atravessa a vida do estudante. “Apenas por questões econômicas, ou por alternativas pedagógicas, não estaria presente em classe e, nesse caso, não deixaria lacunas, mas cederia lugar a outros procedimentos ou, no mínimo, a anotações”. (SILVA, 2006, p. 34).

A pesquisadora ressalta que o livro didático remete a um debate significativo sobre a educação brasileira, no que diz respeito às políticas do Estado, às ideologias, aos métodos, aos currículos. Para ela, estudar esse objeto nem sempre é uma tarefa fácil ou agradável, “pois se percebe que, pelo seu teor polêmico, pela associação que se faz a algo que envelhece ou desatualiza-se rapidamente, ou ainda pela marca comercial que carrega, nem sempre o livro didático é visto com bons olhos pela academia”. (SILVA, 2006, p. 34).

Encerrando as tentativas de situar e definir o que seja o livro didático,

utilizaremos os conceitos de Bittencourt, extraído de dois de seus textos (BITTENCOURT, 1993; 2004). A autora diz que, apesar de o livro didático ser um objeto familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo, dada a sua natureza complexa:

O livro didático é, antes de tudo, “uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores” (BITTENCOURT, 2004, p. 34.).

Mas o livro didático é também um “*depositário dos conteúdos escolares*, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares: é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos, etc”. (BITTENCOURT, 1993, p. 72).

Além de explicitar os conteúdos escolares, “é um *suporte de métodos pedagógicos*, a o conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e formas de avaliação do conteúdo escolar. (...) Juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda ser entendido como *veículo portador de um sistema de valores*, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade”. As interferências de professores e alunos também fazem parte da compreensão do livro didático. Como seu público-alvo [professores e alunos] utiliza os conteúdos, os instrumentos de aprendizagem, a ideologia e os valores nele contidos? (BITTENCOURT, 2004, p. 302).

Entender a natureza do livro didático se justifica por causa do papel que ele desempenha na cultura escolar. Apesar de todas as críticas e polêmicas, o livro didático tem sido e ainda é considerado um instrumento fundamental na escolarização e no cotidiano educacional brasileiro. É parte integrante deste, em

maior ou menor grau, como constatam pesquisas e estudos acadêmicos.

Do exposto, podemos perceber que o livro didático é um objeto cultural controverso, de natureza complexa, com presença histórica destacada no cotidiano escolar e que envolve múltiplos interesses (conflitantes) e funções. Tal situação, como foi ressaltado, permite compreender os embates e as críticas em torno dele – seja nas escolas, envolvendo professores, alunos, pais, diretores, coordenadores; seja nos debates promovidos em encontros ou por meio de artigos reunindo opiniões de governo, políticos, intelectuais de diversas áreas, autores e editores. O livro didático há muito tempo vem sendo discutido, em nível local e internacional, com a presença de diversas esferas da sociedade.

Diante das considerações feitas, que apontam para a complexidade de se definir o livro didático e para fatores que interferem em seu processo de produção, nesta pesquisa, o termo considera o objeto livro definido com base em sua dupla destinação na escola, manifestada pelos leitores a que se dirigem: professores e alunos. Livro didático é, pois, considerado como o conjunto de materiais que compõem o livro do aluno e o manual do professor e são utilizados *na e pela* escola, como instrumento de ensino-aprendizagem e de formação. O primeiro é identificado como o que contém textos informativos, formativos e literários, seguidos de exercícios e atividades para favorecer a aprendizagem e que se organiza de acordo com os conteúdos escolares.

Do ponto de vista acadêmico, os livros didáticos têm sido objeto de muitas pesquisas desenvolvidas no Brasil nos últimos anos, com variados enfoques e linhas de análise.

## 2 CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático como recurso de ensino tem sua história, assim como a instituição escolar. Comenius<sup>7</sup>, já no século XVII, dava alguns preceitos de como deveria ser um livro didático.

De forma geral, independente desse formato didático, o livro tal como se apresenta na atualidade, remonta na França, conforme Chartier (1990), a 1530, quando surgiram os primeiros livros definitivamente emancipados da forma manuscrita. De toda forma, a disseminação do objeto livro é devida a sua maior circulação que foi proporcionada alguns anos antes, entre 1450 e 1455, por Gutenberg, inventor da imprensa.

Manguel (1997) afirma que a edição de livros no final do século XV se deveu à ação de Aldus Manutius, um humanista italiano que decidiu imprimir os clássicos a fim de tornar mais fácil sua tarefa de ensiná-los. Como os editasse em sua língua original, também passou a publicar gramáticas e dicionários que ajudariam seus alunos e leitores a “conversar livremente com os mortos gloriosos”. Dessa forma ele se tornou o primeiro grande editor da modernidade.

Para Chartier (1998), o editor tem uma importância ímpar na história do livro. De posse dos seus direitos de edição, a personalidade do autor fica definida, visto que transmite o seu próprio gênio, mas cabe ao editor a tarefa de imprimir o livro e colocá-lo no mercado. Chartier (1998) conta a história desses editores, desde o século XVI-XVII. Em primeiro lugar eles tinham uma livraria, depois podiam ter uma gráfica. Dessa forma, vendiam os textos que imprimiam, assim como os que recebiam de colegas de outro lugar, para quem também enviava seus livros. Na França, a partir de século XIX, a atividade de edição esteve vinculada ao nome de determinado editor e, no avançar do século XX, ao de sua família. Chartier menciona, por exemplo, para o século XIX, Hachette, Larousse e Hetzel e, para o XX Gallimard e Flammarion.

---

<sup>7</sup> Comenius foi o criador da Didática Moderna e um dos maiores educadores do século XVII; já no século 17, ele concebeu uma teoria humanista e espiritualista da formação do homem que resultou em propostas pedagógicas hoje consagradas ou tidas como muito avançadas. Entre essas ideias estavam: o respeito ao estágio de desenvolvimento da criança no processo de aprendizagem, a construção do conhecimento através da experiência, da observação e da ação e uma educação sem punição, mas com diálogo, exemplo e ambiente adequado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, também é importante fazer referência à edição de livros no Brasil. Considerando que o livro de uso escolar é o principal tema desta dissertação, resgatar o processo de edição do livro, dos editores, facilita o entendimento da inserção deste objeto no contexto educacional maranhense no início do século XX, período referenciado neste estudo.

## **2.1 A origem do livro no Brasil**

Os estudos sobre a atividade editorial no Brasil apontam o Rio de Janeiro como o ponto de partida da expansão editorial no país. Os “negociantes de livros” compunham um painel de diferentes nacionalidades na capital da República, entre o final do século XIX e início do XX. Eram portugueses, como Nicolau Alves, da Livraria Clássica; Luiz Ernesto Martin, da Livraria Portuguesa; franceses como Garnier e Villeneuve; alemães, J.H Auller, da Livraria Alemã; além de brasileiros, como Pedro da Silva Quaresma, da Livraria Quaresma, dentre outras, compondo um grupo heterogêneo, mostrando a existência de um comércio livreiro intenso que se localizava nas ruas do centro da cidade (MACEDO, 1998 apud SILVA, 2008, p. 40).

Feijó (2005) afirma que, no século XIX, a indústria editorial brasileira ainda estava em constituição e os editores não eram brasileiros, pois dependíamos de livros vindos de outras nações. Antes da chegada da Corte Portuguesa em 1808, em nosso território, quase não existia qualquer iniciativa ligada à impressão de textos. Na bagagem da Família Real, o Príncipe Regente Dom João trouxe, além da Biblioteca Real, um prelo de madeira de fabricação inglesa, com a qual ordenou a instalação da Impressão Régia, encarregada de tornar públicos os documentos oficiais do reino. Revogada a proibição de imprimir, multiplicaram-se nas Províncias os pequenos jornais e teve início também, a edição nacional de livros. Os primeiros investidores do setor tinham como estratégia comercial produzir de tudo um pouco: jornais, livros, revistas, almanaques, cartazes, folhinhas e cartas de baralho. No entanto, importar os livros de uso escolar portugueses era mais rápido, fácil e barato, o que justifica o porquê de a escola brasileira, nesse período, ter uma reserva de livros vindos de Portugal.

Rogério Fernandes e Margarida Felgueiras (2004) afirmam que a região do Porto foi uma localidade de circulação de professores da instrução primária, o que propiciou que seu movimento editorial se tornasse muito ativo. Isso ocorreu porque

muitos docentes estavam ligados à produção de livros escolares, sendo alguns deles proprietários de livrarias, papelarias ou tipografias. Os livros escolares, como também os cadernos, eram objetos caros para a maioria da população portuguesa.

Os autores e editores tinham a finalidade de vender e atrair a atenção de um público específico, como os professores, pais e autoridades. Para conquistar o público para a compra de livros, tinham como prática informar, na capa ou na folha de rosto dos livros, que os mesmos estavam em consonância com os conteúdos escolares, tendo sido aprovados oficialmente.

Com relação ao Brasil, apesar da importação de livros portugueses, segundo Feijó (2005), na transição do século XIX para XX, o país estava muito ligado à cultura francesa, em todos os aspectos da vida social, pois a cidade de Paris era considerada a capital da modernidade e da civilização ocidental. No Rio de Janeiro, destacavam-se duas livrarias situadas na mesma rua: a Garnier, que iniciou seus trabalhos em 1844 e a Laemmert, em 1838. Estas livrarias eram, na verdade, duas casas editoras e representaram o que havia de melhor no setor editorial brasileiro. Devido à instalação dessas editoras em nosso território, a publicação de livros separou-se da edição de jornais. Embora a edição profissional de livros e edição de jornais tivessem se tornado atividades bastante distintas, escritores e jornalistas continuavam muito próximos, pois, conforme Feijó pode-se observar que eles

frequentavam os mesmos habitats e seguindo a moda francesa, encontravam-se nos cafés instalados nos calçadões das avenidas ou se reuniam nas boas livrarias, como a Garnier. Tentavam levar uma vida chique, mas raramente conseguiam. Ninguém imaginava a possibilidade de viver de literatura (FEIJÓ, 2005, p. 455).

A livraria Garnier, porém, vivia principalmente da literatura e investia em grandes nomes das letras. Este estabelecimento importava muita literatura francesa para uma elite de consumidores cultos e endinheirados. Os irmãos Garnier mantinham um funcionário revisor de textos em Paris somente para cuidar dos livros escritos por brasileiros e impressos na capital Francesa. Porém, é importante perceber que a indústria nacional ainda dava os primeiros passos, a fabricação de papel era incipiente, equipamentos gráficos adequados praticamente inexistiam e a distribuição dependia de um número muito reduzido de livrarias.

Em sua obra, que aborda a circulação e o uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX, Ana Maria de Oliveira Galvão (2009) afirma que os livros escolares que circulavam na Província pernambucana não foram produzidos

na mesma. Vieram de editoras como a Garnier e a Typografia Nacional. Ambas localizadas no Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, se especializaram na produção de livros didáticos, isto é, tornaram-se editoras nacionais. As escolas de Pernambuco adotavam, ainda, livros impressos em outras Províncias que tinham atividades editoriais, como o Maranhão ou o Pará, importantes centros impressores do Brasil Imperial. Ao longo do século XIX, muitos manuais escritos por professores brasileiros foram impressos e editados por tipografias e livrarias-editoras, como a Impressão Régia, a Garnier e a Laemmert. O livreiro-editor Francisco Alves concentrou em sua empresa a responsabilidade de publicação e distribuição de grande parte dos livros adotados nas escolas do país. De acordo com Feijó (2005), antes de Francisco Alves, os livreiros tentavam ter em catálogo algum título que pudesse ser adotado nas salas de aula, até mesmo a Livraria Garnier publicava suas cartilhas, mas nenhum livreiro-editor superava a supremacia dos livros escolares portugueses.

Feijó afirma que até a primeira metade do século XX, os textos traduzidos e adaptados para o nosso público escolar transmitiam às novas gerações as “obras da Europa Ocidental” em uma linguagem apropriada para a juventude nacional. Como exemplo, pode-se reportar a Monteiro Lobato como o pioneiro: editor e adaptador de clássicos para crianças.

Tanto Hallewell (2005) quanto Feijó (2005) afirmam que, apesar das reclamações dos tipógrafos do Rio de Janeiro, os irmãos Garnier, assim como Francisco Alves, não imprimiam os seus livros no Brasil, porque, em nosso território, não havia máquinas adequadas para impressão. A impressão de livros por muitos editores, aqui, dava-se em máquinas improvisadas, por isso a Garnier e a Francisco Alves mandavam imprimir seus livros no exterior. As editoras que imprimiam no Brasil estavam ligadas às tipografias provinciais e usavam as suas próprias máquinas. Com isso, mesmo que as maiores editoras imprimissem no exterior, passamos a produzir livros escolares para nossas gerações de leitores com base em ideais brasileiros e não mais apenas portugueses. Nos dizeres de Feijó,

a conquista do mercado-escola era uma promessa de lucro. Livro é um produto industrial, precisa ser rentável para existir. E se escrever para publicar é uma profissão, tem de haver condições para que o trabalho de um autor possa ser remunerado (FEIJÓ, 2005, p. 469).

O Maranhão foi uma das primeiras províncias a ter uma tipografia, pois era uma das mais prósperas do império. Durante esse período de desenvolvimento, por influência da elite portuguesa, houve uma grande demanda de atividade cultural e intelectual na região. O período áureo da literatura começa com o aparecimento dos primeiros poemas de Gonçalves Dias, na década de 1840, e vai até a partida de Aluísio Azevedo para o Rio de Janeiro, no início da década de 1880. Dois impressores se destacam nessa época: Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias.

Belarmino de Mattos tem sido considerado por muitos historiadores como um dos melhores impressores que o Brasil já teve. Criou um sindicato, a “Associação Typographica Maranhense”, inaugurada em 11 de maio de 1857, uma das primeiras organizações de trabalhadores do Brasil fora do Rio de Janeiro (foi precedida, no Rio de Janeiro, pela “Imperial Associação Typographica Fluminense”, fundada em 25 de dezembro de 1853). Para Hallwell (2005) “o livro mais interessante de Frias foi *Memória sobre a Tipografia Maranhense*, que ele mesmo escreveu para a Exposição Provincial do Maranhão de 1899, que nos proporciona uma visão única do equipamento, da técnica e das atitudes de um impressor brasileiro de meados do século XIX” (HALLEWELL, 2005, p. 191).

Sobre o trabalho dos dois editores maranhenses Hallewell (2005) diz que:

É inevitável uma comparação entre o trabalho de Frias e o de Belarmino de Mattos. Embora nos tenha sido possível ver apenas uma pequena amostra do trabalho de ambos, temos uma forte preferência pessoal pelo de Frias. Particularmente sua *Memória* nos causa a impressão de ser uma das melhores obras do ponto de vista técnico e uma das mais agradáveis, esteticamente, da arte tipográfica brasileira do século XIX, dentre aquelas que chegaram ao nosso conhecimento. (...) Todavia, seus contemporâneos preferiam, sem qualquer dúvida, Belarmino de Mattos. (HALLEWELL, 2005, p. 44-45).

A impressão foi introduzida no Maranhão em 1821, pelo então governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, quando esse instalou uma impressora oficial, para produzir o jornal do governo “Conciliador do Maranhão”. Um prelo “Columbian”, o mais moderno da época, foi trazido de Lisboa, e formava-se então a “Typographia Nacional Maranhense”, posteriormente denominada “Typographia Nacional Imperial”.



## 2.2 A gênese do livro didático no Brasil

Podemos situar o início da história do livro didático no Brasil em 1549 com a vinda dos Jesuítas na expedição de Tomé de Souza. Com eles, trouxeram livros escolares para ensinar a leitura e a escrita nos colégios fundados ao lado da igreja.

Ainda no Brasil Colônia uma primeira tentativa de negócio tipográfico teria sido implantada em 1747, quando o português Antônio Isidoro resolveu aqui se instalar. Porém, a atitude de Portugal em querer isolar a colônia de toda e qualquer influência externa fez o comerciante fracassar (NEVES, 2005). Somente em 1808, quando da vinda da família real ao Brasil, as primeiras instituições de caráter cultural como a Escola de Anatomia, a Escola Médica e o Jardim Botânico são criadas. Acompanhada de tais instituições, vem a autorização para a criação da Imprensa Régia por D. João.

A partir de 1808, a literatura didática ficava a cargo desse órgão. Contudo, em 1822, com o fim do monopólio da impressão na capital pela Imprensa do governo, as editoras particulares começaram a produzir no Brasil. A maioria concentrava-se no Rio de Janeiro, então capital do Império, local privilegiado para as articulações políticas e culturais, articulações essas, necessárias para o desenvolvimento de um negócio lucrativo. As primeiras editoras que despontaram a B. L. Garnier, E. & H. Laemmert e Nicolau Alves & Cia, monopolizaram o mercado.

Logo em seguida foram lançados os dois primeiros jornais: O Correio Brasiliense e a Gazeta do Rio de Janeiro. Em 1810, foi anexada à Imprensa Régia uma fundição de tipos que permitiu a arte de gravuras e teve como consequência o surgimento de profissionais de artifício, desenhistas, gravadores e tipógrafos que vinham de fora e outros que aprendiam o ofício aqui. O fim do absolutismo português e a pressão da elite brasileira pela independência do Brasil fazem a imprensa desempenhar um importante papel.

Em 1821, quando D. João deixa o Brasil, decreta a abolição da censura prévia e regula a liberdade de imprensa, até que fosse elaborada uma nova regulamentação. Nesse contexto, o livro ganha importância e o público para a literatura vai sendo conquistado, iniciando com o folhetim, uma espécie de imitação do romantismo europeu. Autores brasileiros como Machado de Assis, Raul Pompéia, Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e Aluísio de Azevedo têm seus trabalhos ilustrados na imprensa local.

Um dos primeiros livros didáticos a circular no Brasil foi o *Tesouro dos meninos*, obra traduzida do francês por Mateus José da Rocha (ZILBERMAN, 1987). Na mesma linha a Imprensa Régia publicou *Leitura para meninos*, “coleção de histórias morais relativas aos defeitos ordinários às idades tenras e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural” (ZILBERMAN, 1987). A primeira edição data de 1818, sendo organizador do livro José Saturnino da Costa Pereira.

Em 1827, como resultado do projeto de Januário da Cunha Barbosa, é aprovada a única lei geral relativa ao ensino elementar, quando estavam presentes as ideias de educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo o território nacional das escolas dos diferentes graus e de necessária graduação do processo educativo. Do referido projeto vigorou simplesmente a ideia de distribuição racional do ensino por todo o território nacional, mas apenas nas escolas de primeiras letras (VLACH, 2004).

Até as primeiras décadas do século XIX, afirma Bittencourt (1993), os programas de ensino para a escola elementar se limitavam ao ensino inicial das habilidades de leitura, da escrita e do cálculo. A partir daí vão se constituindo conteúdos e saberes específicos para serem ensinados pela escola e os saberes compreendidos como “leitura” e “escrita” ganham novas dimensões, respondem a novas exigências e demandas sociais, assumem formas mais complexas de escolarização. Assim sendo, a produção de materiais pedagógicos como quadros-negros, cartazes, materiais de ensino e livros didáticos se tornam necessários.

Ainda segundo Bittencourt, até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente inexisteriam nas escolas. Desse modo, fontes como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império, o Código Criminal e a Bíblia serviam como manuais de leitura nas escolas. Ainda na mesma obra, Bittencourt afirma que em 1838 o então presidente da Província do Rio de Janeiro fazia a seguinte proposta:

Parece conveniente que se autorize o governo a mandar imprimir, à custa dos cofres públicos, algumas obras estrangeiras, que por melhores, mais clássicas e populares fossem havidas; e que o diretor das escolas primárias e o da Escola Normal se encarreguem de traduzir, a fim de serem distribuídas não somente pelos professores públicos e particulares da província, como também pelas autoridades e pessoas que delas pudessem fazer bom uso (BITTENCOURT, 1993, p. 28).

Os primeiros compêndios escolares escritos no Brasil ficaram a cargo dos intelectuais do Império. Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, do Imperial Colégio Pedro II, em 1837, que fora estruturado para ser o estabelecimento padrão do ensino secundário no Império, e da Escola Militar, no Rio de Janeiro, esses manuais começaram a ser produzidos pelos membros dessas instituições.

Com a ampliação das editoras e de um mercado consumidor que crescia, entre o final do século XIX e início do século XX, uma gama de livros didáticos passam a ser publicados pelas editoras privadas. O livro didático tornou-se, rapidamente, o texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia por todo o país. A obra didática caracterizou-se, desde seus primórdios, por tiragens elevadas comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e até certo ponto privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura (BITTENCOURT, 1993, p. 109).

Sobre a autoria de livros didáticos brasileiros, há alguns nomes importantes do século XIX e início de século XX. Nesse contexto o primeiro grupo iniciou sua produção a partir da chegada da Família Real portuguesa no Brasil, e suas obras foram produzidas pela Imprensa Régia, no entanto, a primeira geração tem início “a partir de 1827” (BITTENCOURT, 2004, p. 480), preocupada com a organização dos cursos secundários e superiores. A segunda geração “começou a se delinear em torno dos anos de 1880”, quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, ensejando a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando o conceito de cidadania e criando uma literatura que, sem abandonar o ensino secundário, dedicou-se a constituição do saber da escola elementar.

São autores citados nessa época: Marquês de Paranaguá (1846) e José Justiniano da Rocha (1866). Outros autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que tinha estreita relação como poder institucional responsável pela política educacional do Estado, como o Cônego Caetano Fernandes Pinheiro (1859-1879), Dr. Duarte Moreira de Azevedo (1880-1886);

Joaquim Manuel de Macedo (1852-1856) e Max Fleiuss (1900-1905) (BITTENCOURT, 2004).

Outra instituição que abrigou autores de livros foi a Escola Militar, instalada em 1810 no Rio de Janeiro. A instituição se preocupou com a questão dos compêndios a serem adotados, pois era responsável pelo ensino das Ciências Matemáticas, Físicas, Química, História Natural, Técnicas de Guerra e Fortificações e cuidou da oferta de textos escolares, embora de forma reduzida (BITTENCOURT, 2004).

O segundo grupo de escritores começou seu trabalho no momento em que o ensino elementar das escolas públicas começou a aumentar. Os anos de 1870 e 1880 marcaram o início do crescimento escolar e o surgimento de escritores provenientes de outras esferas sociais. Joaquim Manuel de Macedo, com seu livro *Lições de História do Brasil*, se originou de aulas ministradas no Colégio Pedro II como professor da instituição (BITTENCOURT, 2004).

A produção e circulação de livros didáticos no Brasil e as relações entre esses diferentes atores podem ser compreendidas em pelo menos dois momentos mais ou menos distintos. Em uma primeira etapa, essa produção esteve orientada segundo uma concepção que defendia, basicamente, a tradução, versão ou adaptação de obras didáticas estrangeiras (notadamente as francesas) para a língua portuguesa e sua utilização no Brasil. Essa orientação teria perdurado durante a primeira metade do século XIX, pelo menos.

Ao que tudo indica, na segunda metade do oitocentos, uma mudança de concepção passa a ser engendrada, demandando uma nacionalização da produção editorial escolar e propondo ostensivamente o estímulo e a disseminação de livros produzidos por autores brasileiros. Embora possamos – em parte – considerar que essa tendência se afirmou ainda mais fortemente com o advento da República, é importante não perder de vista que a mudança da forma política esteve engendrada por mudanças no plano da cultura e da economia, bem como nas conformações sociais do período e não deve ser encarada como causa ou determinante absoluta dessa intensificação da produção editorial do livro escolar no Brasil.

Bittencourt (2008) e Galvão (2006) assinalam uma lacuna na historiografia a respeito da produção editorial escolar no Brasil anterior à República e mesmo na

transição do regime colonial para o regime monárquico, entre 1808 e 1822. Tal perspectiva é corroborada por Batista (2006):

(...) essa produção [brasileira, sobre a história dos livros escolares] – interessada nos embates políticos em torno dos quais é construída a escola brasileira – tende a concentrar sua atenção nos períodos tidos como fundadores dessa escola, o que conduz a privilegiar o momento de constituição de uma literatura escolar nacional e os grandes marcos de reordenação da escola elementar republicana. O privilegio atribuído à literatura escolar nacional republicana poucas vezes considera a utilização (embora sempre constante) até mesmo durante os primeiros anos do período republicano, de uma produção escolar lusitana anterior destinada tanto ao reino de Portugal quanto ao Brasil, e voltada, portanto, para a formação de crianças dos dois países (BATISTA, 2006, p. 534).

Durante todo o século XIX, o Estado esteve presente em todas as discussões sobre a produção, controle e distribuição dos livros didáticos. Da mesma forma, no início do século XX, percebemos a sua intervenção nas reformas educacionais que se estruturavam a partir das novas necessidades do país.

Ainda assim, dentro do ideário liberal, do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, foi dada a possibilidade de os professores escolherem o livro a ser adotado na escola, isso após uma aprovação prévia de certos livros indicados e aprovados pelo poder oficial.

Mas, como demonstra Circe Bittencourt:

A prática de possibilitar ‘alguma escolha’ pelo professor fornecia a legitimidade na ação de controle do Estado, fazendo com que os docentes dessem o consentimento na adoção do livro que, na realidade, era outorgado e controlado pelo poder oficial. O livro didático para entrar na escola pública, precisava dos burocráticos educacionais, e esta condição conduzia editores e autores a buscar meios para obter o referendun oficial (BITTENCOURT, 2008, p. 59).

A necessidade de criar livros didáticos genuinamente produzidos no Brasil torna-se uma tônica, nos debates sobre educação, nas décadas de 1870 e 1880. Esse processo de nacionalização da produção surge num contexto, como nos informa Bittencourt (2008, p. 26), “em parte, das mudanças sociais surgidas com a urbanização, imigração, do esfacelamento do trabalho escravo e modernizações tecnológicas nos meios de comunicação”. Em parte, porque havia também fortes críticas, que se mostravam coerentes na época, demonstrando os problemas dos livros estrangeiros em terras brasileiras. “As críticas aos livros estrangeiros, sobretudo portugueses, recaíam no uso de termos desconhecidos do público brasileiro, insistindo na necessidade de produzir livros com temas sobre o país, sua natureza e costumes” (BITTENCOURT, 2008, p. 32). Não podemos esquecer que,

neste momento, segunda metade do século XIX, havia no Brasil uma forte discussão sobre a construção da nossa nacionalidade, inclusive buscando entendê-la.

Nesse contexto, a tarefa de confeccionar os livros de História do Brasil, por exemplo, na segunda metade do século XIX, caberia aos professores do Colégio Pedro II, fundado em 1837, e aos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Desta forma, “os primeiros escritores de textos didáticos tiveram estreitas ligações com o saber oficial não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam no ‘lugar’ onde este mesmo saber era produzido” (BITTENCOURT, 2008, p. 142).

Por fim, cabe ressaltar, que tanto numa fase de defesa no uso de livros didáticos vindos de fora, como em outra da nacionalização da literatura destinada à escola, como esclarece Bittencourt (2008, p. 26), “permaneceu a crença na força do livro escolar como peça importante na viabilização dos projetos educacionais. A obra didática era concebida como principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dela, a formação do professor e do aluno”.

### **2.3 Práticas Editoriais no contexto dos livros didáticos no século XX**

Os estudos sobre a indústria editorial brasileira apontam com muita intensidade a participação de Monteiro Lobato. O famoso escritor destaca-se no começo do século XX, como editor de sucesso e que contribuiu com diversas inovações para a indústria editorial brasileira. (MÁSCULO, 2008).

Colaborador do jornal “O Estado de São Paulo” e da “Revista do Brasil”, que passou a ser sua propriedade a partir de 1918, Lobato começou a editar seus próprios livros e a lançar novos autores, criando estratégias de divulgação e circulação de livros no mercado, como a ampliação dos postos de venda para bancas de jornal, papelarias, farmácias, entre outros estabelecimentos (MÁSCULO 2008).

O resultado dessa estratégia foi a ampliação, para quase dois mil postos distribuidores espalhados pelo Brasil. Número relativamente pequeno se comparado com a rede francesa que havia atingido este número um século antes (HALLEWELL, 1995, p.245).

Em 1924, ao investir em máquinas modernas de impressão e acabamento importadas dos Estados Unidos e na adequação do espaço físico, com a aquisição

de um imóvel para a instalação de um grande parque gráfico, a Monteiro Lobato & Cia foi reorganizada, tornando-se a Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato. Segundo Hallewell (1985), Lobato preocupava-se “para fazer face à crescente escala de seu programa editorial”, com aspectos da impressão, tipo de papel e qualidade das capas.

A aquisição do novo maquinário tornou a empresa uma das mais modernas do país. Em contrapartida, em 1925, as dificuldades começaram a aparecer. As dívidas contraídas e a Revolução de 1924 em São Paulo impuseram dificuldades de funcionamento e a consequente interrupção de funcionamento por meses.

Diante destes fatos, foi requerida a falência da empresa (Másculo, 2008). Temístocles Marcondes Ferreira juntamente com seu irmão Octalles Marcondes Ferreira assumiu a frente da “massa falida” da editora. Em meio a esta situação, nascia a Companhia Editora Nacional.

O novo empreendimento mostrou-se bem sucedido e a Companhia Editora Nacional manteve o antigo projeto da Monteiro Lobato & Cia de dedicação ao mercado editorial de livros didáticos. Esta estratégia continuou em vigor nos anos 1930, tornando a companhia a maior editora de livros de São Paulo.

De forma semelhante, ainda na década de 1890, a Livraria Clássica de Alves & Cia., que viria a chamar-se, em 1894, Livraria Francisco Alves, foi também uma das mais importantes editoras de livros escolares no Brasil. O número de títulos lançados pela editora mostra que os livros escolares eram sua especialidade desde o início de sua existência em 1860. (RAZZINI, 2004).

De acordo com Costa (2011):

O grande editor de livros didáticos no Brasil entre final do século XIX e início do século XX foi, sem dúvida nenhuma, Francisco Alves. Embora Garnier tenha sido o pioneiro, Francisco Alves foi o primeiro editor a fazer dessa linha editorial o seu principal negócio, teve um grande crescimento a partir da década de 1890, e chegou a ter o monopólio no campo do livro didático no país. (COSTA, 2011, p. 04).

A produção editorial de didáticos deu a Editora Francisco Alves a primeira posição nesse mercado ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Com a morte de seu fundador, em 1917, a empresa acabou se transferindo para as mãos de outros proprietários originando outra grande editora de didáticos, a “Paulo de Azevedo e C.” (sustentando ainda o nome da Francisco Alves), mas que perdeu a primeira posição nesse mercado para a Editora Nacional (COSTA, 2011).

A Companhia Editora Nacional e a Editora Francisco Alves tiveram a seu favor uma conjuntura política diferente daquela experimentada por seus antecessores. O estado republicano apresentou um novo comportamento em relação à educação quando mudou o foco sobre uma educação elitista, característica do período imperial, para uma outra, centrada na escola pública, fazendo crescer o número de estudantes. Pela nova constituição republicana, tanto o ensino primário quanto a formação de professores ficavam sob a responsabilidade dos estados. Além do mais, o espírito positivista que orientava os fundadores da República trazia a preocupação com o método educacional, reflexo da sua postura cientificista.

Garnier, Laemmert e Francisco Alves foram editoras que nasceram ainda no tempo do Império. Na trilha dos didáticos surgiu já na República, em 1915, como editora, a Companhia Melhoramentos, que teve nos livros infantis e didáticos o foco de suas publicações. Ao contrário de Francisco Alves, que havia apostado no negócio de livros didáticos, Monteiro Lobato vinha desde 1919 apostando na literatura e estimulando principalmente novos escritores, fugindo deliberadamente dos grandes. No entanto, vítima dos efeitos econômicos do pós-guerra, resolveu mudar o rumo dos negócios e também apostar no mercado dos didáticos. Para tanto, em sociedade com Octalles Marcondes Ferreira, fundou a Editora Nacional em 1925, que tinha nos didáticos um dos seus focos fundamentais. Já em 1932, Octalles estava sozinho na editora e fundiu a Nacional com a Civilização Brasileira, embora utilizasse a marca das duas. Depois de 1933, a edição de didáticos saía exclusivamente pela Nacional.

A revolução de 1930 assim como o movimento da Escola Nova impulsionaram outra editora para o mercado de livros didáticos: a Editora Globo de Porto Alegre. Apoiando-se na Reforma Francisco Campos, a Globo passou a lançar livros didáticos em conformidade com o programa para cada conteúdo curricular. Deixou esse setor de publicação com a reforma de Gustavo Capanema de 1942 que obrigou as editoras a reformularem suas publicações, enfatizando conteúdos tradicionais e abordando-os de forma elitista (HALLEWELL, 1995).

No Maranhão, como já frisamos anteriormente, os serviços de impressão foram introduzidos em 1821, pelo então governador Bernardo da Silveira Pinto da



Fonseca, quando esse instalou uma impressora oficial, para produzir o jornal do governo “Conciliador do Maranhão” formando a “Typographia Nacional Maranhense”, posteriormente denominada “Typographia Nacional Imperial” (HALLEWEL, 2005).

As primeiras impressoras de propriedade privada no Maranhão foram a de Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo, que existiu de 1822 até a década de 50, e a “Typographia Melandiana”, de Daniel G. de Melo, que produziu seu 1º trabalho em 1825. A mais importante, porém, foi a “Typographia Constitucional”, de Clementino José Lisboa, que teve início em 1830. Outras foram a de “Ignácio José Ferreira”, fundada em 1833 por João Francisco Lisboa e Frederico Magno d’Abranches; a “J. G. Magalhães e Manuel Pereira Ramos”; a “Typographia Temperança”; a de Francisco de Sales Nines Cascais; a “Typographia Monárquica Constitucional”, que foi vendida em 1848 a Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, A. Theóphilo de Carvalho Leal e A. Rego, e que produziria “O Progresso”, o 1º jornal diário do Maranhão, iniciado em 1847 (HALLEWELL, 2005).

De acordo com Castellanos (2008):

Dentre os escritores maranhenses que dirigiam jornais e fizeram ampla divulgação entre livros, jornais e folhetins, cabem destacar Sotero dos Reis e Odorico Mendes. Sotero dos Reis foi professor do Liceu e Inspetor da Instrução Pública (1843), alcançando grande notoriedade ao publicar *A gramática portuguesa*, obra didática adotada em várias escolas brasileiras e totalmente esgotada na sua primeira edição, entre outros livros escritos com fins similares. Odorico Mendes sendo poeta e parlamentar, por ter traduzido as obras de Homero, Voltaire e Virgílio, ficou cognominado do —Virgílio Brasileiro. São esses homens, juntamente como José Cândido de Moraes e Silva (professor de francês, geografia e matemática), Joaquim Gonçalves de Azevedo (professor), Flávio Alexandrino de Carvalho Reis (economista e professor), Antônio Gonçalves Dias (professor, historiador e poeta), César Augusto Marques (médico, geógrafo, historiador), Antônio Henriques Leal (médico, biógrafo, crítico literário e professor), dentre outros, os constituintes da primeira geração de literatos que legaram a São Luís do Maranhão o epíteto de Atenas Brasileira (CASTELLANOS, 2008, p.153).

Na seção seguinte, apresentaremos o livro didático como um artefato cultural complexo, destacando as pesquisas realizadas com esse instrumento, mostrando como ele foi e vem sendo tratado na literatura e apontando as contribuições dos estudos focados neste objeto.

### **3 O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DA CULTURA ESCOLAR**

O livro didático ou escolar se constitui como um produto cultural, responsável pela transmissão de certa forma de cultura. [...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida (APPLE, 1995, p. 82).

Ao estabelecer parte destas condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula, o livro didático se constitui como elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo e guiando as práticas pedagógicas e contribuindo, ao seu modo, para as formas de construção do conhecimento no ambiente escolar.

Ao tomar o livro didático como objeto de investigação, este elemento culturalmente estabelecido e situado na tensão entre a “cultura da escola” e a “cultura escolar”, assume-se, portanto, que ele é em parte responsável pela determinação de modos de agir nos ambientes escolares, uma vez que eles são produtos de relações complexas que se dão na esfera social e no interior da escola.

Neste capítulo, propomos uma análise sobre a temática Cultura Escolar, a partir de um levantamento teórico e conceitual sobre este tema. Além disso, pretendemos inserir nosso objeto de estudo no contexto da Cultura Material Escolar.

#### **3.1 Cultura Escolar e Livro Didático: uma aproximação necessária**

No interior de estruturas complexas como as escolas, são transmitidas, construídas e exercidas relações de poder e de comunicação. Nesse movimento as pessoas apreendem uma cultura e são, por sua vez, produtoras de culturas. Colaboram, assim, na construção de uma cultura específica que, conseqüentemente, gera documentos e testemunhos no transcorrer do tempo. A materialidade histórica produzida por estes documentos possibilita o reconhecimento de suas especificidades, fazendo com que esta cultura específica não seja vista apenas como prolongamento das culturas em conflito na sociedade, mas como produtora de uma cultura própria que estabelece relação com as demais culturas.

Nessa perspectiva, o conceito cultura escolar apresenta-se fundamentalmente com conteúdo histórico e, assim, cada vez mais a atenção de

historiadores da educação para ele se volta. Cabe aqui, portanto, apresentar as definições de cultura escolar mais utilizadas.

Viñao Frago (2004) trata o conceito em sentido lato, identificando-o com as continuidades e persistências. Utiliza a categoria cultura escolar como resistência às mudanças. Também destaca que os tempos e espaços escolares não podem ser considerados como dimensões neutras, pois impõem sua materialidade através da aprendizagem sensorial e motora. Segundo o mesmo autor, “cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias”. Na sua interpretação, englobava “tudo o que acontecia no interior da escola”. Ressalta ainda que, além de estar presente em várias dimensões do cotidiano escolar, existe uma variação de instituição para instituição, motivo pelo qual prefere utilizar o termo culturas escolares.

O que se pode perceber é que, na ótica desse autor, a cultura escolar envolve toda a vida escolar. E isso vai desde a construção das ideias sobre o ensinar e o aprender até a ação efetiva desse fazer escolar e, então, estarão sendo mobilizados tanto os corpos como as mentes, tanto o lidar com os objetos quanto as condutas, os modos de pensar, de dizer e de fazer.

De acordo com Faria Filho (2004), um dos textos que trata da cultura escolar mais citado, tanto em pesquisas estrangeiras quanto nacionais, é o artigo de Dominique Julia intitulado “A cultura escolar como objeto histórico”, publicado em português em 2001, pela Revista Brasileira de História da Educação. Nele o autor traz a seguinte definição:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela schooled society que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e ritos contra a qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis

(no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001, p. 10 – 11).

O conceito de cultura escolar, nesse sentido, traz a perspectiva de um olhar para o interior da escolar, ou seja, para o seu funcionamento interno. Como conjunto de normas e práticas, essa definição pretende dar conta de analisar a relação que os profissionais, em especial os professores primários, estabeleceram com as normas postas à obediência e, assim, com o uso que eles fizeram dos dispositivos pedagógicos postos a circular.

Embora mais conhecido, este artigo – de acordo com o próprio Dominique Julia – foi inspirado nos trabalhos de André Chervel, particularmente no artigo “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”. Chervel defendia que a escola, ao contrário de apenas reproduzir saberes superiores produzidos pelas universidades, era capaz de produzir um saber próprio originado de determinantes da própria instituição e este saber se estenderia para a sociedade e a cultura. Em amplos estudos desenvolvidos por ele, no âmbito das disciplinas escolares sobre o sistema de ensino francês e a importância que para ele estas assumiam na conformação da cultura escolar, fizeram-no afirmar que:

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. Se se pode atribuir um papel ‘estruturante’ à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel que não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 184).

Mesmo sendo influenciado pelas ideias de Chervel, as definições de cultura escolar acerca das disciplinas escolares e sobre os processos da escolarização assumidos por Julia apresentavam aspectos diferentes, pois enquanto atribuía maior relevância às práticas escolares, Chervel voltava-se para a construção dos saberes escolares. Seguindo igualmente questões sobre a construção das disciplinas

escolares, com estudos sobre currículo, Forquin (1993) caracteriza a cultura escolar como derivada ou seletiva. Ao considerá-la seletiva afirma que:

A educação não transmite jamais a cultura, considerada como um patrimônio simbólico e unitário e imperiosamente coerente. Nem sequer diremos que ela transmite fielmente uma cultura ou culturas, elementos de cultura, entre os quais não há forçosamente homogeneidade, que podem provir de fontes diversas, ser de épocas diferentes, obedecer a princípios de produção e lógicas de desenvolvimento heterogêneos e não recorrer aos mesmos procedimentos de legitimação. Isto significa dizer que a relação entre educação e cultura poderia ser mais bem compreendida através da metáfora da bricolage (como reutilização, para fins pragmáticos momentâneos, de elementos tomados de empréstimo de sistemas heterogêneos) do que através da metáfora do reflexo ou da correspondência expressiva (FORQUIN, 1993, p. 15).

De acordo com este autor, a cultura escolar pode ser derivada quando tange sua relação com a cultura de criação ou invenção das ciências-fonte. Assim, ocorre continuamente um processo de (re)-interpretação e (re)-avaliação, onde, sob a influência de fatores sociais, políticos e ideológicos, é feita a seleção de conteúdos considerados indispensáveis para a continuidade da sociedade e que são mantidos no currículo escolar. Considera, portanto, que a transposição didática dificultam a compreensão das especificidades do funcionamento escolar, como práticas internas às salas de aula, rituais e rotinas (FARIA FILHO, 2004, p. 5-6).

As concepções apresentadas acima, mesmo contendo algumas diferenças entre si, consideram a instituição escolar como constituinte do universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, do mesmo modo que a compreendem como produtora dos documentos dessa cultura. De acordo com Vidal, estes documentos ao serem:

Tomados em sua materialidade, permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e das respostas, mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de formulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo, definindo uma hierarquia de saberes... [...] Esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetram nessas mesmas práticas escolares.” (VIDAL, p. 11, 2004).

A cultura escolar é singular com uma prática social própria e única, os principais elementos que designam essa cultura são os atores (famílias, professores,

gestores e alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas (pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo).

O conceito de cultura escolar será aqui definido segundo a explicitação teórica de Forquin, que compreende cultura como o “mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha o indivíduo humano, tão somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz” (FORQUIN, 1993, p. 168).

A cultura escolar se apresenta nesta visão como:

[...] uma ‘cultura segunda’ com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta subordinada a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensas e sanções (FORQUIN, 1992, p. 33).

Analisar as situações de uso do livro didático no ambiente escolar implica considerar elementos que constituem a *cultura escolar* e a *cultura da escola*. Segundo Forquin (1993), a escola é um “mundo social” possuidora de uma cultura própria, com seus modos de agir, de pensar, sua linguagem e seus regimes de regulação e controle e que produz também uma cultura tipicamente escolar apontada como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que são nela selecionados, organizados e transmitidos.

Para este autor a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento, ela deve também, para torná-los efetivamente transmissíveis e efetivamente assimiláveis às jovens gerações, entregar-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de transposição didática. Tal é o papel, não só, dos manuais e de todos os materiais didáticos, mas também o dos exercícios escolares, das lições, dos deveres, dos controles periódicos, dos sistemas de recompensas e sanções propriamente escolares.

A escolha dentre este vasto território da cultura de alguns conteúdos em detrimento de outros implica uma decisão política, pela qual se priorizam ideias, conceitos e valores que poderão ser perpetuados por grupos ou sociedades que de

alguma forma são detentoras do poder de decisão, representando o que um grupo priorizou como conteúdo escolar.

O livro didático é resultado deste processo de didatização exposto por Forquin, o que resulta numa forma característica de apresentação e organização dos conteúdos, uma forma escolar que está presente nos livros didáticos, ao apresentarem conteúdos, exercícios, ilustrações, exemplificações, e que não se manifesta só no livro, mas em todos os recursos utilizados na escola. Estes conteúdos escolares, este saber escolar resulta de um processo contínuo de seleção cultural e de elaboração didática e apresenta como característica a organização sob a forma de matérias ou disciplinas.

Pensar na constituição destes saberes escolares remete à discussão sobre as disciplinas escolares. Chervel (1990), em seus estudos sobre o surgimento das disciplinas escolares, aponta que muitas destas disciplinas foram criadas na escola, para a escola e por ela própria. Ele considera a cultura escolar a cultura adquirida na escola e que encontra nela não somente seu modo de difusão, mas também sua origem.

A partir das contribuições desse autor, o estudo dos livros poderia ocorrer em três instâncias: na análise dos textos, na história do livro e no estudo das práticas relacionadas a este objeto. O livro escolar é objeto didático e fonte de pesquisa histórica que permite desvelar componentes do currículo escolar ao expressar valores, normas e conhecimentos próprios de uma época e de uma sociedade. Esse material didático, presente na instrução escolar até os dias de hoje, articula um conjunto de saberes organizados que consiste numa representação da cultura, com vistas a transmiti-lo aos leitores, que devem ser iniciados nesta mesma cultura. O autor remete esta indicação de estudos no contexto da história das disciplinas escolares.

O livro didático em sua especificidade torna-se não só elemento para a compreensão dos processos de ensino em diferentes contextos e tempos históricos, ou das expressões da cultura educacional predominante em diferentes sociedades, mas também é revelador de uma rede de relações que se estabelece em sua produção e circulação.

Para compreender as determinações oficiais e estatais que determinam formas de regulação do livro, torna-se necessário examinar tanto os aspectos da

cultura escolar como as regulações exercidas pela economia política do livro didático.

A discussão do processo de trabalho com livros didáticos precisa ser ampliada, sob uma série de aspectos, uma vez que o trabalho com produtos editoriais tem sofrido transformações advindas da crescente tendência à aferição de lucros nesse campo de produção especializado. Essa justificativa fundamenta-se em estudos como os de Apple (1995, p.15), para quem se está perdendo o controle sobre partes substantivas do currículo e da tecnologia, “à medida que as ideologias e as práticas capitalistas penetram no centro de um grande número de salas de aula”. Essa penetração se faz por meio de instrumentos os mais diversos, entre eles o livro didático, razão pela qual os estudos sobre seu processo de produção, circulação e uso são manifestações de vigilância social.

Como aponta Apple (1995), existem conexões importantes entre a esfera cultural, política e econômica, aspectos contraditórios de uma mesma realidade que podem ser desveladas a partir do estudo da relação educação e “Estado”, cultura e economia, realizados a partir do estudo da escola.

Ao estabelecer parte destas condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula, o livro didático se constitui como elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo e guiando as práticas pedagógicas e contribuindo, ao seu modo, para as formas de construção do conhecimento no ambiente escolar.

### **3. 1 O Livro didático no contexto da cultura material escolar**

A utilização de livros didáticos como fonte ou *corpus* de investigação tornou-se um movimento recorrente e assertivo na produção acadêmica. Pesquisas dão volume a discussões, recuperam documentos e obras, descrevendo o percurso do impresso no cenário brasileiro e da história do livro didático em diferentes regiões do Brasil. Apesar dos trabalhos se mostrarem direcionados por objetivos específicos, eles desenvolvem suas pesquisas, em grande maioria, sobre um material didático – o livro – que se torna objeto-fonte de perscrutação e análise; utilizada por vários autores, seja na perspectiva historiográfica, literária, linguística ou educacional, a materialidade do livro ganhou e vem ganhando evidências investigativas, principalmente nas últimas décadas.



A pesquisa em cultura material manifesta, de acordo com Pesez (1988, p. 180), a materialidade associada à cultura, a “cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e as quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura”. Para Felgueiras (2005), estudar a educação hoje significa prestar atenção à densidade histórica do sistema educativo, nos contextos concretos de realização, expresso numa cultura material que, simultaneamente, traduz as concepções de uma sociedade e manifesta as condições em que puderam ocorrer.

A materialidade diz respeito a sua constituição enquanto suporte que ocupa determinado espaço em determinado tempo, contribuindo para contextualizar as práticas em seus continentes materiais: dos manuais escolares aos cadernos, passando pelas imagens de quadros, gravuras e cartazes instrutivos expostos nas paredes, assim como outros objetos que compõem o cenário da sala de aula e seu entorno (ABREU JR., 2005).

O livro, considerada a sua dimensão material, constituiu-se historicamente como um dos suportes mais usuais para diferentes tipos de textos. A paulatina ampliação da produção e da circulação dos livros contribuiu para a ampliação das diversas formas de *produção de sentidos* em torno dos conteúdos guardados neste objeto. Mas é ele próprio – o livro -, como sugere Chartier (2003), quem produz sentido também através da sua materialidade.

Chartier (2003) percorre os vários modos de apresentação do escrito, desde os hieróglifos até o texto visível na tela do computador, para falar das diversas formas como o escrito foi sendo difundido, provocando as sucessivas “revoluções da leitura”, em diferentes períodos da história. Assim o historiador francês discute as maneiras pelas quais os escritos e seus suportes contribuíram para a compreensão de seus significados subjacentes. Para o autor, “cada forma, cada suporte, cada estrutura de transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações” (CHOPPIN, 2003, p. 44).

Segundo nos aponta Larrosa (2009), o livro pode ser compreendido como uma *espécie de espaço* singular, um *dispositivo temporal*; nele se fundem e se confundem diferentes tempos, bem como se promove uma mobilidade temporal: sai-

se de um tempo e ingressa-se em outro. Ao olhar para o livro como um espaço carregado de temporalidade, deve-se, de acordo com o autor, cuidar para não se ter a pretensão de querer transformar esse tempo em História.

O argumento do livro como espaço concreto de uma temporalidade pode ser compreendido por estar nele contido, depositado e retido um “tempo histórico” sobre o qual se construíram relações sociais e ideários humanos. Essas características propiciam e orientam o desenvolvimento da nossa pesquisa, tendo em vista que o livro permite o acesso a um determinado tempo e lugar históricos.

Desta maneira, o livro didático é visto como um objeto concreto de uma *cultura material escolar*. Uma concepção que se consolida ao tomarmos como referência de estudo este instrumento, como um *dispositivo temporal*, visto que a pesquisa se colocará diante de uma dada localidade de uso e aplicabilidade deste material, que foi e ainda permanece sob a tutela da instituição escolar.

A cultura material escolar está intrinsecamente ligada à construção do espaço escolar a partir dos objetos escolares inseridos no processo educacional, assim como nas práticas realizadas pelos professores e alunos; contudo, nessa perspectiva “o uso, na escola, de artefatos como cadernos, lápis, livros didáticos, lousas, carteiras, são exemplos da necessidade de pensar articuladamente forma escolar e materialidade” (PERES; SOUZA, 2011, p. 55).

De acordo com Castro (2012, p.01) a cultura material é entendida como “um conjunto de objetos utilizados no cotidiano, nos diferentes espaços - salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros que contribuía no processo de ensino e de aprendizagem e na administração dessas instituições”, podendo ser incorporados em diversos ambientes de ensino, sendo de grande utilidade para a efetivação desse processo.

A cultura material escolar é “o conjunto de artefatos materiais [destacando-se os livros escolares] em circulação e uso nas escolas, mediados pela relação pedagógica, que é intrinsecamente humana, revelador da dimensão social” (PERES; SOUZA, 2011, p. 56). Dessa forma, a cultura material escolar também pode ser definida como um conjunto de objetos escolares disposto nas escolas aliados a práticas, a normas e a condutas dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Para Souza (2007, p. 177), “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas”, nesse sentido, as práticas e as normas também tendem a definir esse espaço. Com isso os materiais necessários para a efetivação do ensino, podem ser chamados de artefatos escolares, materiais escolares, objetos escolares, utensílios escolares, categorias estas que indistintamente poderão ser utilizadas no decorrer do texto para uma melhor compreensão e entendimento. No entanto, a noção de cultura material implica não só conhecermos os objetos mais concretos do cotidiano escolar, mas tentar desvendar as formas de apropriações desses artefatos pelos agentes inseridos no contexto educacional.

A escola como instituição educativa constitui-se tanto de uma estrutura física, concreta e edificada, quanto de uma estrutura humana, que é formada e construída a partir de ações, relações e de interações entre pessoas e entre a pessoa e o conhecimento; Viñao Frago (1995), ao falar sobre cultura, organização e escola, ressalta que esta última, por ser uma instituição, não está constituída apenas de uma *cultura escolar*, mas por *culturas escolares*, as quais são definidas por ele como o *conjunto de aspectos institucionalizados*, aspectos estes formados de vários elementos e variados níveis:

"Conjunto de aspectos institucionalizados" - inclui práticas e comportamentos, estilos de vida, hábitos e ritos - a história cotidiana do fazer escolar - objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... -, e modos de pensar assim como ideias e significados compartilhados. Alguém dirá: tudo. Sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, comportamentos objetos e condutas, formas de pensar, dizer e fazer (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68).

A *cultura escolar* é composta não apenas de práticas, ações, condutas, ideias, modos de fazer e de pensar, como também de uma materialidade física de corpos e de objetos. Na formação de uma cultura escolar não há uma predileção ou uma hierarquia de valoração entre esses aspectos; todos esses elementos juntos, organizados e em interação é que a constituem e a definem.

Viñao Frago (1995, p. 69) elege três dimensões ou aspectos da *cultura escolar*, vistos como merecedores da atenção, do aprofundamento de estudos e de análises; são eles: “[...] o espaço, o tempo e a linguagem”. O espaço físico é compreendido como aquele local apropriado, o território disposto e habitado, considerado uma construção social, que por se constituir de relações humanas não

é neutro, mas é um símbolo das condições e das relações de quem o habita. O espaço, segundo o autor, comunica, e, por isso, participa do processo de educação. Institui uma linguagem através da materialidade que se põe à leitura, a partir dos usos e das formas distintas de se ocupar e empregar tal ambiente; das relações interpessoais, ritos e representações sociais que ali são gerados ou que se estabelecem como proximidade/distância, comunicação/emudecimento, contato/conflito; das disposições dos corpos e dos objetos e da organização e hierarquização.

Outra dimensão explorada pelo autor é a do tempo escolar, que assim como o tempo, é visto como social e humano, múltiplo e plural, características as quais lhe conferem a denominação de construção social. Esta ação implícita de construir deve-se à relação de temporalidade entre o antes, o depois e o agora (presente/passado/futuro), de “[...] uma determinada temporalização da experiência em relação com um presente também concreto.” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 72).

Para o autor, o tempo é compreendido como uma relação e não como um fluxo de horas/dias/meses, sendo definido como um *ato de representação*, por ser uma capacidade de síntese e de relações que, juntamente com a memória, cria e conecta o espaço de experiências e expectativas. São essas experiências que atribuem à consciência temporal um caráter plural e diverso, configurando-se por uma perspectiva social e por uma percepção individual, as quais trazem as marcas da influência da linguagem, das maneiras de medir esse tempo e de percebê-lo, como também uma memória cultural de uma determinada sociedade.

Nesta mesma perspectiva, Vidal (2009) aponta que a *cultura escolar* se tornou uma importante ferramenta para se compreender a relação entre a escola e a cultura, o que permite destacá-la como produtora de uma cultura específica e como um espaço de convivência de outras culturas, sejam elas: infantil, juvenil, familiar, religiosa, entre outras; este ponto de vista também é partilhado por outros autores, além de Vidal. Perscrutar a *cultura escolar* visa uma aproximação das relações interpessoais ali construídas; são estudos que, através da “[...] percepção de tensões e conflitos no ambiente escolar e nas formas como a escola exterioriza na sociedade vêm matizando a visão homogeneizadora da instituição escolar como produção social.” (VIDAL, 2009, p.26).

A partir dessa argumentação, a autora aponta, de acordo com sua percepção, três questões das investigações acadêmicas sobre o trabalho do professor no interior da sala de aula: uma que reflete sobre a conservação e a inovação na educação; outra que trata sobre a atenção à *cultura material* como elemento constitutivo das práticas escolares e, por fim, outra que descreve a respeito da valorização dos sujeitos como agentes sociais.

Em relação à conservação e à inovação de práticas na educação, utilizando imagens do interior da sala de aula, Vidal (2009) destaca várias mudanças na estrutura física, material e comportamental, considerando necessário reconhecer a força de elementos estruturantes da escola na sua formação e consolidação como instituição social, bem como as alterações que foram inseridas no cotidiano escolar, seja por determinação das políticas públicas, seja pela ação dos sujeitos escolares, alterações estas que precisam ser valorizadas.

De acordo com Vidal (2009, p. 30), as práticas escolares são consideradas como *práticas híbridas*, como ações decorrentes da mestiçagem de diferentes culturas, que são “constituídas como meio dos circuitos culturais e como forma de afirmação de suas identidades sociais”. Compreender as práticas culturais como *hibridação* possibilita destacar a produtividade e o caráter inovador das misturas interculturais, que surgem, de acordo com a autora, da criatividade individual e coletiva de reconversão do patrimônio cultural.

O ambiente escolar torna-se, ao mesmo tempo, revelador de diferentes culturas e constituidor de uma *cultura escolar* através das instaurações de práticas híbridas; da convivência com culturas diversas acaba por formar-se uma cultura determinante, assomando-se saberes das culturas familiares, infantis, docentes, administrativas, locais, etc.

A *cultura material escolar*, segundo a autora, abrange todos os materiais e produtos do escrever, os quais ocupam uma posição expressiva no conjunto das práticas escolares e administrativas da escola e “[...] tomados em sua materialidade, os objetos da escrita permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, mas o entendimento do conjunto de afazeres ativados no interior da escola.” (VIDAL, 2009, p. 31).

Conferindo esta importância ao material enquanto fonte multidimensional, o nosso trabalho procurou destacar na obra *O Maranhão* aspectos de sua materialidade no contexto da cultura escolar maranhense no início do século XX.

### **3.2 Livros didáticos: um breve percurso historiográfico**

Entendemos que no campo de estudo da História da Educação, pesquisas acerca da cultura escolar têm se revelado como uma importante temática de investigação e que este crescente interesse pode ser confirmado pelo desenvolvimento de trabalhos junto aos programas de Pós-Graduação, sobretudo na área de Educação como também pelos trabalhos apresentados em eventos científicos.

Da mesma forma, os livros didáticos vêm sendo objeto de estudo por pesquisadores da educação em diversos países do mundo. Na historiografia francesa, Alain Chopin deu início ao projeto *Emmanuelle*, com o objetivo de inventariar e catalogar os livros didáticos utilizados naquele país, desde a Revolução Francesa até a atualidade. Na Espanha encontramos o projeto *Manes*; no Canadá o projeto *Les manuels scolaires québécoises* e na Itália o projeto *Edisco*, que reúne pesquisadores de seis universidades, com o objetivo de estudar a edição de livros escolares, desde 1800 até os dias atuais (ROCHA, 2000).

No Brasil, na década de 1990, foi criado o projeto *Livres*, vinculado à Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, coordenado pela pesquisadora Circe Bittencourt. Este projeto tem se dedicado à temática dos livros didáticos auxiliando os investigadores em suas pesquisas.

O Projeto LIVRES (USP) é um banco de dados que disponibiliza pela internet referenciais e fontes sobre a produção de livro didático de 1810 até os dias atuais, por meio da recuperação de obras e coleta de documentos sobre a produção didática, legislação, programas curriculares, catálogo de editoras etc. Caracteriza-se por ser alimentado e ampliado constantemente por pesquisas que analisam o livro didático em suas diferentes vertentes: conteúdo das disciplinas, processos de produção e história das editoras, memória e uso do livro em sala de aula.

Choppin (2004) afirma que o dinamismo das pesquisas sobre os livros didáticos verificados nos últimos anos resulta da convergência de uma série de fatores conjunturais e estruturais. Para o autor, entre os fatores conjunturais

podemos citar, entre outros, o crescente interesse manifestado pelos que se sentem atraídos pela história ou por historiadores em relação às questões de educação. Quanto às causas estruturais, estas estão ligadas à complexidade do objeto “livro didático”, à multiplicidade de suas funções das quais nós, enquanto pesquisadores, selecionamos as que mais se identificam com nossos objetivos.

Ainda Choppin (2004), a partir da experiência em estabelecer o estado da arte da produção científica francesa sobre o livro didático, afirma que nas últimas décadas o estudo dos livros e das edições didáticas assumiu um amplo desenvolvimento em caráter mundial, sendo quase impossível abarcar um estado da arte destas produções. Seu estudo indica os temas e as problemáticas abordados na pesquisa histórica sobre livro didático e aponta que os livros escolares assumem múltiplas funções.

No Brasil, a produção de pesquisas utilizando o livro didático se intensificou a partir das duas últimas décadas do século XX. Numa consulta ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando o descritor “livro didático” é possível encontrar aproximadamente dois mil títulos. No entanto, estes trabalhos estão dispersos no que diz respeito aos temas abordados; e muitos aspectos dos livros didáticos como, por exemplo, tomá-los como documentos históricos, ainda não foram contemplados de maneira satisfatória, o que oferece possibilidades interessantes de pesquisa.

No cenário internacional, autores renomados como Escolano (2001), Choppin (2002, 2004) e Magalhães (2006) reconhecem que houve um significativo crescimento no volume de pesquisas acadêmicas que apresentam, por diferentes enfoques, os livros escolares como principal tema de estudo.

Choppin (2004), ao fazer um mapeamento das produções científicas, analisou as principais problemáticas e temas abordados pelas pesquisas históricas sobre livros e edições didáticas no mundo. Destacando as perspectivas de evolução e as tendências mais marcantes, o autor sugere que os estudos sobre livros e edições didáticas são dinâmicos, profícuos e possuem ainda um caráter nacional, o que segundo o autor, traz uma série de dificuldades para que sejam realizadas novas pesquisas, como a fronteira da língua, o caráter recente das pesquisas e o número cada vez maior de publicações, dificultando trabalhos específicos em termos de localização e temática.

Mesmo assim, para Choppin, esses trabalhos estão longe de esgotar o assunto e “depois de ter sido negligenciadas por longo tempo, as pesquisas históricas referentes aos livros didáticos e, posteriormente, às edições escolares, tiveram desde os anos 1960 e, sobretudo, nos últimos vinte anos, um considerável impulso” (CHOPPIN, 2004, p.551).

Apesar da multiplicidade e da diversidade de pesquisas sobre o livro didático, Choppin arrisca a distinguir duas categorias de análise:

Aquelas que, concebendo o livro didático como documento histórico igual a qualquer outro, analisam os conteúdos em busca de informações estranhas a ele mesmo (a representação de Frederico II da Prússia, ou a representação da ideologia colonial, por exemplo); aquelas que, negligenciando os conteúdos dos quais os livros didáticos é portador, o consideram como um objeto físico, ou seja, como um produto fabricado, comercializado, distribuído, ou ainda, como um utensílio concebido em função de certos usos, consumido – e avaliado- em um determinado contexto. (CHOPPIN, 2004, p. 554).

Ainda segundo Choppin, os livros didáticos exercem quatro funções (referencial, instrumental, ideológica e documental), essenciais e variáveis segundo o ambiente sociocultural, os níveis de ensino e os métodos. Para a investigação proposta neste trabalho, foram consideradas as funções referencial e documental descritas por este autor como:

A função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

A função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (CHOPPIN, 2004, p. 553)

Moreira (2011), seguindo uma orientação de Choppin, desenvolveu uma pesquisa concentrada na produção brasileira da região sudeste. Suas análises fornecem dados sobre estudos realizados entre os anos de 1980 e 2005. A justificativa para a delimitação do período de pesquisa, para a autora, leva em consideração outros trabalhos de síntese e levantamentos já realizados no Brasil, mas que compreenderam períodos anteriores. Estes trabalhos haviam sido encomendados por órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais



(INEP). A autora aponta que após os anos 1970, com o crescimento da demanda escolar devido a Lei nº 5692/71, que instituiu o ensino de 1º e 2º grau, o surgimento das licenciaturas curtas e a disciplina de Estudos Sociais, o livro didático passa a ser entendido como uma ferramenta “democratizante” do ensino e submetido a uma nova significação política, social e cultural. Esta nova significação é verificável no teor e no aumento das pesquisas sobre o livro didático neste período. Para a autora:

A década de 1970 despertou profundas mudanças, inseridas em um debate filosófico em torno da razão. Como reflexo dessas mudanças no campo da História, existem ainda hoje o paradigma iluminista, claramente científico e racional, e o paradigma pós-moderno, que postula a inexistência da razão. Ambos, porém, ultrapassam a ideia de uma História Positivista. (MOREIRA, 2011, p. 20).

No Brasil, a maior parte das pesquisas entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 concentrou-se especificamente na denúncia dos livros didáticos. As críticas recaíram sobre o aspecto da ideologia, dominante e eminentemente burguesa. Nesta visão, prevalecia a ideia de uma conformação de valores desejáveis por setores das classes dominantes sobre a classe subalterna (BITTENCOURT, 2011).

Essas eram constatações em pesquisas, principalmente do período do fim da ditadura militar e tinham como alvo os livros cancelados pelo Estado. Neste caso, a ideologia “poderia ser encontrada em todo lugar onde se queira encontrá-la” (MUNAKATA, 1997, p. 27).

Uma das características que mais pareciam chocar os pesquisadores era o embelezamento, a verdadeira máscara da enganação ou “um canto da sereia para seduzir compradores incautos, como se a virtude residisse unicamente na feiura” (MUNAKATA, 1997, p.29).

Deste modo, as análises sobre os livros didáticos até os anos 1990 preocupadas em denunciar a característica ideológica e o acúmulo de capital das editoras, tiveram como objeto de estudo o conteúdo dos livros. Esta percepção não levou em consideração todo o processo pelo qual o livro está submetido, direcionando sua análise, grosso modo, na representação do negro ou do nordestino, entre outros.

A partir dos anos de 1990, as pesquisas começam a tomar novos rumos. Os estudos sobre livros didáticos passaram a considerar novos sujeitos que participam da produção e circulação, conseqüentemente, ampliaram a noção de livro. Mudou

também o olhar com relação à escola, sendo considerados aspectos do cotidiano e os usos e apropriações dos livros didáticos por professores e alunos, destacando a importância de se fazer a história da leitura, por exemplo.

Parte-se nesta pesquisa do conceito apontado por Munakata (1997) sobre livros. Segundo o autor:

Toma-se aqui por livro um objeto material, geralmente confeccionado em papel, sobre o qual aderem letras e outras figuras desenhadas a tinta, segundo uma técnica denominada impressão, cuja invenção data do século XV; esse objeto produz-se segundo um processo de trabalho bem definido e aparece primordialmente como mercadoria, mesmo que as intenções de seus artífices sejam de outra ordem que não a mercantil. (MUNAKATA, 1997, p.84)

Esta perspectiva sugere que analisar um livro implica em considerar todos os elementos que colaboram para sua existência material. Isto requer considerar as escolhas feitas por editores e outros profissionais na composição dos aspectos que caracterizam o livro e, conseqüentemente, moldam sua identidade.

Autores como Robert Darnton e Roger Chartier também são referências importantes para a análise das produções a partir dos anos de 1990. Através da adoção destes referenciais, as análises sobre livros didáticos, peculiar pelo seu público, passaram a considerar a importância da sua materialidade e da leitura. Além disto, o trabalho desempenhado por outros sujeitos na construção do livro ganharam destaque importante como objeto de estudo ou variante considerada nas pesquisas. A este respeito, Chartier argumenta que:

Os livros não são de modo nenhum escritos. São manufacturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, engenheiros, e por impressoras e outras máquinas. Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções [do autor]; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidas pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou, leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. (CHARTIER, 1988, p.127)

Igualmente, o emprego de aportes teóricos de autores da área de currículo (Ivor Goodson e Michael Apple, por exemplo) e da noção de cultura escolar (Andre Chervel e Dominique Julia, entre outros) contribuiu para que os estudos sobre a escola fossem vistos de modo mais amplo e compostos por uma rede extensa de

sujeitos envolvidos. Nesse processo, o olhar voltou-se para o interior da escola. Segundo Bittencourt:

Para a história escolar, a preocupação das análises centrou-se na identificação da rede mais extensa de sujeitos que participam de sua constituição, na articulação entre os agentes governamentais e intelectuais, entre os setores educacionais responsáveis pelo gerenciamento das escolas com os professores e os alunos assim como com a comunidade escolar. Esta dimensão de articulação de diferentes sujeitos na constituição do ensino de História fez com que houvesse a necessidade da introdução de novos conceitos no processo de análise cujo foco passou a ser a instituição escolar como “lugar” significativo dessa produção. Assim, disciplina escolar, forma escolar e cultura escolar tornaram-se conceitos fundamentais para as análises sobre a história do ensino de História que se inseriam na investigação dos currículos em perspectiva histórica, perspectiva esta que era objeto de reflexões. (BITTENCOURT, 2011, p.15)

Esta mudança no escopo das pesquisas em educação repercutiu também nas abordagens fora da escola. O aparato jurídico deixou de ser foco privilegiado das investigações e, com a introdução de novos objetos, novas fontes passaram a ser empregadas, entre elas, o livro didático.

Os trabalhos de Munakata (1997) e de Bittencourt (1993) são exemplos destas novas preocupações. Ao analisarem livros didáticos de uma maneira ampla, contribuíram fundamentalmente para a ampliação das pesquisas na área e tornaram-se referências praticamente obrigatórias para os estudos mais recentes sobre livros didáticos.

Em sua tese de doutorado, Bittencourt (1993) produziu uma reflexão sobre o papel do livro didático na construção do saber escolar. Ao estudar o período de 1820 a 1910, analisou o papel do livro didático nas disciplinas de História Geral e História do Brasil. No âmago deste processo, destaca a formação do Estado Nacional Brasileiro, a criação das escolas elementares e, ainda, o embate entre dois modelos de História: a profana e a sagrada. Na disputa destes modelos pela hegemonia, o livro didático desempenhou um papel fundamental e serviu como alicerce para o ensino de História. Além disto, o livro transformou-se em mercadoria importante para a indústria editorial nascente, cujo Estado era e, ainda é, o principal cliente. Esta relação foi fundamental para a ampliação do mercado de livros didáticos no Brasil.

Apesar de nortear as políticas educacionais e de ser o principal cliente das editoras, o Estado não produz livros didáticos. Desse modo, sua relação com as editoras tornou-se peculiar e contraditória, uma vez que colocam em choque diversos interesses. Os livros didáticos, de modo geral, são submetidos a um ciclo de produção semelhante a qualquer outro livro, composto por diversos profissionais.

Um ciclo que vai do autor ao editor, ao distribuidor, ao vendedor e ao leitor, entre outros profissionais. (Darnton, 2010). Portanto, é fundamental que o pesquisador se interesse por cada uma das fases desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante, além dos usos e apropriações do livro no cotidiano escolar.

Por outro lado, Munakata (1997) em sua tese de doutorado intitulada *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*, ressalta a necessidade de compreender o livro além de certo idealismo que despreza a forma pela qual se apresenta em sua materialidade e o processo de produção pelo qual passa. Destacou a importância e o papel dos diversos profissionais que participam do processo de produção de um livro, tão desprezados pelas pesquisas até então. Segundo o autor:

Talvez seja também interessante perceber, então, que a realização do lucro só é possível porque essas mercadorias são também cristalizações do trabalho efetivado por um contingente de trabalhadores mais ou menos especializados, executando tarefas distribuídas segundo um esquema de divisão de trabalho mais ou menos pormenorizado. Nesse mundo humano, demasiadamente humano, esses trabalhadores, agentes da produção editorial, que vendem a alma para o capital, fazem-no até mesmo pensando na melhoria da qualidade de ensino, do mesmo modo que um médico assalariado, por exemplo, ao engordar o lucro do patrão, pode também procurar atender bem o paciente. Se o efeito disso é a retroalimentação do sistema é outra história. (MUNAKATA, 1997, p. 34)

Outros trabalhos, utilizando como referências as pesquisas de Bittencourt (1993) e Munakata (1997), foram importantes para delinear um caminho possível ao investigar o livro *O Maranhão*. Estes trabalhos articularam a trajetória de grandes autores e suas respectivas produções didáticas, contribuindo para a ampliação das discussões sobre ensino de História e Geografia.

Ao analisar a trajetória de algumas das pesquisas aqui apontadas, verifica-se que o livro didático é uma fonte privilegiada de investigação sobre o ensino de História e Geografia. Ele tem cumprido historicamente um papel fundamental na relação entre professor e aluno e nele é possível encontrarmos de maneira materializada, os conteúdos que constituíram as disciplinas no período.

### **3.2 O Livro Didático como objeto de pesquisa em História da Educação**

Tomar o livro como objeto de pesquisa foi um passo importante para que ocorresse um processo de recortes, que culminou em estudos por áreas e tipos de

publicação. Uma dessas áreas, por exemplo, foi o interesse nos estudos do livro didático. Referimo-nos a “didático” de acordo com o conceito de Lajolo:

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e curso, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização. [...]. Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é um instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. [...]. Por desfrutar de uma tal importância na escola brasileira, o livro didático precisa estar incluído nas políticas educacionais com que o poder público cumpre sua parte na garantia da educação de qualidade para todos [...].(LAJOLO, 1991, p. 4-5)

Por tais razões, o livro didático dirige-se, simultaneamente, a dois leitores: o professor e o aluno. (LAJOLO, 1991). Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor.

O livro didático, portanto, é efêmero e de utilidade para o aluno em sala de aula. Possui características peculiares, voltadas para os saberes escolares da sala de aula e, por isso mesmo, sua utilidade não ultrapassa o ambiente da cultura escolar. Inserido nesse contexto conceitual, consideramos os estudos e pesquisas sobre o livro escolar de fundamental importância, tendo em vista a sua dimensão e alcance social que é o de atingir a escola, espaço e lugar de educar, saber e conhecer.

A pesquisa sobre o livro, seu uso e materialidade vem-se desenvolvendo no Brasil a partir dos anos 90. Segundo Munakata, “até os anos de 1980, realizar investigações científicas sobre livros didáticos (como são chamados no Brasil) era um verdadeiro tabu.” (MUNAKATA, 1997, p.2). Segundo o autor, havia uma certa desconsideração por esse tipo de pesquisa, bem como a ausência de percepção sobre a contribuição social que tais pesquisas poderiam oferecer. Não tinha sentido debruçar-se sobre tal tema para compreendê-lo. Essa desconsideração está inscrita naquilo que Marc Ferro denominou de tabus da história. Para esse autor, “tabu” é “aquilo sobre o que se silencia, por medo, ou por pudor” (FERRO, 2003, p. 16).

Os estudos realizados na década de 1970 e 1980 sobre o assunto eram marcados pela concepção de que o livro era uma construção da Indústria Cultural com objetivos ideológicos determinados. Essa ideia cristalizou-se entre muitos

pesquisadores e intelectuais, determinando trabalhos acadêmicos que realizavam recortes de pesquisa dentro da própria concepção da Escola de Frankfurt, como é o caso do trabalho de Maria de Lourdes C. Deiró, *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. Os estudos sobre o livro didático faziam parte desse emaranhado ideológico da indústria cultural de instrumentos de dominação política capitalista, características de pesquisas dos anos 1970 e 1980. Nessa lógica, o livro utilizado em sala de aula possuía objetivos ideológicos, voltados para a manipulação das massas de estudantes e a serviço das elites burguesas dominantes. Dentro dessa linha de pesquisa e a título de exemplificação, citamos também o trabalho de Ana Lúcia G. de Faria, *A ideologia no livro didático*, o qual trilhou esse mesmo recorte, em que o livro é situado no panorama da dominação ideológica e de classe.

A língua e sua dinâmica de transformação histórica, portanto, dão-se no campo de uma disputa, e o texto escrito faz parte das estratégias de conformação de uma determinada concepção de mundo. A produção de um texto, portanto, está envolta em um processo em que diversos locutores buscam, por meio do livro, o que Certeau denomina de estratégias, ou seja, divulgar não somente o texto delineado pelo autor, mas as estratégias editoriais que são definidas pela materialidade que envolve a produção do livro (capa, gravuras, letras, formato, imagens, gráficos, tipo de letras etc.). Essa materialidade envolve, sobretudo, a intervenção do editor.

Na concepção de Chartier, os autores não escrevem livros, e por isso mesmo é necessário distinguir o texto (produzido pelo autor) e o livro, produzido pelo editor. Os livros “não são de modo nenhum escritos, são manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas”. (CHARTIER, 1990, p. 126). Portanto, os autores produzem textos, e os editores livros. Quem decide como o livro sairá para o mercado é o editor, e não o autor, que, muitas vezes, é reprimido e dependente da vontade do editor, que define como o livro será publicado. Para o editor, o bom livro é o que vende.

O poder da materialidade do livro enquanto impressão, escrita, gravura e produção tem uma ligação direta com sua utilização e com as concepções determinadas pelo editor e pelo autor. Nessa perspectiva, o livro apresenta-se como objeto mercadológico e objeto cultural.

A produção dos trabalhos e discursos sobre os livros escolares, até os anos de 1980, vai ao encontro, sobretudo, da segunda premissa: objeto ideologicamente cultural que possui um objetivo específico. Para Deiró:

a burguesia, classe social dominante, para garantir sua hegemonia na sociedade capitalista, utiliza-se dos aparelhos ideológicos do Estado, sendo que o escolar assume a posição preponderante no conjunto desses aparelhos ideológicos, devido à sua eficácia na inculcação da ideologia dominante. (DEIRÓ, 1978, p. 26).

Por uma via semelhante Faria (2002) considera que o livro didático é organizado com objetivos pré-determinados de manutenção de classe, status quo, e os conteúdos podem ser reforçados pela escola e pelo próprio professor.

Assim como os exercícios, as ilustrações reforçam o conteúdo ideológico que se quer transmitir. [...] Assim como não é só a escola que transmite a ideologia da classe dominante, não é só o livro didático que no seu interior, é responsável por sua veiculação. O próprio professor, com sua postura, seus conhecimentos, pode garantir a transmissão. (FARIA, 2002, p. 78)

A concepção de que já existiam interesses pré-estabelecidos de uma organização social, política e econômica que deveria ser mantida, subjugando os interesses culturais da classe proletária, maioria da população, determinava a produção do livro didático, que estaria a serviço da estrutura escolar com o objetivo de dominação de classe. Isso significa que a cultura escolar e o processo de escolarização se dão por meio dos interesses das classes dominantes. O livro é um dos instrumentos utilizados na escola para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Essa é a mesma concepção pela qual Bourdieu (1978) transita, defendendo o princípio de que a escola reproduz a cultura dominante da sociedade. O livro didático seria um dos instrumentos dessa reprodução.

O aspecto dessa concepção de estudos, predominante no Brasil até anos de 1980, buscava relacionar a ditadura militar e a produção dos livros didáticos como sustentação ideológica e cultural escolar. Tinha como centro estudar a comunicação visual ou escrita, veiculadas por esses instrumentos de dominação burguesa.

Com o olhar sobre o passado, na perspectiva em que o tempo decorrido nos remete a contemplar, constantemente, os desafios históricos do presente, torna-se fundamental problematizar as questões postas anteriormente no que se refere aos discursos e pesquisas do período de que estamos tratando, isto é, o livro *O Maranhão* no início do século XX. O papel daqueles que estudam a história da educação hoje e, mais propriamente, as questões relacionadas aos livros ou manuais de cunho didático é o de buscar compreender os processos históricos

passados para elaborarem perspectivas contemporâneas sobre as pesquisas mais atuais, relacionadas às produções e pesquisas sobre o livro.

No Brasil, atualmente, pesquisadores vêm estudando o livro voltado para a cultura escolar, colocando novas questões como sua produção editorial, apropriação da leitura, práticas de leitura, estratégias editoriais, materialidade e estratégias de circulação.

Essas observações são importantes para a compreensão de que as relações do livro, voltadas para a cultura escolar e o conhecimento, podem abrir-se para outras possibilidades de pesquisa, ultrapassando o enfoque único da ideologização. Além do mais, não há como controlar ideologicamente essas múltiplas relações que se constroem na relação dos usos e das práticas que se realizam por meio do livro. Não há como ter um direcionamento ideológico de escola para escola, num contexto de um país das dimensões continentais como o Brasil, ou de uma sala de aula para outra sala, numa mesma escola.

Os dispositivos de intervenção determinados pelo editor e autor por meio do objeto material denominado “livro” (divisão de capítulos, parágrafos, notas, capa, ilustrações, cores, diagramação, fotos, etc.), por exemplo, representam um tipo de organização que tem como objetivo, entre outros, atingir o leitor imaginado e a compreensão do discurso do texto.

Compreender as razões e os efeitos dessa materialidade (por exemplo, em relação ao livro impresso, o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua representação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação. (CHARTIER, 1999, p. 35).

As relações entre os vários usuários (sobretudo aluno e professor) com o livro são múltiplas e indefinidas e dependem de lugar para lugar, de escola para escola, mesmo de professor para professor e de professor para aluno. Dois professores podem utilizar-se do mesmo livro didático, em uma mesma escola, mas de formas muito diferentes, influenciando diferentemente as concepções de apropriação do saber já que a apropriação por parte dos alunos também é diferente.

As produções acadêmicas e as discussões contemporâneas procuram revisitar trabalhos anteriores à década de 1980, problematizando-os e, ao mesmo



tempo, não ignorando que toda produção e discussão ocorrem no tempo histórico, e, por isso mesmo, não se pode exigir que pesquisadores produzam análises sobre fontes que o seu espaço e tempo não possam oferecer. Assim, as suas produções são datadas, inseridas em conjunturas políticas, econômicas e sociais, peculiares ao tempo e espaço. De qualquer modo, é importante salientar que várias visões e concepções de produções dos anos 70 e 80 do século XX ainda estão presentes em muitos escritos e discursos hoje. Isso se deve, muitas vezes, pelo desconhecimento das pesquisas sobre o tema ou outras razões de ordem subjetiva e convicções enraizadas de tal forma que preferem sequer discutir sobre o assunto.

Hoje, diversos pesquisadores ligados a universidades brasileiras, entre elas UFMG, UFRGS, USP, PUC-SP, trabalham no sentido de discutirem essas e outras questões. É fundamental compreender como esse objeto cultural denominado livro constrói significados e representações diversas, e, por isso mesmo, a pesquisa sobre esse material pode oferecer grandes contribuições para as pesquisas no campo da história da educação.

Existem vários estudiosos e pesquisadores, alguns dos quais já citados nesta dissertação, entre outros, como Circe Maria F. Bittencourt, que desenvolveu um trabalho de referência nacional pelo fato de se tratar de uma pesquisa abrangente sobre o tema. Sua pesquisa de doutorado intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, defendida em 1993, é um dos trabalhos que demonstram a importância que os estudos sobre o tema “livro didático” vêm adquirindo no Brasil. Esta realizou uma discussão que transita por vários livros de diversas disciplinas na busca de compreender a história do livro didático no processo do ensino escolar brasileiro. Destaca-se também Maria Rita de A. Toledo (2001), que desenvolveu suas pesquisas a partir de um estudo sobre *A Coleção Atualidades Pedagógicas*, da companhia Editora Nacional, em sua tese de doutorado, defendida em 2001, com o título *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*, também faz referências ao mercado editorial, a livros destinados a professores e às estratégias editoriais para a articulação da coleção no decorrer de sua existência. De qualquer modo, sua pesquisa sobre a coleção *Atualidades Pedagógicas* lança perspectivas para novas pesquisas no campo da cultura escolar. Outro trabalho relevante sobre livros para a formação de professores foi desenvolvido por Vivian Batista da Silva, em sua

dissertação defendida na Universidade de São Paulo sobre a *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos brasileiros (1930-1971)*. Também nessa mesma direção defendeu tese de doutoramento, onde investigou os manuais voltados para a formação de professores, intitulada: *Saberes em viagens nos manuais pedagógicos: construção da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*, em 2005.

A partir de pesquisas sobre o livro didático no Maranhão, identificamos trabalhos entre os quais destacamos a dissertação de Odaléa Alves da Costa, *A produção de uma disciplina escolar e os escritos em torno dela: os Estudos sociais do Maranhão*, de 2008, no qual a autora analisou o livro *Terra das Palmeiras* na produção didática em torno da disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão que esteve vigente nos currículos escolares do estado entre os anos de 1971 e 1996. Em 2012 defendeu tese de Doutorado analisando o *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues enquanto elemento da disciplina escolar Leitura. Neste trabalho a autora busca compreender a lógica de produção, circulação e utilização do *Livro do Povo*, na província do Maranhão, na segunda metade do século XIX; a dissertação de mestrado de Ana Caroline Neres Castro, *A Questão dos Livros da Escola-Modelo: disputa no campo pedagógico maranhense no início do século XX*, de 2010, em que a autora aborda a polêmica sobre os livros da Escola Modelo Benedito Leite, especificamente, a cartilha *Escrepta rudimentar* publicada em 1908, envolvendo Antônio Lobo, inspetor de Instrução pública em 1911 e Barbosa de Godóis, autor da cartilha e diretor das Escola Normal e Modelo. Temos ainda a dissertação de mestrado do professor Samuel Luiz Velásquez Castellanos, *Práticas de Leitura na Primeira República: entre apropriações e representações*, onde o autor investiga as relações entre práticas leitoras dos docentes da rede de ensino de São Luís e os aspectos que contribuem para sua formação como leitor e os seus reflexos nas práticas pedagógicas nas primeiras décadas do século XX. Em 2012 o autor defende tese de doutorado sobre *A Representatividade do Livro Escolar no Maranhão Império: produção, circulação e uso*, em que o autor buscou compreender a representatividade dos livros escolares no Maranhão Império, tendo como recorte a sua produção e uso nas instituições escolares públicas e particulares de instrução primária e secundária a partir dos jornais e dos seus agentes.

Muitos outros trabalhos de pesquisa estão em fase de elaboração, (re)discutem questões importantes sobre livros. Dessa forma, as pesquisas em história da educação sobre o livro vêm ocupando um lugar e espaço de amplas e profundas discussões. Essa perspectiva de analisar a cultura escolar e tornar o livro didático como objeto de estudo amplia o leque para a compreensão histórica da educação brasileira.

Estas pesquisas indicam elementos significativos do papel do livro didático no contexto educacional e reafirmam a necessidade de se conhecer mais especificamente o campo em que se insere a pesquisa e a produção sobre os livros didáticos particularmente no Maranhão.

Na continuidade do trabalho apresentaremos os aspectos biográficos de Fran Paxeco a fim de revelar quem foi e qual foi a trajetória pessoal e profissional desse autor para em seguida, analisarmos a obra *O Maranhão*, objeto de nosso estudo.

## **4 A OBRA O MARANHÃO, DE FRAN PAXECO.**

A proposta de apresentar um autor e sua respectiva obra se depara com inúmeras dificuldades e limitações, por ser esta relação entre o leitor-pesquisador e o autor da obra analisada permeada pela obscuridade de dados, pela fragmentação de textos e documentos, pelas condições de produção da própria pesquisa, delineada pelas marcas de um determinado tempo e lugar.

Neste sentido, a pesquisa procura compreender e apresentar quem foi esse autor, a partir das representações daqueles que escreveram sua biografia (ou parte dela) e que com ele se relacionaram, até mesmo das representações obtidas pelo pesquisador ao transcrever dados presentes nos documentos; em seguida, procura descrever quais os caminhos percorridos de sua produção, de modo que, posteriormente, se possa traçar o quanto é possível perceber em seus escritos a concepção de inter-relação entre o autor e sua obra.

Neste capítulo, apresentamos alguns fragmentos sobre a vida de Fran Paxeco, pois acreditamos que assim seja possível compreender de que maneira e em que condições foi produzido o livro *O Maranhão*, objeto deste estudo. Analisaremos também os aspectos materiais desta obra (a análise constitui-se de uma descrição focalizada nos dispositivos que compõem o livro, tais como: a capa, contracapa, textos e imagens) para verificarmos as “marcas de seu tempo” e as características do processo de sua produção.

### **4.1. O autor**

Chartier (1990) evidencia que o autor ao assinar sua obra confere a ela uma marca que possibilita unificar, delimitar, referenciar discursos e saberes. Nesse sentido, a produção de um texto e a evidência que ganha a função-autor permite que sejam construídas condições específicas para que sejam compreendidas as relações entre obras e identidades, obras e projetos, bem como as hierarquias, sociabilidades, acordos, discriminações, conflitos e formas de arregimentação dos sujeitos produtores.

É fundamental que essa dimensão da função-autor seja considerada nos estudos sobre a história dos livros escolares, pois

O autor de uma obra didática deve ser, em princípio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional. Mas, além da vinculação aos ditames oficiais, o autor é dependente de um editor, do fabricante de seu texto, dependência que ocorre em vários momentos, iniciando pela aceitação da obra para publicação e em todo processo de transformação de seu manuscrito em objeto de leitura, um material didático a ser posto no mercado (BITTENCOURT, 2004, p. 478).

Dito isso, passamos a apresentar informações sobre o autor Fran Paxeco, pois acreditamos que assim seja possível compreender de que maneira e em que condições foi produzido e utilizado o livro didático “O Maranhão”.

Fran Paxeco nasceu em Setúbal, Portugal, no ano de 1874, sendo batizado Manuel Francisco Pacheco. Faleceu na cidade de Lisboa em 1952. Aos quatorze anos, começa a trabalhar em uma tipografia da família, e edita um periódico chamado “*Gazeta Setubalense*”. A atividade de jornalista o aproxima de elementos contrários à monarquia portuguesa, pelo que, ainda jovem, se torna republicano. No jornal “*A Vanguarda*”, publica uma nota sobre o rei D. Carlos, que é tomada por ofensiva, o que o anula politicamente ao ser descoberto que estava inscrito no corpo de reservistas do exército; e o artigo torna-se prova de um processo judicial militar, cuja acusação era indisciplina. Após consultar amigos e advogados, foi aconselhado a exilar-se. Para tanto, saindo secretamente de navio a partir de Setúbal, ainda deveria passar por Lisboa enquanto parada obrigatória da embarcação. Como não fosse isso conveniente para sua segurança, desembarca antes, e parte até Gibraltar, e de lá para o Rio de Janeiro.

Uma vez na Capital Federal, logo após a proclamação da república brasileira, é recebido por comerciantes e industriais portugueses abastados, que lhe conseguem trabalho como editor de jornal em Belém, no Pará. Logo em seguida parte para Manaus, o centro econômico do norte do Brasil, exatamente no período de grande prosperidade da borracha, e para onde afluí número considerável de imigrantes, a maioria, lusitanos. Na capital do Amazonas, conhece negociantes maranhenses de origem portuguesa que forneciam produtos alimentícios como farinha e arroz, além de tecidos de suas fábricas têxteis ao mercado local. É convidado a visitar São Luís, onde, acolhido por empresários portugueses residentes e por intelectuais maranhenses, fixa-se em maio de 1900.

O processo de substituição efetiva do poder em Portugal se inicia em 1908 com o assassinato do rei e de seu herdeiro imediato, e se conclui com as revoltas populares que conduzem à deposição de Manuel II em 1910. Teófilo Braga ascende

à chefia do governo provisório e, no mesmo ano, Fran Paxeco é nomeado diretamente por ele cônsul de Portugal no Maranhão, cargo antes ocupado por seu conterrâneo e confrade maçônico, o comerciante e industrial Francisco Coelho Aguiar. Passa apenas mais três anos no Estado, quando é chamado a trabalhar com o embaixador português no Rio de Janeiro. A partir de 1916, assessora o presidente de Portugal, permanecendo até 1923 quando é nomeado novamente cônsul no Brasil, desta vez na cidade de Belém, ocupando esse cargo por dois anos.

Mesmo estando em Portugal como secretário particular do presidente Bernardino Machado, pediu que conservasse o cargo de cônsul no Maranhão, ainda que aquele consulado fosse presidido já por outro representante. Isso, no entanto, foi conseguido através de uma nomeação como “Cônsul de Segunda Classe”, em 1914. Esse fato, juntamente com as supostas recusas de Fran Paxeco em assumir outras representações diplomáticas de maior destaque do que a maranhense, quando residia no Estado, é apontado por seus biógrafos como prova de seu “amor” pelo Maranhão (LUZ, 1957).

**Figura 1** – Foto de Fran Paxeco



Fonte: <http://www.portalentretextos.com.br/>

Constitui família através do casamento com a maranhense Isabel Eugênia de Azevedo Fernandes, cujos pais eram comerciantes e com quem teve uma filha, Elza Pacheco. Até o início da década de 1910, além do jornalismo, desenvolve diversas atividades de natureza cultural. Publica em São Luís vários artigos e livros

sobre história, geografia, política e economia, dentre os quais “O Sr. Sílvio Romero e a literatura portuguesa” (São Luís do Maranhão, A. P. Ramos d’Almeida, 1900); “O Maranhão e os Seus Recursos” (São Luís do Maranhão, 1902); “Os interesses maranhenses” (São Luís do Maranhão, A Revista do Norte, 1904.); “A literatura portuguesa na Idade Média: conferência” (São Luís do Maranhão, Universidade Popular do Maranhão, 1909) e “O Maranhão: subsídios históricos e corográficos” (São Luís do Maranhão, 1913).

Organiza o grupo de literatos chamado de Oficina dos Novos, que em 1908 dará origem à Academia Maranhense de Letras, da qual se torna membro fundador e patrono. Inaugura também a Legião dos Atenienses, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a Universidade Popular e o Curso de Direito do Maranhão. Dentre as organizações das quais foi participante estão o Centro Republicano Português do Maranhão e a Associação Comercial do Maranhão. “E tudo isso de par com atividades no magistério público e particular” (MORAES, 2014).

O seu entusiasmo entre a juventude local era mesclado de visão de mundo, apoiada em suas convicções políticas e uma cultura contagiante, pela colaboração na imprensa local e presença indispensável nos vários eventos.

Apesar de seu cargo como cônsul não conter um projeto educacional explícito, suas ações se manifestavam enfaticamente, sobretudo, através de seu desempenho docente nas escolas. Motta (2012, p. 137) observa que “a interação com as alunas da Escola Normal era tão forte, que todas queriam participar de suas aulas pela sua nova mentalidade com a juventude”.

Em matéria publicada na Pacotilha, temos o seguinte comentário:

Teem ido a residência do nosso companheiro Fran Paxeco muitos estudantes, afim de manifestar os sentimentos, por ter deixado o cargo de professor do Liceu, e agradecer-lhe as deferências havidas para com eles, tanto nessa casa de ensino como na Escola Normal. (PACOTILHA, 22.out.1914)

De acordo com Borralho:

Fran Paxeco foi o responsável pela Assembleia da Associação Comercial de 14 de agosto de 1903, da qual adveio a construção da Estada de Ferro São Luís-Caxias, lecionou português, aritmética, geografia, história, literatura e francês. (BORRALHO, 2011, p. 21).

Na instrução pública, exerce o cargo de professor de História e Geografia do Liceu Maranhense e da Escola Normal. Segundo Oliveira:

A instrução pública maranhense durante a primeira república Brasileira (1890-1930), contou com a contribuição de vários intelectuais portugueses dentre eles Manuel Fran Paxeco (1874-1952) conhecido como Fran Paxeco,

cônsul de Portugal no Maranhão durante o período de 1900 a 1922, membro-fundador da Academia Maranhense de Letras (1908), sócio-fundador da sociedade (Filantrópica) Onze de Agosto (1908), do Instituto de Assistência à Infância (1911), do Centro Republicano Português (1911) e da Faculdade de Direito (1918), mas com vida ativa em ambientes educativos da capital ludovicense. (OLIVEIRA, 2008, p. 1).

Segundo a referida autora, Fran Paxeco foi ainda o idealizador e organizador do Primeiro Congresso Pedagógico do Estado do Maranhão entre o final de 1919 e início de 1920.

Polemista audaz e orador vigoroso, erudito original e independente, até uma ortografia própria precursora da simplicidade fonética, criaram para os seus artigos e livros (LUZ, 1957).

Os livros de Fran Paxeco que influenciaram a formação de professores segundo Motta (2012) e que juntamente com seus artigos publicados em jornais e revistas faziam parte do currículo da Escola Normal, à época, foram os seguintes:

- O Maranhão e seus recursos (1902);
- Os interesses maranhenses (1904);
- O Maranhão (subsídios históricos e corográficos) (1913);
- O trabalho maranhense (1916);
- Portugal e o Maranhão (1919);
- Geografia do Maranhão (1923).

Pelo que pudemos constatar através das notícias publicadas pela imprensa e por documentos oficiais, Fran Paxeco lecionou como contratado nas escolas maranhenses de 1910 a 1914, ano em que foi residir no Rio de Janeiro.

Após mais de vinte anos em São Luís, o autor da obra *O Maranhão*, é transferido para Belém como cônsul, depois para Londres.

Através dos escritos obtidos no jornal “A Pacotilha” da década de 1910, é possível verificar a importância e a valorização dada à pessoa, ao trabalho e à obra de Fran Paxeco pela sociedade maranhense no início do século XX.

Diante de tão vasta produção cultural, levando em consideração seus diálogos com as diversas instituições existentes e das quais ele ajudou a criar, revela sua historicidade e pode esclarecer qual o papel ocupado por este autor – ainda pouco estudado – na trajetória do estudo de livros escolares.



Concluimos esta parte sobre a vida de Fran Paxeco ilustrando-a com a crítica de Viriato Corrêa<sup>8</sup> sobre o livro *O Maranhão*, uma vez que ela aborda um pouco da vida do autor e faz uma análise sobre as partes em que está dividido o livro. O que a nosso ver, fará uma ponte para o tópico seguinte da pesquisa.

#### “O Maranhão”

O <Jornal de Manaus, em 27 de junho, pela pena de Viriato Correa, publicou o seguinte, acerca do livro acima:

Fran Paxeco é um trabalhador infatigável. Moço, culto, ardente, estudioso, a sua vida literária tem sido de uma fecundidade pouco comum nestes Brazis, onde os escritores passam a existência inteira, para escrever dois ou três livros.

Vindo para o Brazil ainda rapazote, Fran Paxeco trouxe-nos o seu *Sangue Latino*, publicado em Lisboa, em 1897. Era já uma obra de largo estudo, onde o moço portuguez discorria admiravelmente, sobre os problemas da nossa raça. No Brazil, não descansou. Fixando residência no Maranhão, Fran Paxeco voltou-se de corpo e alma para as coizas da terra de João Lisboa. Publicou *O Maranhão e os seus recursos*, *Os interesses maranhenses*, e uma infinidade de artigos sobre a cultura do solo da grande terra nortista.

Agora Fran Paxeco acaba de publicar *O Maranhão*. É uma obra de grande esforço, que merece a atenção de toda a gente. O autor começa por estudar a Nacionalidade brasileira. É talvez a parte mais profunda do livro, onde o escritor portuguez esplana os seus excepcionais conhecimentos da nossa história. Fran Paxeco é, atualmente, um dos homens que mais conhece a história do Brazil. Metido ali no Maranhão, com a sua acentuadíssima ténpera de estudioso, deixou-se encantar pelas belas pajinas da história maranhense, talvez a mais bela do Brazil. Vieram-lhe depois os Conhecimentos Gerais – e, como Fran é um teimozo cuscuvilhador de coizas interessantes, em pouco tempo se tornou uma das mais fortes autoridades, nos mais difíceis problemas da história nacional. O capítulo do seu livro sobre a nossa nacionalidade é um repositório magnífico de conhecimentos históricos, uma síntese admirável da vida brasileira, desde as primeiras caravelas de Cabral até o 15 de novembro.

Estuda, após, a evolução maranhense, partindo do deazastre da aparatoza expedição de Aires da Cunha, e terminando na proclamação da Republica.

Entra, em seguida, a preocupar-se do assunto a que se destinou – estudar o maranhão, sob o ponto de vista do seu solo e dos seus recursos materiais. É realmente excelente, esta parte. Fica-se conhecendo em todas as faces da sua riqueza, a pobre terra do Norte.

*O Maranhão* é um livro que merece ser lido por todos nós. É bem feito, é útil e é sólido>. (PACOTILHA, 04.ago.1913).

## 4.2 A obra *O Maranhão*: apresentação material e identidade visual

De acordo com Toledo (2001), estudar os elementos que formam materialmente uma obra é esforçar-se em compreender as escolhas feitas pelos editores para transformar os textos em livros. Assim, desenha-se um público e

<sup>8</sup> Viriato Correia (Manuel V. C. Baima do Lago Filho), jornalista, contista, romancista, teatrólogo e autor de crônicas históricas e livros infanto-juvenis, nasceu em 23 de janeiro de 1884, em Pirapemas, MA, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 10 de abril de 1967. (Academia Brasileira de Letras).

ordena-se uma circulação específica, tornando imprescindível ao historiador estudar o livro em sua composição material com a finalidade de apresentar uma história possível.

Neste contexto, é importante considerar a trama social em que foram inseridos esses livros, procurando pensar não só as condições sociais em que foram produzidos, mas a materialidade das obras. Observar-se-á a materialidade da obra de Fran Paxeco a partir do que diz Munakata (1997), que entende o livro como objeto material.

(...) geralmente confeccionado em papel, sobre o qual aderem letras e outras figuras desenhadas à tinta, segundo uma técnica denominada impressão, cuja invenção data do século XV; esse objeto produz-se segundo um proceso de trabalho bem definido e aparece primordialmente como mercadoria, mesmo que as intenções de seus artífices sejam de outra ordem que não a mercantil. (MUNAKATA, 1997, p. 84).

Ao analisarmos de forma detalhada o projeto gráfico da 1ª edição do livro *O Maranhão*, de Fran Paxeco, lançada em 1913, foi-nos revelado como a editora, ao elaborar o projeto, atendeu às exigências e às expectativas legais. Em busca destas questões, o presente texto debruça-se sobre a capa e os demais elementos materiais que foram ofertados ao leitor. As capas podem oferecer importantes indícios de mudança em seu regime de produção, de identidade da coleção, de sua concepção pedagógica, de leitor e, entre outros elementos, sua afirmação no mercado editorial.

Justamente sob o selo da tipografia Teixeira, que era uma das maiores casas impressoras da época, foi editada a obra *O Maranhão*, do jornalista e lente de Geografia e História, do Liceu Maranhense e da Escola Normal, o português Fran Paxeco, autor da primeira obra dessa natureza a circular em ambiente escolar maranhense.

Para uma melhor análise e esclarecimento, torna-se fundamental uma apresentação e análise material da obra. Nela, encontramos as marcas de seu tempo e as características do processo de sua produção.

Conforme Chartier; Hebrard (1995), a materialidade diz muito da obra. Denuncia os procedimentos de produção, de circulação e de apropriação, nos quais estão implícitas as diferentes operações humanas materializadas no livro, sendo estas reveladoras de modelos, práticas e condicionamentos sociais que vigoraram numa determinada época na sociedade. Chartier (1999) relata que:

Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro (CHARTIER, 1999, p.8).

A materialidade do livro *O Maranhão* é evidenciada através dos seguintes aspectos: seu conteúdo é apresentado em 190 páginas, impressas com letras serifadas, produzidas pela tipografia Teixeira; tamanho do livro: 22 cm de comprimento e 15 cm de largura, capa estampada nas cores azul e branca, feita com o mesmo tipo de papel do restante das páginas; uma folha em branco antecedendo a segunda capa do livro, que traz destacados a função do autor – lente de Geografia e História, e o título da obra.

O sumário de *O Maranhão*, que trataremos mais a frente, está dividido em quatro partes, a saber:

*A Nacionalidade Brasileira;*

*A Evolução Maranhense;*

*Os Conhecimentos Geográficos;*

*As Zonas Brasileas;*

*A Corografia Estadual.*

A obra de Fran Paxeco, mesmo antes de sua publicação, teve uma grande repercussão no Estado e foi bastante anunciada na imprensa maranhense. Goulart (2013), ao estudar os livros que compõem a série graduada de Língua Portuguesa, *Meninice*, de Luiz Gonzaga Fleury afirma que:

Nas primeiras décadas do século XX, era comum encontrar textos de divulgação de obras didáticas em algumas seções de diversos periódicos como, por exemplo, na seção de “Noticiário”, de “Anúncios” ou de “Crítica aos trabalhos escolares”, da *Revista de Ensino*, no período de 1902 e 1918. Eram textos que se centravam em uma indicação, uma divulgação ou uma avaliação crítica de obras didáticas (cartilhas, livros de leitura, livros de literatura, entre outros), especialmente com o intuito de lançá-los no mercado editorial. O livro didático parece ampliar seu espaço de reflexão e de apreciação nos periódicos especializados em educação, com textos descritivos que, além de apresentá-lo como um objeto do ensino, exaltando suas qualidades ou carências, também contribuíam para sua comercialização, divulgando-o como um produto rentável (GOULART, 2013, p.78).

O jornal diário *A Pacotilha* do dia 19 de março de 1913 trazia o seguinte anúncio:



Fonte: PACOTILHA (1913)

As representações a respeito do livro de Fran Paxeco construídas pelos jornais são todas em sua grande maioria críticas que valorizam e elogiam a obra: “(...) O seu derradeiro livro tem um valor estupendo, para quem quiser conhecer o Maranhão (...)” (*A Gazeta de Notícias* 06. mai.1913). O *Jornal Le Bresil Economique*, do Rio publicou uma extensa reportagem a respeito do livro:

(...) um estado histórico dos mais minuciosos desta parte do território brasileiro, terminando assim: É preciso le-lo; E a sua leitura é das mais interessantes, das mais instrutivas e das mais proveitosas. Faz também amáveis referências ao trabalho da tipografia Teixeira(...). ( PACOTILHA, 05 set.1913).

Além dos elogios por parte da imprensa maranhense, a obra de Fran Paxeco também foi alvo de atenção de variadas figuras públicas e intelectuais de outros estados que através da imprensa teceram comentários sobre o livro.

O *Correio de Belém* fez uma “apreciação crítica” a respeito do livro em um artigo que foi reproduzido n’A Pacotilha:

< **O Maranhão**> O *Correio de Belém* inseriu, como artigo de fundo e firmadas pelo distinto publicista pernambucano Mário Melo, ora no Pará, as seguintes palavras:

<É um livro útil o que acaba de publicar o Sr. Fran Paxeco, nome vantajosamente conhecido no nosso meio literário.

Já uma ocasião tive a oportunidade de dizer que o vizinho Estado do norte, é dentro da zona equatorial, aquêle em que as belas letras possuem maior número de cultores e que tem dado excelentes espécimes em todos os ramos da literatura. Nem precisa ser filho da Atenas brasileira, como o grande Coelho Neto; basta respirar a mesma atmosfera das paisagens que inspiraram Aluizio, com Fran Paxeco.

Procurando descrever o Estado em que habita e onde tem formado o seu nome, o autor apresenta-nos uma síntese brilhantíssima da nacionalidade brasileira, resumindo as extraordinárias conferências de Oliveira Lima, na *Sorbonne*, traduzidas para o português e publicadas no *Estado de São Paulo*, mais tarde enfeixadas num volume, sob o título *La formation historique de La nacionalité brésilienne*.

Entre mim e Fran Paxeco, ha a mesma admiração pelo grande espírito de Oliveira Lima, em que o ilustre escritor d'O *Maranhão* vislumbra o futuro historiador da nossa nacionalidade.

A sintheze histórica de nossa formação – desde as emprezas marítimas até ao 15 de novembro – além de rezumir todo o pensamento de Oliveira Lima, é de grande critério e está traçada em linguagem vibrante e arrebatadora.

Segue-se a evolução maranhense, com outra sintheze da história do vizinho estado do sul, abranjendo os donatários, os aborijenes, o povoamento, La Ravardiére, os holandezes, o padre Vieira e a catequeze, a revolta de 1684, os ralhos dos teólogos, a independência, os balaios, o abolicionismo e a República.

Tratando de Manoel Bequimão, garroteado em 1685, e que, ao subir ao protibulo, exclamou morrer contente pelo Maranhão, escreveu Fran Paxeco: - < A sua memória será eternamente celebrada como a dum homem honesto e presciente, que, antes de nenhum outro, propugnou pelo emancipacionismo econômico e político do Brasil.

Não aceito a opinião do autor, neste ponto. Bequimao lutou, sim, pelo emancipacionismo economico, sendo um mártir da sua idea. Nunca, absolutamente, pensou em emancipacionismo político do Brazil, tanto que, segundo se lê em J.F. Lisboa, a quem Fran paxeco cita constantemente, Bequimão dizia - < não ser crível que o príncipe, pela sua bondade, o viesse desmentir e não era de esperar que *o mesmo príncipe, com políticos rigorosos, levasse à dispersão vassalos tão fieis e beneméritos, a quem a sua coroa devia tanto e que, atrozmente perseguidos, podiam demaziar-se em novos excessos, buscando na proteção de algum rei estranho a justiça com que lhes faltava o natural*>.

(...) A seguir Fran Paxeco dá-nos um capítulo excelente de geografia, onde mostra profundos conhecimentos desta ciência, descrevendo o nosso planeta e a sua idade, a preistória americana e as raças povoadoras do glôbo.

É um estudo geral, para passar às zonas brazileiras, aplicando os mesmos conhecimentos ao particular.

O último capitulo é inteiramente dedicado à corografia do Maranhão, com todas as suas subdivizões.

A linguagem do livro é de vernáculo têrso, mostrando o pulso do escritor. Infelizmente, o Sr. Fran paxeco abuza das palavras sincopadas, que ouvimos na linguagem do rude, e lemos em poucos poetas, que forçam as sílabas, para os caprichos do metro.

(...) É um livro utilíssimo, o do Sr. Fran Paxeco. Para os estudiosos de história, um subsidio valorozo; para o maranhense uma verdadeira cartilha, que deve ser manuzeada por todos que se interessam pela terra onde Vieira proferiu os mais brilhantes sermões que enriqueessem a nossa língua>. ( PACOTILHA, 1913)

Nessa extensa citação, vimos que Mário Melo, inicialmente elogia e ressalta a importância da obra, mas discorda de alguns pontos apresentados pelo autor. Tece também alguns comentários a respeito da linguagem que o mesmo utiliza no livro.

Da mesma forma e com crítica parecida, a Pacotilha do dia 09 de julho de 1913 publica a seguinte matéria:

O dr. Nelson de Sena, ilustre historiador e parlamentar mineiro, enviou a Fran Paxeco uma carta, de que estratamos as seguintes passagens:

< Recebi com muito prazer, o seu bem elaborado livro acerca do Maranhão – terra sobre a qual tenho lido imenso, desde as crônicas de Berredo, os anais do preclaro João F. Lisboa, os estudos de Odorico Mendes, C.

Mendes, Henriques Leal, J. Serra, até aos mais recentes escritos de Jansen Ferreira, Antonio Lobo, Viriato Corrêa, e agora o seu excelente trabalho histórico geográfico. Seguramente, no Brazil meu tal, nenhuma porção do território pátrio excede essa Atenas do norte, berço de gigantes de talento e de espírito, quais foram Gonçalves Dias, os dois Azevedos (do Artur fui muito amigo), e ainda ostentando, mãe orgulhosa, filhos do porte de Coelho Neto e Graça Aranha, não esquecendo o extraordinário Raimundo Corrêa, que cá em Minas viveu muitos anos e por aqui tanto fez vibrar o plectro. Não fora (perdôe-me o dize lo ao fonetista convencido, que o sr. é) a bizarra grafia do seu livro, e eu diria que li toda a obra com um perfeito encanto intelectual>. (PACOTILHA 09. Jul. 1913).

O que chama a atenção nas duas críticas é que, enquanto a primeira diz que o livro de Fran Paxeco possui uma linguagem de vernáculo *terso*, que segundo o dicionário Aurélio significa *limpo, puro, correto*, a crítica do historiador mineiro diz que a grafia do livro *O Maranhão* é bizarra. Que também de acordo com o dicionário pode ser entendida como *informal*.

A *Folha do Norte*, do Pará, exprimiu-se da seguinte forma sobre *O Maranhão*:

Com o título *O Maranhão*, Fran Paxeco acaba de publicar, na capital maranhense, um novo livro, do qual nos ofereceu um exemplar.

É uma obra útil, sob os pontos de vista histórico e corográfico e, pelo assunto, muito interessa a todos que se dedicam a esse gênero de estudos, principalmente aos maranhenses, amantes do torrão pátrio.

O livro vem cheio de boas ilustrações, concernentes ao Maranhão.

Dá o sumário, depois, e conclue: - <O Maranhão traz ainda uma bela carta geográfica daquele Estado, no fim do livro, organizada pelo engenheiro Eduardo Ehinger, e foi editado nitidamente pela tipogravura Teixeira de São Luiz>.

Sabemos que o autor enviou o seu trabalho aos ministros da agricultura e da viação, aos governadores de todos os estados, a diversos jornais do Brazil e de Portugal, etc., no intuito de familiarizar os estranhos com as riquezas do solo maranhense. (PACOTILHA, 13. Mai. 1913)

O escritor maranhense Coelho Neto publicou a seguinte mensagem sobre o livro de Fran Paxeco:

Coelho Neto enviou ao autor do volume acima as seguintes palavras: - <Meu ilustre confrade: - Recebi o seu livro e levo-o comigo, para o ler a bordo. Assim, nas águas solitárias, terei a visão da terra querida, dada por quem a estima como filho, e sabe dizer, em frase clara e exata, o que vê. O que sente e o que pretende. Obrigado. (A PACOTILHA, 16. jun.1913).

Além dos elogios por parte da imprensa, a obra do professor Fran Paxeco foi também alvo de atenção do professor de geografia do Liceu Maranhense Raimundo Lopes. Em artigo no jornal *A Pacotilha* do dia 19 de junho de 1913 ele discorda da forma como Fran Paxeco dividiu as regiões do Brasil:

(...) em seus livros “os interesses Maranhenses” e “O Maranhão”, Fran Paxeco altera essa divisão, dando-lhe a seguinte forma:

Sul – (Do Rio Grande ao Espírito Santo).

Oeste – (Goiaz e M. Grosso).

Leste – (Da Baía a Pernambuco).

Norte – (Da Paraíba ao Acre).

Não me posso conformar com qualquer dessas duas classificações.

A primeira confunde arbitrariamente, na mesma rejão, a Baía e os estados sulistas. A segunda envolve a Paraíba, R.G do Norte e Ceará, na mesma seção a que pertence a Amazônia, separando-os assim de Pernambuco a que são ligados por várias afinidades. (PACOTILHA, 19. Jun.1913).

No mesmo artigo o professor Raimundo Lopes traça uma divisão regional do Brasil mais próxima da que conhecemos hoje.

Em abril de 1913, o governo, através de ato, autorizou a adoção na Escola Normal da obra de Fran Paxeco:

Por ato de hoje, rezolveu o sr. Inspetor da instrução publica adotar, para as aulas de corografia da Escola Normal, o livro – O maranhão, de Fran Paxeco.

Neste sentido, oficiou aquela autoridade ao diretor da mencionada escola. (A PACOTILHA 07. abr.1913).

Pudemos constatar que o livro *O Maranhão* contemplava todos os temas prescritos pelos conteúdos curriculares previstos pelo programa de ensino da Escola Normal. De acordo com o Regulamento desta escola, criado pelo Decreto nº 21 de 15 de abril de 1890 orientava que:

Art. 3º O curso normal será feito em três annos e constará das seguintes disciplinas:

1º Lingua portugueza;

2º “ franceza;

3º Arithmetica;

4º Chorographia do Brazil;

5º Geographia;

6º Historia do Brazil;

7º Historia Universal;

8º Pedagogia;

9º Historia Natural;

10º Instrucção Moral e Civica;

11º Litteratura Portugueza e Brasileira;

12º Physica;

13º Chimica;

14º Desenho;

15º Musica;

16º Gymnatica;

17º Trabalhos de agulhas. (para o sexo feminino) (REGULAMENTO, 15. ABR.1890).

Nesta trajetória de estudo, verificamos através da análise das fontes, que o livro *O Maranhão* de Fran Paxeco não foi produzido especificamente como livro didático. Acreditamos que a sua adoção na Escola Normal, tenha sido pelo lugar social ocupado pelo autor, tendo em vista que o mesmo detinha um cargo de cônsul,

além de ser professor neste estabelecimento de ensino. Sobre essa questão Castellanos (2012) ao analisar o processo de adoção de livros na instrução pública no Maranhão imperial observa que:

Estes argumentos expressos entre posicionamentos políticos contrapostos e concepções pedagógicas polarizadas, entre pontos de vistas discordantes quanto à religião e à moral, e no que concerne à educação e à instrução, dão-me indícios dos inúmeros elementos que compunham as decisões tomadas, pelos agentes responsáveis, sobre os livros que deveriam ser aprovados e adotados nas escolas públicas, evidenciando, nestas controversas, sinais do teor das deliberações sobre as obras que deveriam ser distribuídas, comercializadas e permitidas no ambiente escolar. No juízo de uma obra em detrimento da outra, não só parecia estar em jogo os aspectos didáticos, metodológicos e pedagógicos, como também os elementos políticos, ideológicos, econômicos e de interesses de grupo. Por outro lado, existem comparações indevidas entre os livros citados, já que elas parecem não levar em conta a natureza do suporte e a sua utilidade na instrução. (CASTELLANOS, 2012, p. 140).

Desenha-se, dessa maneira, uma relação entre “produtores culturais”; operando nitidamente no espaço da produção e circulação cultural, construindo produtos culturais. Trata-se, dessa maneira, de uma relação entre intelectuais.

Tal perspectiva de compreensão dos processos de produção desses produtos culturais opera um deslocamento importante no campo ao lançar luzes sobre determinadas condições dessa produção que estabelecem relações específicas aos sujeitos que se ocupam com essa função intelectual.

Segundo Magalhães (2011, p. 10), tanto a história do livro como a do manual escolar são também a “história de arbítrios e conflitualidades culturais de grupos, meios e processos socioculturais”. No caso das críticas ao livro de Fran Paxeco publicadas nos jornais se enquadram naquilo que foi caracterizado por Magalhães como campo dos conflitos entre grupos, nesse caso, entre grupos intelectuais.

A partir destes apontamentos, podemos afirmar que além do lugar que ocupava, das redes de relações e da sua própria atuação profissional, Fran Paxeco teria sido beneficiado por condições que lhe permitiram aderir ao movimento ascendente de produção de obras didáticas que marcaria o início do século XX, no Maranhão.

#### 4.2.1 A capa e outros elementos pré-textuais

Estudar as capas e os demais elementos gráficos que formam a identidade visual de um livro é buscar pistas através das marcas materiais construídas a partir



do processo de sua existência. Em especial as capas, revelam as informações priorizadas na apresentação à venda. Toledo (2001), ao estudar a coleção *Atualidades pedagógicas*, argumenta que:

Se os nomes do autor, título do livro e as referências sobre as coleções são sempre fundamentais e permanentes no rótulo do livro, há informações que variam de volume para volume, apresentando os diferentes autores e conteúdos de modos diferentes, dependendo do que os editores entendem como necessário para este público leitor que começa a se formar em torno do campo da Educação. A coleção ainda não tem, por ela própria, a autoridade e a identidade suficientes para credenciar autores e conteúdos nela publicados, recorrendo às estratégicas informações dispostas nas capas. (TOLEDO, 2001, p. 104)

A capa é responsável pelo primeiro contato com o livro e com o primeiro olhar sobre ele. É responsável pelo “marketing” do livro e constitui um dos espaços determinantes em que se estabelece o pacto de leitura. Através dela, é possível obter inicialmente algumas indicações sobre o tipo de discurso, o estilo de ilustração, o gênero e o conteúdo do livro. Nem sempre ela consegue assumir essas funções de forma eficiente, podendo distorcer, gerar pistas falsas e expectativas diferenciadas. A capa, segundo Powers (2008) cumpre um papel no processo de envolvimento físico com o livro, pois, embora não se possa olhá-la enquanto se lê, ela o define como objeto a ser apanhado, deixado de lado e talvez conservado ao longo do tempo. Para este autor:

A capa pode parecer um acessório insignificante para o conteúdo da obra propriamente dito, ou um mero fetiche de colecionador que supervaloriza o objeto raro sem levar em conta o entendimento histórico. Contudo, pode ser uma obra admirável, com significado próprio. Isso torna as capas algo digno de ser apreciado e analisado, tanto no passado como no futuro (POWERS, 2008 apud RAMIL, 2013, p.135).

Na análise da forma pela qual o livro se apresenta, a capa é um componente que merece destaque. Bittencourt (2005), ao propor um roteiro para a análise de livros didáticos de História, cita a capa, dentre os aspectos formais, como um dos elementos que constituem estratégias editoriais de sedução junto aos professores e alunos. Nesse sentido, a capa oferece indícios interessantes, desde suas cores e ilustrações até o título e as informações sobre as vinculações com as propostas curriculares.

Batista (2004) afirma que, somente após os anos de 1960 e 1970, vão ocorrer acentuadas modificações na produção dos manuais escolares nacionais. Alguns sinais mais visíveis das transformações serão as mudanças ocorridas em relação ao formato físico de seus suportes que, de “21 x 14cm, passou a 27 x

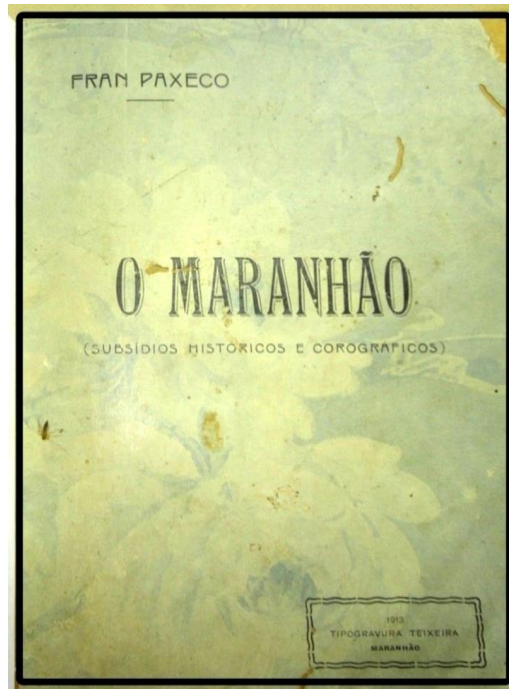
21cm”, e o aspecto visual das capas que, de austeras e rígidas, passaram a oferecer um visual mais direcionado ao público escolar, com encadernações feitas a partir de processos mecânicos, a qualidade do papel se elevou, assim como a qualidade das impressões que acabaram incorporando novos padrões de cores, ilustrações e imagens (BATISTA, 2004, p. 58).

Portanto, a capa não constitui mero ornamento visual e de proteção do livro, mas revela desde já a intenção de autores e editores, comunicando um protocolo de leitura, procurando dar pistas do conteúdo que será tratado ao longo do volume. Revelam estratégias e representações que os mesmos agentes possuem em relação aos diferentes leitores (professores e alunos), esperando talvez, que esses leitores apreendam conceitos a serem desenvolvidos.

Analisando a capa do livro *O Maranhão*, de Fran Paxeco, é possível detectar transformações visíveis e outras mais sutis ocorridas no espaço de algumas edições. É importante esclarecer que a análise presente nesta pesquisa, refere-se somente à 1ª edição, pois como foi verificado, apenas esta edição foi utilizada como livro didático.

A edição de 1913 apresenta o livro com um trabalho de cores sóbrias na capa. Trata-se de uma sobreposição de cores azul e branca, numa estampa que lembra flores. As informações trazidas eram escritas na cor preta. Nessa edição, as informações fundamentais para a identificação eram destacadas na capa do próprio livro. O nome do autor, o título da obra e a marca da editora são visivelmente estampadas. Ao que tudo indica, esta estratégia tinha por objetivo credenciar o livro, principalmente para um público que ainda não sabe bem “discernir o que lhes deve ser mais adequado. (...) Assim, a editora sabe selecionar para o leitor que nela pode confiar” (TOLEDO, 2001, p. 59).

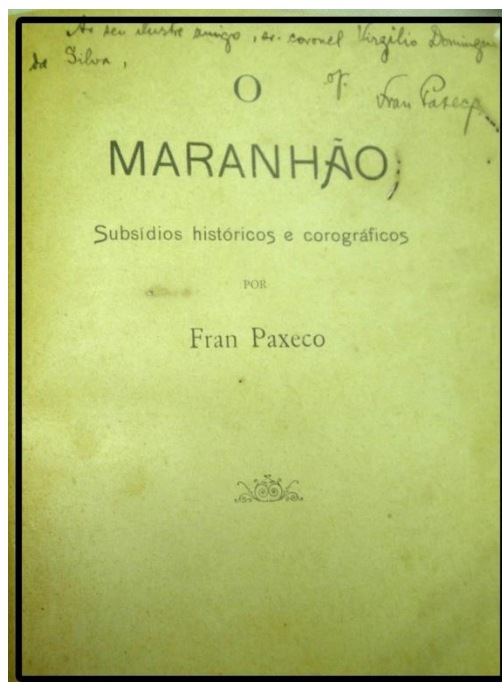
**Figura 2** – Capa da 1ª edição (1913).



Fonte: Acervo particular Jomar Moraes

Os elementos pré-textuais, como a folha de rosto seguiram a mesma tendência da capa. Em evidência, na parte superior o título do livro. Logo abaixo, o subtítulo e o nome do autor. Na parte inferior, apenas a cidade onde o livro foi lançado. (Figura 2).

**Figura 3** – Folha de rosto da 1ª edição, O Maranhão, 1913.



Fonte: Acervo particular Jomar Moraes

#### 4.2.2 Os textos e as imagens

O texto pode ser apresentado de diferentes formas, que acabam modificando o significado dado pelo leitor. Quanto a isso, Chartier (1999) comenta:

É preciso levar em conta que as formas produzem sentidos e que um texto, estável por extenso, passa a investir-se de uma significação e de um status inéditos, tão logo se modifiquem os dispositivos que convidam à sua interpretação (CHARTIER, 1999, p.13).

Ainda segundo Chartier (1996, p.251), "sobre um mesmo texto, que tem suas próprias regras de ser como texto, os procedimentos de ser em livro podem variar de maneira extremamente forte". O autor também indica que as formas textuais e tipográficas interferem no modo de leitura, de acordo com a intelectualidade dos leitores, que podem diferir por suas habilidades e necessidades, além de apresentar práticas de ler e procedimentos de interpretação variados, por não disporem sempre das mesmas competências de leitura.

Analisando a 1ª edição do livro *O Maranhão*, de Fran Paxeco, percebe-se certa ênfase sobre o texto-base, como principal condutor do aprendizado do aluno e ferramenta do professor, possuindo uma predominância do gênero textual "descritivo".

Em sua trajetória, o texto-base, ou seja, aquele que é o condutor da História e apresenta as principais informações que norteavam o processo de ensino-aprendizagem, cujo autor é o principal responsável, não foi alterado.

Em uma linguagem bastante rebuscada, o autor descreve na primeira seção do livro os pilares da formação da *Nacionalidade brasileira*:

Seria um contra-senso publicar uns simples rudimentos, sobre a história e a corografia do Maranhão, inestimáveis, por mais dum título, destacando-as do rasgado evoluir do Brasil. Só neste amplo quadro social se aprenderá, com inteireza, a luminosa parte que toca ao viver maranhense, através dos tempos. Tomamos um guia seguro, para que a jornada se efetue sem transios – uma ensinati a obra do insigne diplomata Oliveira Lima. Intitula-se *A formação histórica da nacionalidade brasileira*. (PAXECO, 2008, p.15)

Sempre em conformidade com o pensamento do historiador Oliveira Lima<sup>9</sup>, o autor de *O Maranhão* narra nesta seção os principais acontecimentos da história do Brasil desde o descobrimento até a abolição da escravatura em 1888.

---

<sup>9</sup> Nasceu em Recife em 1867, foi um escritor, crítico, embaixador do Brasil em diversos países e professor-visitante na Universidade Harvard. Membro-fundador da Academia Brasileira de Letras.

Na seção sobre *A Evolução Maranhense* o autor discorre sobre a história do Maranhão desde a chegada dos portugueses em terras maranhenses, citando os principais eventos históricos, como a Balaiada e a Revolta de Beckman, por exemplo, até o ano de 1910, quando o estado foi governado por Luís Domingues.

Constam de poucos os informes das visitas iniciais ao litoral do extremo norte do Brasil. Conta-nos o Sr. J. Ribeiro do Amaral, num estudo recente, averiguar-se que andaram por estas bandas, no primeiro decênio do século XVI, navios de Portugal, figurando num deles o amestrado piloto João de Lisboa, “que deu até o seu nome a um dos rios aquém do Maranhão”. Depois aparece Estevão de Fróes, que se endereça a D. Manuel da ilha de São Domingos – “cidade de Santo Domingos” – aos 30 de julho de 1514, protestando contra as ameaças de que é vítima, na alegação de que aquele soberano “possuía estas terras há vinte anos e mais”. (PAXECO, 2008, p. 48)<sup>10</sup>

*Os Conhecimentos Geográficos* é a terceira seção do livro de Fran Paxeco. Nela o autor aborda as questões astronômicas e geológicas da Terra, bem como a questão populacional. Para ele:

A população do nosso planeta, em 1907, era esta: - Europa, 415.6; Ásia, 442.9; África, 40.7; América, 132.6; Oceania, 6.2; gentes não recenseadas, 617.5. Total, 1.665.5. O aumento, do ano anterior pro aludido, andou por 45 milhões. Aplicando semelhante média, aos quatro anos seguintes, o orbe terrestre abrigará, na atualidade, 1.835.5 milhões de pessoas. E a carta completa da Terra, cuja elaboração se alvitrou, em 1891, pela voz do professor Penck, no Congresso das Ciências Geográficas de Berna, está prestes a ultimar-se. Será uma cúpula magnificante. A Inglaterra, a França, os Estados Unidos da América do Norte, a Alemanha, num movimento conjunto, esforçam-se pra consecução dessa maravilha cartográfica. Pronta, na escala de 1 por 1.000.000, medirá cerca de 191 metros – e custará perto de 3.000 contos de réis. (PAXECO, 2008, p. 104).

A seção *As Zonas Brasileas* é a mais longa da obra. Nela o autor discorre sobre o relevo brasileiro contextualizando-o com o relevo da América do Sul. As regiões geológicas do Brasil, os climas e a divisão regional são tratados minuciosamente.

Sobre a divisão regional do Brasil é importante ressaltar que no livro *O Maranhão*, o autor discorda dos autores de livros de Geografia Temístocles Sávio<sup>11</sup> e Manoel Said Ali Ida<sup>12</sup> Segundo Paxeco:

<sup>10</sup> Este estudo recente de que trata Fran Paxeco refere-se de artigo publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, em 24 de novembro de 1911, intitulado “Fundação do Maranhão”, onde o historiador José Ribeiro do Amaral, lança uma nova visão sobre a fundação da cidade, considerando-a fundada pelos franceses em 1612 e ignorando toda historiografia produzida até ali que via a fundação a partir da colonização portuguesa, iniciada em 1616: “A Cidade de São Luís, capital do Estado do, Maranhão, é uma cidade de origem absolutamente francesa, ocupando ainda hoje, o mesmo lugar escolhido por seus fundadores.” (AMARAL 2003, p. 39).

<sup>11</sup> Foi tenente da Marinha do Brasil e professor da Escola Militar. Escreveu o livro *Curso de Geographia Elementar* pela editora Francisco Alves no Rio de Janeiro em 1913.

Os srs. Temístocles Sávio e Manoel Said Ali Ida, nos seus livros *Curso elementar de geografia* e *Compêndio de geografia elementar*, concordam em fazer assim a divisão racional – palavras que ambos empregam – da nacionalidade brasileira: - *Brasil setentrional*, ou Amazonas (Acre, de que esqueceram, Amazonas e Pará); *Brasil do nordeste* (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); *Brasil oriental* (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); *Brasil meridional* (Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul); *Brasil central ou ocidental* (Goiás e Mato Grosso). O sr. Said, com probidade, esclarece: - “Central, em relação ao continente sul-americano, e ocidental, em relação ao território brasileiro.

Salvo o devido respeito, parece-nos que, por um motivo de ordem climatérica, de que o Sr. Delgado Carvalho se apercebeu, na excelente obra *Le Brésil Méridional*, a São Paulo competiria figurar com os Estados sitos no meridíio, e não no oriente. O designativo de *central*, pra Mato Grosso e Goiás, entremostra-se ambíguo, porque o centro do Brasil não é lá. Ora, na restrita nomenclatura da corografia dum certo país, cumpre deixar à margem os limítrofes. E ainda, cingindo-nos ao significado comum do terminologismo brasileiro, que opõe *central* a *litoral*, ainda aí o uso dos termos, não obstante, inveterado, falseia a topografia. Porque, se Goiás e Mato Grosso ficam centrais, o Amazonas e Minas, naquela acepção, igualmente o ficam, vista a distância do Atlântico.

Num livro nosso, há 8 anos, atendendo às diferenciações climáticas, e consultando a carta, enumerávamos: - *Sul* (Rio Grande do Sul, Sta. Catarina, Paraná, São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo); *Leste* (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco); *Oeste* (Goiás e Mato Grosso); *Norte* (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas), a que hoje aduziremos o Acre, sem omitir o Amapá. (PAXECO, 2008, p. 115-116).

Como já abordamos anteriormente, é nesta divisão do Brasil que residiu a crítica de Raimundo Lopes ao livro de Fran Paxeco. Para o professor de Geografia do Liceu:

A divisão dos paizes em zonas é um dos mais eficazes recursos de classificação geográfica.

A do Brazil já foi varias vezes tentada, mas com divergências que mostram perfeitamente a dificuldade de conciliar os vários critérios – físico, econômico, histórico, etc., que presidem a caracterização das diversas zonas.

(...) em seus livros “Os Interesses Maranhenses” e “ O Maranhão”, Fran Paxeco altera essa divisão, dando-lhe a seguinte forma:

Sul – (Do Rio Grande a Espirito Santo);

Oeste – (Goiáz e M. Grosso);

Leste – (Da Baía a Pernambuco);

Norte – (Da Paraíba ao Acre).

Não me posso conformar com qualquer dessas classificações (...).

Segundo a sua própria declaração, Fran Paxeco procurou atender as diferenças climáticas (...).

A divisão seccional é uma sumula, representando as semelhanças e divejencias dos Estados e constituindo o quadro expressivo da formação histórica e do desenvolvimento regional do paiz. (PACOTILHA, 19.JUN.1913).

---

<sup>12</sup> Nasceu em 1861 em Petrópolis, morou no Rio de Janeiro onde trabalhou na livraria Laemmert, depois lecionou alemão na Escola Militar e no que viria a ser o Colégio Pedro II. Foi ainda professor de francês, inglês e Geografia. Escreveu o livro *Compêndio de Geografia Elementar*, 1905, Rio de Janeiro / São Paulo. Laemmert & C.

A questão populacional também é abordada por Paxeco. O autor trata da demografia fazendo um histórico do recenseamento no mundo. Citando outras obras e autores, como *Geografia universal comparada* de Karl Ritter e *Nos Estados Unidos* de Oliveira Lima ele identifica o quantitativo populacional de mulheres e homens de vários países, tais como: Rússia, Áustria e Alemanha. Sobre a população brasileira a obra toma os números divulgados pelo jornal carioca *O País*:

O articulista d'*O País* calculou o *quantum* populativo do Brasil em 23.880.000, sem incluir o Território Federal, cujos povoadores ultrapassarão, hoje, a cifra de 160.000, sem exagero.

Tem-se como de população mais densa os Estados de Minas, com 4 milhões, São Paulo, com 3.500.000, a Bahia, com 2.500.000, o Rio Grande do Sul, com 1.500.000, Pernambuco, com 1.300.000, o Rio de Janeiro, com 1.200.000, o Ceará e o Distrito Federal, com 1.000.000. A densidade geral, por quilometro quadrado, conforme Homem de Melo, que avalia em 20.000.000 o número de pessoas da República Brasileira, será de 2.356. (PAXECO, 2008, p. 129-130).

A última seção de *O Maranhão* intitula-se *A Corografia Estadual*. Nela, o autor cita os limites do estado, a orografia, a hidrografia, a limnografia, o clima, a população, a fauna, a flora, as produções naturais, a pecuária, a lavoura, os minérios, a indústria, o comércio, a circulação, o corporativismo, as fundações filantrópicas, a receita e a despesa, a educação, os poderes públicos, a ilha de São Luís, as cidades e as vilas.

Nesta seção o autor considera:

São Luís, a capital, com 60.000 habitantes, foi locada, em 1612, por uns expedicionários franceses, às ordens de Daniel de La Touche, mais conhecido pela etiqueta de senhor de La Ravadière. – A posição astronômica, segundo o engenheiro Pimenta da Cunha, é a 2º 3' 54", 7 latitude sul e 1º 07' 47", 77, longitude oeste do Rio.

Admiram-se, nesta cidade, as avenidas Maranhense, Silva Maia e Gomes de Castro; as Praças João Lisboa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Deodoro, Benedito Leite, Caridade, Primeiro de Maio, Justiça, Mercês, todas ajardinadas e arborizadas. (Paxeco, 2008, p. 194-195).

Sobre a utilização de imagens no livro *O Maranhão* é importante frisar que os livros didáticos desde o século XIX, em geral, não apresentavam imagens, assim, como não traziam atividades e muitas vezes não indicavam a série/ano a que se destinavam e nem o programa, currículo ou leis a que estavam atrelados. Para Albuquerque (2010):

O Compêndio de Geografia Elementar, de José Saturnino da Costa Pereira, data de 1836. Esse é o mais antigo livro didático de geografia que conseguimos catalogar [...]. Encontra-se na Biblioteca do Exército no Rio de Janeiro e pode trazer grande parte das características supracitadas, ou seja, uma abordagem de Geografia Clássica, uma metodologia de ensino

centrada na memorização, não traz imagens (gravuras ou mapas) e foi editado em preto e branco. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 73)

Diferentemente dos livros didáticos publicados no início do século XIX, parte daqueles publicados no século XX já trazia o resultado de um debate que vinha se desenrolando entre intelectuais que se preocupavam com o ensino desde o século anterior. “Isso foi intensificado na década de 1890, com a publicação do livro *A Educação Nacional*, de José Veríssimo”. Segundo Albuquerque (2010)

Entre o final do século XIX e o início do século XX, as publicações começaram a apresentar outras feições, tendo em vista os debates apontados o desenvolvimento de tecnologias voltadas à impressão, a influência das publicações estrangeiras, entre outros fatores (ALBUQUERQUE, 2010, p. 77).

Nas publicações desse período podem-se verificar algumas permanências, mas também mudanças. Se por um lado prevalece o método dialógico com suas práticas mnemônicas, por outro, as imagens começam a compor os textos, e a esses livros serão incorporadas as gravuras; “agora além daquelas acerca da cosmografia, também são introduzidas aqueles referentes aos aspectos naturais e, posteriormente, aos aspectos humanos. Os mapas também passam a compor tais livros” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 77).

De acordo com Frade (2010), em seus estudos atribuídos especialmente ao estudo de cartilhas, as ilustrações podem ocupar diferentes funções como: dar fechamento à lição dar sentido a palavras soltas apresentadas com espaçamento ou para emoldurar, destacando palavras com algum espaçamento entre sílabas, para suavizar a passagem do texto para a palavra solta e a lista de palavras, como apoio ao reconhecimento de palavras ou títulos, para reconhecimento de sílabas iniciais e mesmo de letras iniciais. Mesmo sendo de livros didáticos a ilustração tem entre suas funções a de seduzir o leitor e atrair sua atenção para a leitura.

No século XX, com os recursos de impressão já avançados, a reprodução de pinturas de grandes artistas nos livros didáticos possibilitaria que os alunos tivessem acesso a “uma apreciável quantidade de ilustrações das mais representativas de aspectos culturais importantes da época”. (MÁSCULO, 2008)

A fotografia é outro tipo de iconografia que pode gerar as mesmas condições de acesso às obras de arte, monumentos e paisagem.

Inventada em meados do século XIX, a fotografia teve “uma aceitação notável” a partir de 1860 e, no final daquele século, sua produção ganhou intensidade. (KOSSOY, 2003 apud MÁSCULO, 2008).



Podemos perceber, de acordo com anúncios publicados nos jornais, que o livro de Fran Paxeco trazia essas inovações. O jornal *A Pacotilha* do dia 15 de abril de 1913 trazia a seguinte notícia, evidenciando as ilustrações acompanhadas de um mapa do estado do Maranhão:



Fonte: Pacotilha (1913)

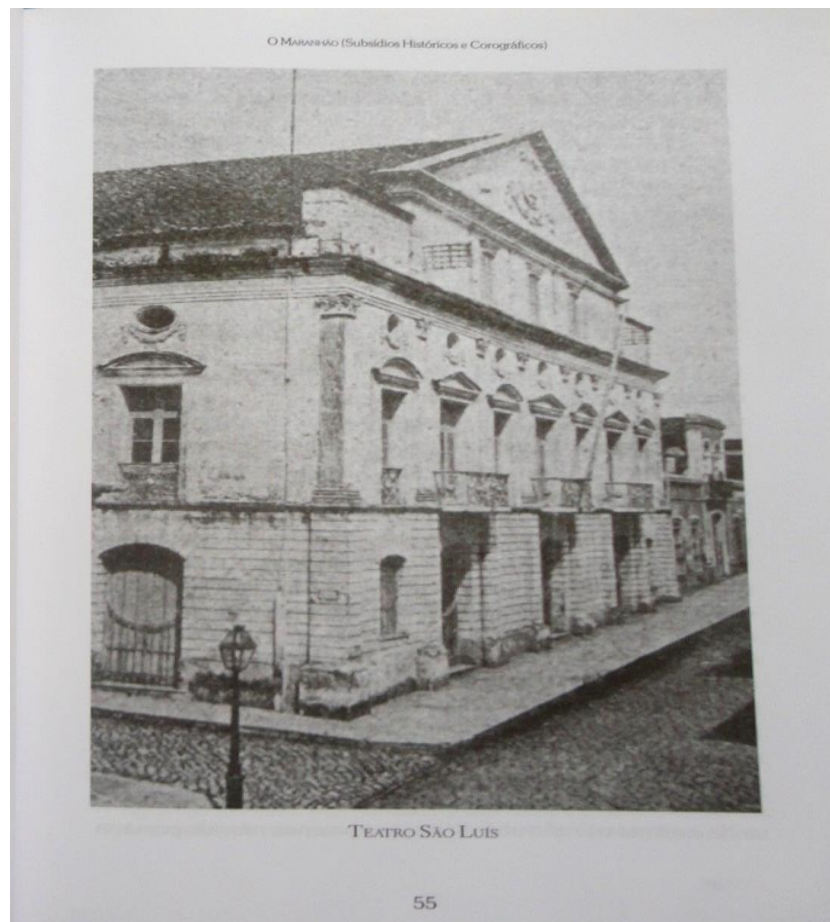
Como o anúncio indica, o livro apresenta grande quantidade de gravuras (38) e um mapa do estado. As ilustrações são identificadas ao longo do livro, mas não possuem uma relação direta com o texto, ou seja, as fotografias são postas de forma aleatória ao longo do livro. As ilustrações aparecem no texto, apenas como uma inovação da imprensa tipográfica, mas não como algo que possa complementar a leitura e a compreensão do texto através das imagens. Considerando que a função das imagens nos livros didáticos é de reiterar, ampliar e sugerir com o tema abordado, além de concordar, expandir e propor uma visualidade peculiar para o que está escrito nos textos, no caso de *O Maranhão* elas não cumprem esse papel.

**Figura 03** – ilustração número 21 do livro *O Maranhão*.



Essa combinação imagem fotográfica e texto utilizada por Fran Paxeco já era utilizada por editoras brasileiras, desde o início do século XX, em jornais, almanaques, revistas e, embora em pequenas quantidade, até em alguns livros didáticos.

**Figura 04** – ilustração número 29 do livro *O Maranhão*.



A presença de imagens em livros didáticos, no Brasil, no entanto, se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Além dos avanços tecnológicos que possibilitavam a impressão de livros com melhor qualidade, nesse período, segundo Hallewell (2005) surgiu novas editoras no mercado dos livros didáticos, aumentando a concorrência e impulsionando reformulações em antigas obras didáticas. Acrescenta-se a esse fato, o reconhecimento cada vez maior por parte dos historiadores da utilização de produção iconográfica como documento histórico<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Ver BURKE, Peter. (2005).

**Figura 05** – ilustração número 29 do livro *O Maranhão*.



Para maiores detalhes sobre as ilustrações do livro *O Maranhão*, conferir o quadro a seguir:

NÚMERO DA ILUSTRAÇÃO	TÍTULO	PÁGINA
01	Barracão das salinas gerais - Cajapió	17
02	Largo de São Francisco - Turiaçu	21
03	Arados, no Engenho d'Água do Dr. Cristino Cruz na Estação Cristino Cruz, da Estrada de Ferro Caxias-Cajazeiras	25
04	Lancha Mero, da <i>Booth Line</i>	29
05	Tanques de Sal em Construção – Cajapió	33
06	Tanques das salinas gerais – Cajapió	37
07	Palácio do Governo – São Luís	41
08	Itaqui – Escritório-Residência da Comissão de Estudos do Porto	43
09	Cajapió – Estaca 0 da Linha Férrea Salinas Gerais	47
10	Escola Estadual – Rosário	51
11	Teatro São Luís	55
12	Rua da Matriz – Boa Vista – Estado de Goiás	59
13	Descarga de material para a linha férrea – Cajapió	64
14	Fazendeiros – Pindaré	67
15	Em Caxias – uma ponte sobre o Itapecuru	71
16	Colheita do Sal – Cajapió	75
17	Sala da Câmara - Viana	77
18	Um Igarapé – Cajapió	81

19	Intendência Municipal em Viana	87
20	Barraca das Salinas Gerais – Cajapió	91
21	Vapor Carlos Coelho, em Cajapió	95
22	Barracão das Salinas Gerais – Cajapió	99
23	Praça Odorico Mendes – São Luís	102
24	Estação Telegráfica em Viana	107
25	Hotel Central – São Luís	111
26	Boca do Pindaré – Barraca de Arnaldo Pimenta da Cunha	115
27	Salinas Naturais – Cajapió	119
28	Vista Geral – Cururupu	123
29	Avenida Maranhense – São Luís	130
30	Praça João Lisboa – São Luís	137
31	Praça Gonçalves Dias – São Luís	145
32	Fazenda Santa Estela de D. Santoca Ferreira – Cajapió	155
33	Um açude – Cajapió	163
34	Uma Picada – Cajapió	176
35	Barracão de fornecimento – Cajapió	183
36	Fábrica Santa Isabel	189
37	Tamanduá - Cajapió	193

Fonte: PAXECO, 2008.

Outros aspectos materiais em relação à obra de Fran Paxeco que não pudemos localizar em documentos oficiais ou artigos de jornais, diz respeito ao número da tiragem desta 1ª edição, o tempo de permanência deste livro como obra adotada na Escola Normal, a carta (mapa) que acompanhava o livro.

Finalizando a análise deste capítulo, podemos observar que o livro de Fran Paxeco produzido em 1913 mostrou a sua materialidade evidenciada através do seu aspecto físico. Contudo, vale destacarmos que a singularidade dessa obra está presente não somente nas condições de produção, mas também na intenção do autor e na proposição do conteúdo, que acreditamos, teria servido para preencher uma lacuna existente no ensino secundário maranhense da época.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou contribuir com a História dos Livros Escolares, campo em franca expansão no Brasil, conforme exposto anteriormente. No decorrer do trabalho, realizamos uma análise do livro *O Maranhão* que foi utilizado como material didático na Escola Normal e foi escrito pelo intelectual português Fran Paxeco, que viveu no Maranhão nos anos de 1910 a 1924.

Bittencourt (2004) afirma que, a partir dos anos 1980, muitos problemas relacionados ao conteúdo ou ao processo de produção e uso do livro didático por professores e alunos passaram a ser analisados em uma perspectiva histórica, constituindo-se tais análises em uma das vertentes mais importantes desse campo de investigação.

Segundo Corrêa (2000), a análise do livro didático torna-se peça-chave para a compreensão de processos complexos no interior da escola. Testemunhos de conteúdos de naturezas diversas no que tange a valores morais, éticos, sociais, cívicos e patrióticos, os livros escolares que serviram de guia para professores e alunos, ainda tem muito a ser desvendado. Descortiná-lo requer levar em consideração que ele é portador de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade.

Nesse contexto, a presente dissertação teve a pretensão de contribuir para a História da Educação maranhense, pelo fato de ser este o primeiro trabalho acadêmico a tomar o livro "*O Maranhão*" como objeto de estudo. No entanto, a pesquisa aqui apresentada não abrange a totalidade de possibilidades de investigação sobre este livro didático, o que de fato, não é possível realizar no escopo de uma dissertação. Ressaltamos que, como toda pesquisa que ousa percorrer um caminho ainda pouco trilhado, este estudo, pela natureza complexa de seu objeto e de sua abordagem, abre mais passagens para novas buscas neste campo do que consegue, afinal, sedimentar ou esgotar suas potencialidades. É assim que, ao longo deste trabalho, procedemos ao levantamento de um leque de possibilidades analíticas que, por ora, em razão das condições de produção – curto prazo para finalização de um trabalho realizado por um só pesquisador – permanecem difíceis de serem investigadas da forma que consideramos pertinente.

Tendo como base as abordagens de estudo do livro didático descritas por Choppin (2004), este estudo buscou direcionar a análise da obra de Fran Paxeco em dois enfoques: analisando os documentos e os materiais que foram produzidos pelo autor, enquanto documento histórico e enquanto objeto físico, visto que os materiais que foram produzidos, direcionados para a aprendizagem nos possibilitaram identificar e analisar alguns aspectos referentes à sua produção.

Nesse sentido, a obra escolhida, conforme nossa investigação apontou, guardam marcas de uma *cultura escolar*, da mesma forma que faz parte de um segmento específico dos livros que foram produzidos por intelectuais na virada do século XIX para o século XX e que circularam durante a primeira metade dos 1900, o que nos possibilita considerá-lo também como objeto concreto de uma *cultura material escolar*, visto que este livro circulou em um determinado lugar – uma instituição escolar – e em um tempo distinto.

Para além de relacionar o livro como o modo de ler em cada época, podemos também relacioná-lo com o mundo dos autores, com o mundo dos editores e o de todas as outras atividades que se ligam à produção do livro. Qualquer livro, em qualquer época, seja ele impresso ou manuscrito, traz em si, para além das marcas de um trabalho intelectual, marcas de uma relação com o poder ou com outros indivíduos, marcas de um produto destinado a ser vendido ou trocado, marcas do estatuto social de seus autores, marcas da relação do texto com o leitor, marcas de um uso da língua, enfim, marcas de um proprietário ou mesmo de um ato de leitura. Tudo o que está no livro, em qualquer livro, nos reenvia para fora dele. (BELO, 2008)

O livro *O Maranhão* recebeu parecer favorável para adoção na Escola Normal maranhense em abril de 1913. Constatamos através dos escritos dos jornais do período, a importância dada e a valorização dispensada ao autor, ao seu trabalho como intelectual e à sua obra pela sociedade maranhense no início do século XX.

Razzini (2009) nos informa que, no início do período republicano, só “poderiam ser adotados nas escolas públicas, livros previamente aprovados pelos conselhos de instrução ou órgão similares, no Maranhão, a Inspeção Geral de Instrução Pública. Assim “os governos estaduais autorizavam o uso e adoção de livros didáticos nas escolas públicas, quer seja sob alegação da necessidade de uniformização do ensino, quer seja porque legislavam sobre programas e

currículos”. Essa autora ressalta ainda a diferença entre livros aprovados e livros adotados. Os primeiros eram liberados para a escolha nas escolhas públicas, enquanto os segundos, além de aprovados, seriam comprados pelo governo para a distribuição aos alunos.

A trajetória de Fran Paxeco como autor de livro didático, bem como toda sua obra, deve ser entendida no contexto político no qual ele estava inserido – Cônsul de Portugal, Jornalista e Diretor de Jornal – isto é, os lugares sociais ocupados pelo autor, facilitaram a impressão, a divulgação e a adoção do seu livro didático.

Bittencourt (1993) confirma que o livro didático teve sua origem vinculada ao poder instituído. Isto porque, historicamente, a sua produção tem se dado nos meios de uma elite intelectual.

Neste sentido, verificamos que o livro de Fran Paxeco se inscreve no momento de consolidação dos livros no Brasil e no Maranhão, em consonância com a afirmação e disseminação do ensino público e de ampliação e consolidação do mercado editorial.

Acreditamos que *O Maranhão*, foi uma obra importante para o público-leitor maranhense, considerando o tempo e o espaço em que foi produzido e considerando que foi um compêndio adotado em uma escola pública do Estado. Trata de um livro que mostra ser didático pela intencionalidade do autor e pela materialidade da obra e que contemplava o programa curricular de História e Geografia estabelecido para o ensino Normal, que exigia que essas disciplinas fossem ensinadas nas escolas. Por essa razão afirmamos que esse livro estava acompanhando a mudança do tempo e mostrando os conteúdos que foram importantes para o aluno daquele tempo.

Para finalizar este trabalho, destacamos que o propósito principal deste estudo foi cumprido, qual seja, registrar no campo da história da educação e do livro didático a trajetória e a produção de um livro escrito para ser utilizado como suporte de ensino nas escolas maranhenses. A finalização da pesquisa indica também a possibilidade de continuidade futura, como desenvolver novas pesquisas com vistas, por exemplo, aos seguintes aspectos: análise de outras obras vinculadas ao ensino de História e Geografia produzidas no Maranhão e que ao longo do século XX foram adotadas no ensino público; estudo sobre as gráficas e editoras do Maranhão que realizavam serviços de impressão de livros para as escolas no início do século XX;

estudo sobre as ilustrações dos livros didáticos produzidos no Maranhão; levantamento de informações biobibliográficas de autores; a realização de uma incursão no circuito a partir de livros escolares, identificando aspectos da sua produção, difusão e circulação, entre outros.

Com esses questionamentos, mesmo não apontando prescrições, finalizamos esta dissertação acreditando na possibilidade de que outros pesquisadores realizem no gênero livro didático as mais variadas problematizações.



## REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, Laherte de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. In: **Revista Pró-Posições**. v.16, n.1, p. 145-154, jan./abr. 2005.
- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A autoria de livro didático de Geografia em Pernambuco no século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração.in: **Revista Terra Livre**. Dourados/ MS, ano 24, v. 2, n. 31. jul./dez. p. 163 – 171. 2010.
- AMARAL, José Ribeiro do. **História do Maranhão**: edição para a infância das escolas de minha terra. 3. Ed. Maranhão: Typ. M. Silva E Filhos, 1926.
- APPLE, Michel. Cultura e comércio do livro didático. In: **Trabalho Docente e Textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. in: ARAUJO, José Carlos Sousa; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: EDUFU, 2002.
- BATISTA, Antonio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP. p. 529-575, 2002.
- BATISTA, Antonio A. G. **O texto escolar: uma história**. Belo Horizonte: CEALE; Autêntica, 2004.
- BENCOSTA, Marcus Lévy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: História e Pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de.; RANZI, Serlei Maria Fisher. (Orgs.). **História das Disciplinas Escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, p.09 -38, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810 -1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese de doutorado. São Paulo: USP. 1993.
- BITTENCOURT, Circe. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v.30, n.3. p. 475-491, set/dez.2004.
- BORRALHO, J. H de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um maranhão grandioso. **Revista Patrimônio e memória**.UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 19-37, jun. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino, Lisboa: Editorial Vega, 1978.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP. 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 2000. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes et all. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica.

\_\_\_\_\_. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, Denice Barbara; SOUZA, Cynthia Pereira de (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, p. 31-40, 1998.

CASTELLANOS, Samuel L. Velázquez. A representatividade do livro escolar no Maranhão império: produção, circulação e uso. 2012. 450 f. Tese (Doutorado ) UNESP, Araraquara-SP, 2012.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (Orgs.). **Escritos de história da educação: Brasil, Portugal, São Luís: Café & Lápis**, 2012.

CASTRO, César. Fontes e percursos para uma história da educação maranhense. In: CAVALCANTI, M.J.M et al. **Escolas e culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

CASTRO, César. **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **A escola e seus artefatos culturais**. São Luis: EDUFMA, 2013.

CHARTIER, Anne M.; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Agir, 1970.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed. 1988

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2002, p. 7-20.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHERVEL, André. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre, n.2, 1990. p. 177-229.

CHERVEL, André; COMPÉRE, Marie-Madeleine. "As humanidades no ensino". In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n.2.p. 149-170, jul./dez, 1999.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Tradução de Maria Adriana C. Capello. **Educação & pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. "Pasado y presente de los manuales escolares". Tradução de Miriam Soto Lucas. In **Revista Educacion y Pedagogía**. Medellin : Facultad de Educacion.Vol. XIII nº 29-30. Págs. 207-229. 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto escolar amazonense, 1852-1910. Tese (Doutorado). São Paulo: UNICAMP. 2006,

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Caderno Cedes**, ano XX, n. 52, Nov./2000.

COSTA, Odaléia Alves da. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. Tese de doutorado. São Paulo: USP. 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras. 1990.

ESCOLANO BENITO, Agustín. La renovacion de la manualistica escolar en la Espana de entresiglos In: **Cultura revista de história e teoria das ideias**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Centro de Historia da Cultura, v. XIII/2000/2001, Série, 171- 188, 2001.

FARIA, Ana Lucia G de. **Ideologia no livro didático**. 1994. São Paulo. Cortez Editora

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO; VEIGA; LOPES (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educação e Pesquisa**, vol. 30, n. 1, jan-abr. 2004.

FEIJÓ, Mário. As adaptações de clássicos para crianças na primeira metade do século XX e a nacionalização do livro escolar no Brasil. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHINK, Nelson (orgs.). **Cultura letrada no Brasil**: objetos e práticas. São Paulo: FAPESP, 2005. p. 453-470.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**. Campinas SP: Unicamp, v.16, n.1, p.87-102, jan-abr 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. Ed. São Paulo: Positivo, 2004.

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida Louro. Opções pedagógicas e seleção de manuais escolares na região do Porto (sécs. XIX-XX). In: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas, SP: Mercado de letras, 2004. p. 145-178.

FERRO, Marc. **Os tabus da História**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GASPARELO, Arlette Medeiros. **A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cíntia; FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. O livro escolar de leitura na escola imperial pernambucana: tipos, gêneros e autores. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2009. p. 105-120.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006. p. 121-151.
- GATTI JUNIOR, Décio. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações. In: **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (2): 29-50, set. 1997.
- GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicos e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 31-57.
- GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. **As lições de Meninice: um estudo sobre as representações de livros de leitura inscritas na série graduada de leitura Meninice (1948/1949), de Luiz Gonzaga Fleury**. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado). Unicamp.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1972.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.1, p. 9 – 43, jan./jun. 2001.
- KANASHIRO, Cíntia Shukusaua. **Livro Didático de Geografia**. PNDL, materialidade e uso na sala de aula. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.
- LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. Em aberto, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2013.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1994.
- LICAR, Ana Caroline Neres Castro. 2010. A construção de um edifício deve começar pelo alicerce: cultura material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911). Dissertação de mestrado. São Luis: UFMA
- LUZ, Joaquim Vieira da. 1957. **Fran Paxeco e as Figuras Maranhenses**. Rio de Janeiro: Edições dois mundos.
- MAGALHÃES, Justino. **O Mural do Tempo: manuais escolares em Portugal**. 1. ed. Edições Colibri: Lisboa, 2011.

MANGUEL, Alberto. **Uma História da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MÁSCULO, José Cássio. **A coleção Sergio Buarque de Hollanda**: livros didáticos e ensino de história. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2008.

MORAES, Jomar. Manuel Francisco Pacheco. Disponível em: [www.academiamaranhense.org.br/?p=467](http://www.academiamaranhense.org.br/?p=467) . Acesso em 09 jan 2014.

MOREIRA, Kenia Hilda. **Um inventário**: o livro didático de história em pesquisas. (1980-2005). São Paulo. Editora UNESP, 2011.

MOTTA, Diomar das Graças. O espelho nas relações de gênero no fazer historiográfico na educação maranhense. In: CASTRO, César Augusto;

MUNAKATA, Kasumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.3, p. 179 – 197, set./dez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC – SP, 1997.

NEVES, Edna R. da Conceição. **Uma trajetória pela história da atividade editorial brasileira**: Livro Didático de Matemática, autores e editores. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC/ SP, 2005.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 8. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. Fran paxeco, lenthe da revitalização pedagógica moderna no estado do maranhão, organizador do 1º congresso pedagógico em 1920. IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Rituais, Espaços e Patrimónios Escolares, Lisboa, 12 a 15 de julho de 2012, ANAIS IX COLUBHE 2012.

PAXECO, Fran. **O Maranhão**: subsídios históricos e corográficos. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

PESSANHA, Eurize Caldas. DANIEL, Maria Emilia Borges. MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à historia da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.27 p. 57-69, Set./out./Nov./dez./2004.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 180 – 213.

RAMIL, Chris de Azevedo. **A coleção didática Tapete Verde**: do projeto à sua produção gráfica (década de 1970 - Rio Grande do Sul). Dissertação (Mestrado). Pelotas-RS. UFP. 2013.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Livros de leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs.) **Histórias e memória da educação no Brasil**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 100 – 11. 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A cultura luso-brasileira**: da reforma da Universidade à Independência do Brasil. Lisboa: Estampa, p. 105-182, 1999.

SILVA, Vivian Batista da. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)**. Tese (Doutorado em Educação), 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

SOUZA JUNIOR, Marcílio. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, p. 391-408, set./dez. 2005.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. 2001. **A coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931 – 1981)**. Tese de doutorado, PUC:SP.

VERISSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001.

VIDAL, Diana. **Culturas escolares: estudos de práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Orgs.). **Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate**. Vitória, ES: EDUFES, 2010.

VILLALTA, Luis Carlos. 1999. **A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance**. <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ahistoriadolivroedaleituranobrasilcolonialbalancohistoriografico.pdf> acesso em 30/02/2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 331-385. (vol. I). 1997.

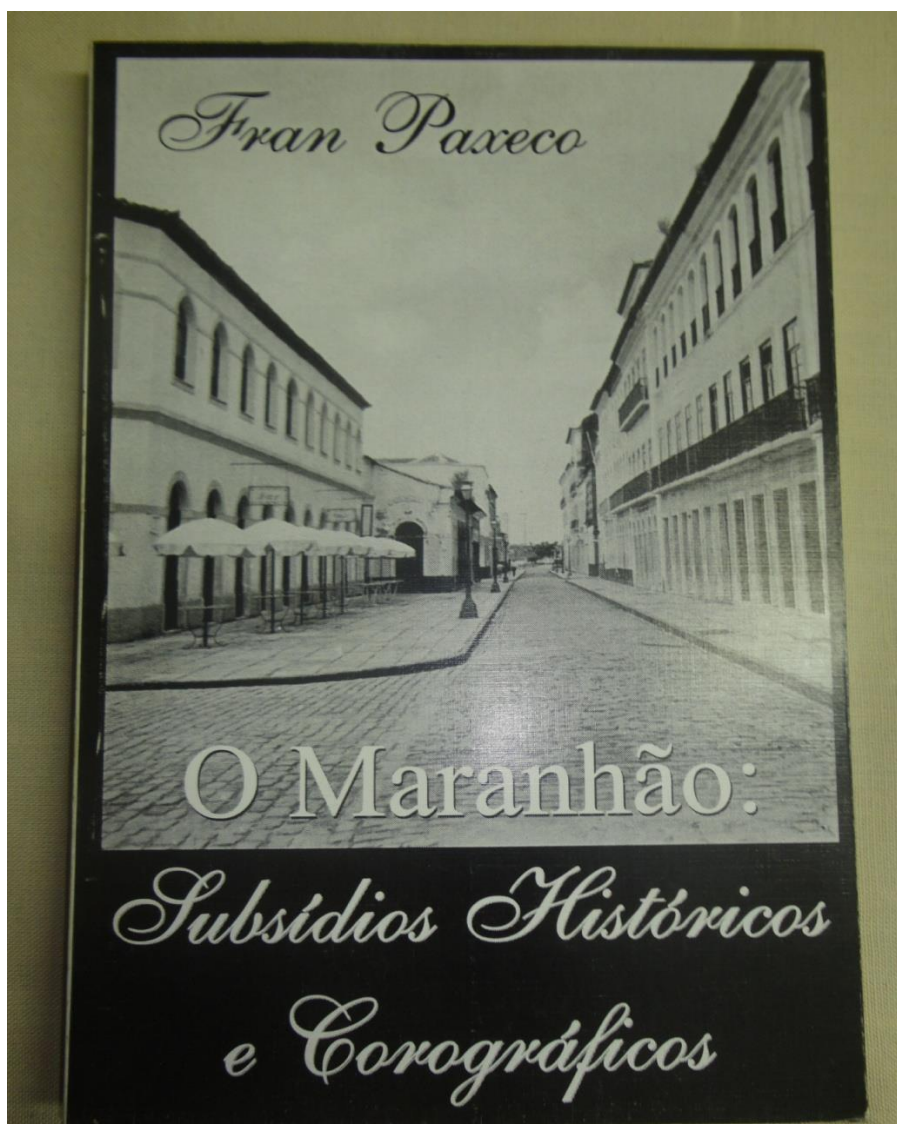
VINÃO Frago, A. História de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

VLACH, Vânia Rubia. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In. VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

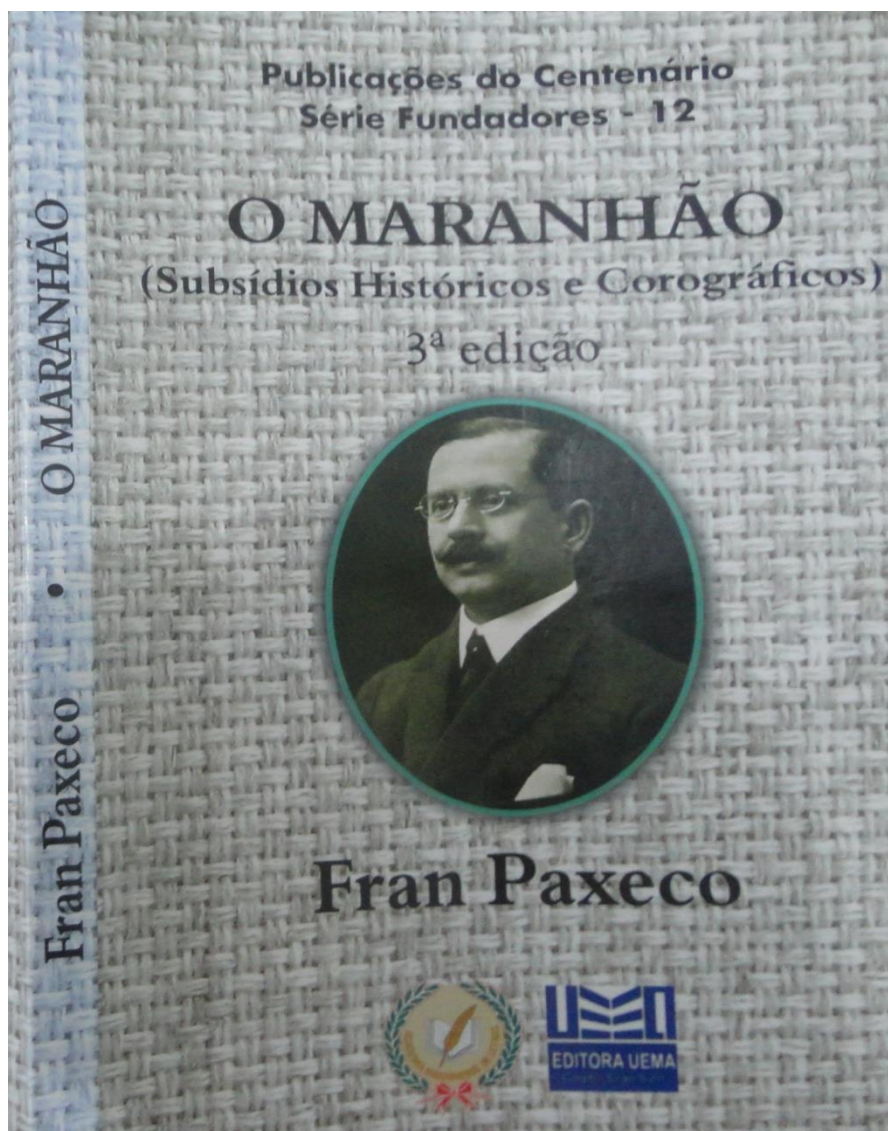
**ANEXOS**

ANEXO 1 - Capa da 2ª Edição do Livro "O Maranhão" (1998)

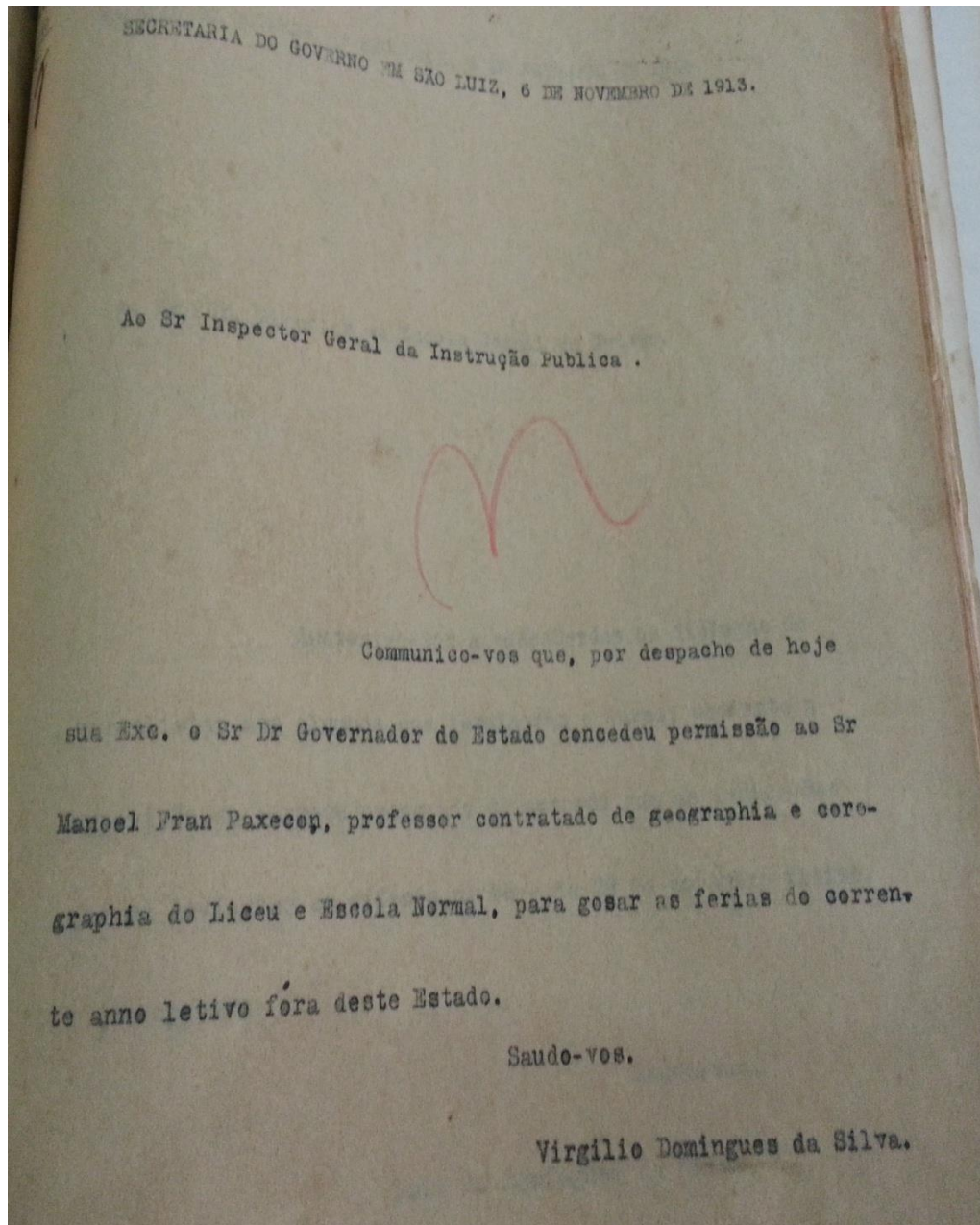




ANEXO 2 - Capa da 3ª Edição do Livro “O Maranhão” (2008)



## ANEXO 3 - Ofício da Inspeção Geral da Instrução Pública



ANEXO 04 - Trecho de uma entrevista de Fran Paxeco publicada no jornal A Pacotilha de 16/jan/1914

## ASPECTOS DA VIDA MARANHENSE

Uma entrevista com o escritor Fran Paxeco

Da *Epoca*, do Rio:

Um encontro com o nosso brilhante confrade luso-maranhense, Fran Paxeco, ultimamente chegado de S. Luiz, onde reside, despertou-nos a idéa de uma "interview" a respeito da terra de João Francisco Lisboa, o impecável doutrinador do *Journal de Timon*.

Ninguém, certo, diria melhor do que Fran Paxeco, relativamente ás necessidades maranhenses na actualidade, sim, porque o ilustre publicista, apesar de viver no âmbito provinciano, onde não deixam de imperar uns tantos preconceitos de natureza diversa, nunca perdeu a nitida visão das coisas.

Servido por uma solida cultura, Fran Paxeco é um temperamento de critico e de filosofo, que se não perturba na análise dos aspectos sociais.

O autor do *Sangue Latino* pôde ser, as mais das vezes, arrojado e veemente, mas a sua observação é criteriosa e justa.

Residindo ha longos anos em *Aleães* brasileira, assentou, ali, a sua

nos dois extremos, acreditamos que por se confiar o futuro, num cego exclusivismo, ao café sulista e á goma nortista. Diagnosticado o mal, e nem sempre os medicos vêem o que 'origina a doença, facil será applicar-lhe a terapeutica.

—E como sairá o Maranhão do marasmo?

—Pergunta bem. Mas a resposta envolve uma série de problemas, qual deles de mais arestas. O indubitavel é que nunca chegaria ao que chegou, se o favorecessem, assim que se atforriaram os ilotas com linhas ferreas,—uma, ao menos que percorresse, o vale do Itapecurú-Mearim, zona algodoeira por excellencia. Atrairia coloaos e, pela policultura, suportaria os passíveis embates.

—Mas não se anda lá construindo uma estrada?

—Informam as folhas locais que sim. Ha poucos dias, lemos até, na "Pacotilha", que se inauguraram — ao cabo de quatro anos! — sessenta quilômetros, mas sem os "aterros completamente consolidados", ligando a vila do Rosario á cidade do Ita-

Residindo ha longos anos em *Aleães* brasileira, assentou, ali, a sua tenda de combate, e de tal modo se acha vinculado á terra maranhense, que é hoje um dos mais ardorosos propugnadores do seu progresso material e moral.

Haja vista o seu ultimo livro *O Maranhão*, trabalho de merito incontestado, em que, a par do criterio historico, resalta a preocupação da minucia, no que se refere ao papel daquelle povo, na evolução da nossa nacionalidade.

Ao demais, esse livro ainda vale como um perfeito inquerito da vida maranhense nos campos que transcorrem.

Mas passemos á entrevista, que mui amavelmente nos concedeu o fulgido escritor.

Ei-la:

—Como deixou o Maranhão? Sempre em decadencia, não?!

—Tem os seus conformes... Os Estados, como os individuos, atravessam, volta e meia, crises agudas, ora de abundancia, ora de penuria. O Maranhão, num dizer caro a Coelho Netto, foi o celeiro de todo o norte, desde o Ceará até a raiz dos Andes. Celeiro de produtos e de homens, que produtos são, exportados em larga escala, estes, para todos os pontos

quilômetros, mas sem os "aterros completamente consolidados", ligando a vila do Rosario á cidade do Itapecurú. Vem isto, onde já se gastou a bagatela de 30.000 contos, desde junho de 906, data em que efetuaram os primitivos estudos sobre o traçado. Essa comissão teve apenas quatro chefes. Devia seguir-se o trajeto mais racional, aquele que tudo e todos aconselhavam. O trabalho já se iniciára, em 1909, quando subiu ordem para se alterar a lucrativa trajetoria, assentada por quatro enjehneiros distintos e conscienciosos. E' que no traçado referido, rosnam as más linguas, não havia suficientes "obras de arte"!

—Assombroso, isso que me conta!

—E o amigo não conhece da misa nem metade...

—Devéras?!

—Mas toquemos outro ponto, já que, sabendo quanto amamos o Maranhão, nos veio provocar a uma entrevista; moda muito sedutora, que ás vezes fere e prejudica, como a maioria das modas. Esse outro ponto é o do porto.

—Sim... As queixas são inumeras, dos navegantes e dos maranhenses, fatores, no caso, inconciliaveis.

—Nem tanto. Ambos têm razão. Uns, os do Loide, porque, levados



mo neto, foi o celeiro de todo o Norte, desde o Ceará até a raiz dos Andes. Celeiro de produtos e de homens, que produtos são, exportados em larga escala, estes, para todos os pontos do Brazil.

—Mas os homens notáveis também rareiam, de dia para dia...

—E' provavel, mesmo porque as meninas, e muito em particular na capital, se aprestam melhor, para as lutas da intelligencia, do que os moços.

—E a que attribue o caso?

—Pura e simplesmente á sábia lei Rivadávia, que obriga os rapazes a deslocar-se do rincão natalicio, demandando os institutos superiores, visto que o Maranhão os não possui, ao passo que ás moças falham tais facilidades locomotoras.

—Assim, no seu entender, as estudantes cantarão victoria?

—Acho que sim, e em toda parte. A mulher é muito melhor educadora que o homem. Este só instrue, quando instrue.

—E quanto á vida activa, á economia estadual?

... As queixas são inúmeras, dos navegantes e dos maranhenses, fatores, no caso, inconciliáveis.

—Nem tanto. Ambos têm razão. Uns, os do Loide, porque, levados por hypotheticos receios, fundeiam sempre junto á saída, quando os paquetes inglezes e alemães avançam até ao centro do ancoradouro; outros, os passageiros e os carregadores, não querem arriscar-se a embarcar ou a fazer embarques quasi fóra da barra. Acrece que a alfandega cobra, ha longos anos, tres por cento ouro, da importação, para os melhoramentos do porto. Somos inimigos do Estado-Providencia. Mas, uma vez que se arrecadaram e arrecadam tais quantias, com tal fim, afigura-se-nos sobremaneira equitativo que se consagram áquilo a que se destinam, emquanto se não açoria de todo a entrada aos navios de alto bordo. A vasta bahia de S. Luiz.

—Trata-se de um ato de justiça, pois que o Maranhão tem os mesmos direitos que os demais portos em transformação.

—E' exato. Excluindo o Ceará, pa-

—E quanto á vida activa, á economia estadual?

—Podia ser peor. Olhe para o berço da borracha, para a colossal Amazonia, de que, «in illo tempore», fez parte o Maranhão, fisicamente, e ainda agora, numas certas passagens. A rejeição onde vivo atinjui, na época escravocrática, um ruidoso apoio, como a Bahia e Pernambuco. O 13 de maio vibrou-lhe um rudissimo golpe. Despovoaram-se os sertões, refugindo-se os libertos nos lugares do litoral. Os poucos dinheiros escapos á tormenta procuraram emprego em diversas industrias. Mas de que modo erijir fabricas, se lhes escasseava a materia prima, se o capim sufocou as roças, se as capoeiras proliferavam de forma espantosa?

—No entanto, segundo ouvi, o movimento fabril do Maranhão é grande.

—Não me parece dos menores. Foi uma febre esgotante. Entregava-se o «pé-de-meia» a quem se inculcasse na posse de elixires financeiros. Um encilhamento—via reduzida. Os desastres sobrevindos, logo após a sangria da abolição, prostraram quasi todas as forças vivas do Estado. Salvaram-se, todavia, varios estabelecimentos, com uma gerencia proba. E

transformação.

—E' exato. Excluindo o Ceará, para cujo atracadouro ainda não descobriram um plano aceitavel, ao que supomos, os restantes—Natal, Parahiba, Recife, Alagoas, Bahia, Vitoria,—que acabamos de ver, modificaram-se imenso. Só o nosso Maranhão brada no deserto... E repare em que, transfundidas as condições da barra, eliminados os bancos de areia, aquelle porto poderá hombrar com os de maiores garantias para a navegação, carga e descarga, viajantes, etc. No projeto do Itaqui, condemnado pelos profissionais que o examinaram, sorver-se-iam pilhas e pilhas de contos, com um absoluto, insanavel prejuizo.

—Um verdadeiro enteado, o glorioso Maranhão. Quem lhe deitaria o mão olhado?

—Ignoramo-lo. Mas a caveira de burro, sinistra, uivante, erra pelas interminas ravinas daquellas alturas, que poucas se topam tão ferteis, estiolando as vontades, que raras se evidenciam tão resistentes, endurecidas no contacto com as inclemencias de um fadario inglorio, a remar contra a maré. A's vezes, quando nos entregamos aos algarismos e alongamos a vista pela carta do Brazil, perguntamos aos nossos botões se o

—Não me parece dos menores. Foi uma febre esgotante. Entregava-se o «pé-de-meia» a quem se inculcasse na posse de elixires financeiros. Um encilhamento—via reduzida. Os desastres sobrevindos, logo após a sangria da abolição, prostraram quasi todas as forças vivas do Estado. Salvaram-se, todavia, varios estabelecimentos, com uma gerencia proba. E hoje, em S. Luiz, Caxias e Codó, contam-se doze fabricas de tecidos, representando o capital de 8.600 contos, além de seis de arroz, artigo em que o Maranhão tende a recuperar a supremacia.

—E prosperam?

—As de arroz, todas. Das de tecelagem, ha algumas estacionarias, devido, sobretudo, ao descalabro do commercio amazonico, que afetou enormemente os negocios maranhenses. O Maranhão, e com ele o Ceará, a Parahiba, o Rio Grande do Norte, é sabido, acham-se presos, por um sem numero de relações, ás paragens do limite setentrional da republica. O Piauí também padecceu, na baixa da ma maniçoba. A crise generalisou-se

interminas ravinas daquellas alturas, que poucas se topam tão ferceis, estiolando as vontades, que raras se evidenciam tão resistentes, endurecidas no contacto com as inelencias de um fadario iaglorio, a remar contra a maré. A's vezes, quando nos entregamos aos algarismos e alongamos a vista pela carta do Brazil, perguntamos aos nossos botões se o desequilibrio da produtividade não provirá da desproporção territorial entre umas e outras circunscrições federativas.

—Muito possível!

—Se tem a memoria geografica, recorde-se do comedimento com que os yankees se repartiram, ao agregar a região dos peles-vermelhas, o chamado oeste\*, e os gordos pedaços do Mexico. Excetnem-se as negas fundamentais das 13 colônias. Naquella massa enorme, souberam equiponderar-se os valores. Evitou-se o predomínio de um ou dois sobre o conjunto. Relembre-se dos países pequenos—a Dinamarca, a Holanda, a Suissa, a Belgica . . . Ai trabalha-se em familia, patriarcalmente. Ago-

## ANEXO 05 – Carta a Fran Paxeco

## DO RIO

Carta a Fran Paxeco

Não sei se, a despeito do desenvolvimento negativo das artes graficas nesse Estado, já terão vindo á luz os seus «subsídios históricos e corográficos» do Maranhão.

O volume que daí trouxe, ainda em fascículos, não encadernados, já o li todo. Reli-o em varios pontos, com o interesse que o assunto e o autor me despertam.

Mas não julgue você que pretendo fazer crítica, dirigindo-lhe estas linhas.

Se para tanto houvesse competência, não me sentiria com a izeção de animo suficiente, para dizer do seu proveitozo trabalho.

Na «Formação do estilo», delicioza obra de A. Albalat, que o incansavel e douto filólogo Candido de Figueiredo passou para a nossa lingua, vem este pensamento de Afonso Karr, sobre a leitura:—«Uma auzencia agradavel de nós proprios».

Senti hem essa auzencia de mim mesmo, ao deletrear as 188 pajs. do seu livro. Ha, na síntese histórica da nacionalidade brasileira, com que abre o seu estado, o pulso vigorozo do escritor, que amolda os mais vastos assuntos ao espaço de que dispõe, sem lhes alterar a feição carateristica, a linha dominante, desprezando o acumulo das minucias pelos relevos indispensaveis. E' de se lhe

gabar o criterio com que soube acentuar os pontos de ligação da historia da Holanda, da Espanha, da França, de Portugal com a então incipiente evolução brasileira.

Não tenho o prurido das citações, em razão mesmo de ser muito reduzido o cabedal de que disponho. Mas não rezisto ao desejo de citar E. Faguet. Na sua obra *L'art de lire*, esse critico da r: nome divide os livros—em livros de idéas e livros de sentimento:—1... a arte de ler não pode ser a mesma para estes diferentes generos de escrito». Segundo os seus conselhos, um livro de idéas, mais do que outro qualquer, deve ser lido lentamente. Ora qualquer estudo de historia está neste cazo, exigindo a reflexão em torno das suas conclusões.

As reflexões, que os subsídios históricos e corográficos do Maranhão me deixaram, foram as mais ferteis de ensinamento. Em primeiro lugar, ao lado dos conhecimentos, que no livro se denunciavam, vejo o seu entranhado afan de servir a verdade, por um lado, e, pelo outro, ser util á coletividade, em cujo seio está vivendo.

Póde, quem o quizer, vér, nas minhas opiniões, a inegavel suspeição da amizade. Mas, do livro, na sua contestura, só dirão mal os despeitados e os ignorantes.



Quanto á influencia social do seu esforço, só a negação os pobres diabos, de lingua acurada na acidioza e impotente corrosão das mais firmes reputações. Mas eu conheço a tempera do escritor estudioso e do combatente.

Certo, ha pontos em que diverjimos. Assim, não aceito, embora pareça isto audacioso, aquella opinião do sr. Oliveira Lima, que você parece perfilhar, sobre o ex-imperador Pedro II, apontado como «o mais completo dos soberanos». Se saliento este ponto, é porque vejo a acentuada tendencia do sentimentalismo nacional, diante das faltas profundas dos nossos atuais politicos, para criar a lenda glorificadora em torno de um vulto que não soube compreender o alcance da sua missão, cometendo graves erros, que hão de passar á historia. Mas essa diverjencia é insignificante, já porque o seu livro não é um estudo de individualidades politicas, já porque lhe reconheço o intenso sentimento democratico.

No que diz respeito ás condições do progresso material do Maranhão e do seu desenvolvimento intelectual— a lavoura, a pecuaria, a viação ferrea, a reforma do ensino, etc.— tudo quanto você escreveu evi-

dencia bem o seu espirito pratico, no encarar as nossas verdadeiras necessidades. Atravéz de rijidos e solidos conceitos, os «subsídios historicos e corograficos» alcançam triunfalmente o seu objetivo, sem rodeios, sem tropos, avançando diretamente sobre as soluções, imunes dos excessos profeticos, em que caem os reformadores de óco palavrorio.

Quanto áquella chocarrice, que você menciona, attribuida ao autor do «Werther», sobre a ignorancia dos francezes em geografia, tenho a dizer-lhe que, hontem, o «Correio da Manhã» estampou o sobrescrito, dirijido por uma caza bancaria importante, de Paris, o *Comptoir National d'Escompte* a outra daqui, assim:—«Banco Mercantil do Rio de Janeiro—Rio de Janeiro—Perou».

Terminando, direi que foi a mais grata a impressão que me deixou a leitura dos seus «subsídios», tanto pelas suas evocativas menções, á historia maranhense, como pela lingua castiça em que estão firmados, na qual eu só faria restrições para os radicalismos ortograficos.

Deste modo, aumenta muito o seu já grande saldo, na conta corrente da gratidão, que esse pobre Estado lhe deve.

E não repare no fecho commercial destas regras.—L. T.

## Anexo – 06 Crítica de Domingos Perdigão

## «O Maranhão»

Um funcionario infatigavel, amigo da sua terra, como os que mais o são, e que estuda com devotamento, ainda que sem a devida recompensa, quanto respeita ao estado, enviou ao nosso compa-  
nheiro Fran Paxeco a carta abaixo:

«Penhoradissimo agradeço o exemplar do vosso valiosissimo livro — *O Maranhão*.

Deste 1902, quando publicastes — *O Maranhão e os seus recursos*, que venho apreciando o vosso raro talento de propagandista, e, como maranhense, tambem venho agradecendo, no intimo, o bem que procurais fazer por este esquecido pedaço do Brazil.

Os *interesses maranhenses*, impresso em volume, em 1904, foi, pode-se dizer, uma obra de propaganda do Maranhão, feita aos proprios maranhenses.

O seu resultado benéfico não se fez esperar muito, e já em 1908, por ocasião da Exposição Nacional, procurei, como sabeis, obter alguns exemplares dessa obra, para acompanhar os produtos, cujos valores eram nela reconhecidos e exaltados, e não os pude conseguir, por se achar esgotada a edição.

O vosso novo livro *O Maranhão*, que é uma obra de molde diferente daquelas outras, veio provar, exuberantemente, que já não é só o vosso talento de propagandista e de escritor, que deseja transmitir as idéas sugeridas pela contemplação da nossa fertilissima natureza: é tambem o amor que tendes a esta terra, a que estais ligado por vinculos de amor e carinho, que vos leva a descrever, em estilo atraente — os nossos grandes feitos, as nossas infindaveis riquezas, as nossas necessidades, e as nossas grandes esperanças.

Iria além do limite a que me dão direito a amizade e a minha fraca erudição, se quizesse apreciar a grande soma de conhecimentos e alto preparo intelectual, que esse vosso trabalho demonstra.

Limitar-me-ei a deixar aqui registado que o vosso magnifico livro *O Maranhão* é a melhor prova que podeis apresentar da vossa competencia profissional, para leccionar a cadeira de geografia da Escola Normal, que sabiamente vos foi confiada.

Sci que é muito fatigante a obtenção de exatas informações, especialmente as referentes a capitais empregados e produções industriais. Trabalhos desse genero já tenho empregado e conheço-lhes as grandes dificuldades, no nosso meio, devido á falta absoluta de estatística. Não vos deveis surpreender, porisso, se chegardes a verificar algum engano nos dados que obtivestes das fontes que vos parecem mais fidedignas.

Agradecendo-vos os benevolos conceitos com que me distinguides, no vosso livro, termino esta missiva declarando-vos que ele é utilissimo como obra de instrução, para os nossos professores publicos, como obra de propaganda, para quem dozejar conhecer o Maranhão, e como uma brilhante obra literaria, para aqueles que dezejarem conhecer o illustre publicista portuguez Fran Paxeco, a quem, muito grato, cumprimenta, pelo seu novo triumpho, o amigo —  
Domingos de Castro Perdigão.